RELATÓRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

GESTÃO 2019 - 2021

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

2019 - 2021

07 COLEGIADO

09 MISSÃO

10 MENSAGEM DO PRESIDENTE

12 AÇÕES DE COMBATE À COVID-19

PRESIDÊNCIA

21 Assessoria Especial da Presidência

50 Departamento de Precatórios

55 Coordenadoria da Infância e Juventude

64 Coordenadoria da Mulher

73 Diretoria de Comunicação

79 Consultoria Geral

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

87 Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento

97 Diretoria de Administração

102 Diretoria de Gestão de Pessoas

Centro Médico 105

Diretoria de Segurança 112

Departamento de Obras 115

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (SEFINOR) 118

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETECI) 125

SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)

Diretoria de Modernização Judiciária 132

Biblioteca Central 135

Arquivo Geral do Judiciário 138

Coordenadoria de Perícias Judiciais 144

Memorial do Poder Judiciário 147

OUVIDORIA 153

NUPEMEC 154

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO 165

FICHA TÉCNICA 168



COLEGIADO

Des. Osório de Araújo Ramos Filho
Presidente

Des. Alberto Romeu Gouveia Leite
Vice-Presidente

Desa. Elvira Maria de Almeida Silva
Corregedora Geral da Justiça

COLEGIADO

TRIBUNAL DE JUSTICA DE SERGIPE

Des. Roberto Eugenio da Fonseca Porto

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça

Des. Cezário Siqueira Neto

Des. Edson Ulisses de Melo

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

Des. José dos Anjos

Des. Ruy Pinheiro da Silva

Desa. Iolanda Santos Guimarães

Des. Diógenes Barreto

Desa. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

Missão

Promover a prestação jurisdicional de forma eficiente

Visão

Ser um Judiciário acessível, que promova a prestação jurisdicional de forma célere, transparente e com qualidade

Valores

Responsabilidade socioambiental
Compromisso
Integração
Sustentabilidade
Ética
Acessibilidade
Transparência
Eficiência
Humanismo
Credibilidade

PJS

JUSTITIA ET PAX

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao iniciar a gestão, no dia 1º de fevereiro de 2019, ninguém poderia imaginar o que estava por vir. Recordo-me ter dito, durante entrevista à imprensa, que uma das minhas metas seria promover cada vez mais celeridade na aplicação da jurisdição. Com alegria, destaquei também que estava assumindo o cargo pela segunda vez. Um fato histórico no Tribunal de Justiça de Sergipe e que aumentava ainda mais minha responsabilidade.

Confesso que a gestão foi iniciada com grandes expectativas. Inclusive de conquistar, pela segunda vez, o tão cobiçado Selo Diamante, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça somente aos melhores Tribunais do país. E isso aconteceu, em novembro de 2019. Um momento ímpar, de grande felicidade, como é possível notar na foto especialmente escolhida para ilustrar esta mensagem. Conquista fruto de investimentos realizados ao longo de gestões anteriores e também de muito compromisso de magistrados e servidores.

Cada projeto informado neste relatório – e detalhadamente analisado e discutido no planejamento estratégico do Tribunal – vinha fluindo muito bem, até a chegada de uma notícia que, literalmente, parou o mundo, em março de 2020. Quem poderia prever que uma pandemia mudaria nossas rotinas da noite para o dia? Confesso que apesar do sentimento de apreensão,

creio que comum a todos nós, hoje tenho grande orgulho em dizer que, na minha opinião, soubemos lidar com essa mudança muito bem.

Claro, no início foi difícil. Muitas reuniões – a distância, diga-se de passagem, aprendendo a utilizar os aplicativos de videoconferência – para discutir a melhor forma de continuar prestando os serviços que são tão essenciais à sociedade e, ao mesmo tempo, resguardando a saúde de todos que compõem o sistema de Justiça. Foram diversas Portarias e medidas com essa única finalidade. E assim fizemos nosso trabalho, virtualmente, mas com a excelência de sempre. Foram sessões, audiências e até casamentos celebrados a distância.

Enfim, mesmo com esse imprevisto gigantesco, chegamos ao final da gestão. E quero aproveitar este espaço para reiterar, mais uma vez, meu sincero agradecimento a todos que fazem do Tribunal de Justiça de Sergipe um dos melhores do país. Em 2020, não conquistamos o Selo Diamante, mas continuamos entre os mais eficientes, sendo agraciados com o Selo Ouro. E, na minha mais sincera opinião, o ouro significa a riqueza de termos um Tribunal unido, coeso e dedicado aos sergipanos.

União que nos alentou, certamente, nesta pandemia da Covid-19. Estando unidos aos colegas de trabalho, mesmo que por uma tela; e unidos aos nossos familiares, que nos fizeram companhia em tempos de isolamento e nos ajudaram a superar tantas dificuldades e perdas. União que passamos a valorizar ainda mais, já que fomos privados dos abraços calorosos e do contato com pessoas queridas. União que também é sinônimo de afeto e fraternidade. Por isso, termino esta mensagem desejando que todos se unam e sonhem juntos, como tão bem orienta o Papa Francisco, em um trecho da encíclica Fratelli Tutti:

“Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente; precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! Sozinho, corres o risco de ter miragens, vendo aquilo que não existe; é junto que se constroem os sonhos”.

Des. Osório de Araújo Ramos Filho
PRESIDENTE DO TJSE



Foram utilizados hipoclorito de sódio e sabão desinfetante para evitar proliferação do vírus

COMBATE À COVID-19

Assim que a pandemia do coronavírus foi anunciada pelas autoridades sanitárias, o TJSE adotou inúmeras medidas para a proteção dos servidores, magistrados e jurisdicionados. A primeira delas foi em 13 de março, data da Portaria nº 12/2020 GP1 – Normativa, que dispôs sobre as medidas de prevenção ao contágio. Posteriormente, no dia 18 de março, em função da pandemia já estabelecida, foi baixada a Portaria Conjunta nº 13/2020, que estabeleceu o regime de trabalho remoto integral, ou seja, todas as atividades do Judiciário passaram a ser realizadas remotamente, através dos sistemas judicial e administrativo, ressalvadas aquelas situações em que o trabalho presencial se fazia necessário, como telefonistas e o serviço de protocolo. Outras Portarias foram publicadas, nos meses seguintes, além de inúmeras medidas para que os efeitos da pandemia não prejudicassem tanto a saúde dos envolvidos no sistema de Justiça, quanto a oferta dos serviços.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

Regulamentado pela Portaria Conjunta nº 24/2020, publicada no Diário da Justiça no dia 3 de abril. O Plano teve como objetivo promover ações que reduzissem os gastos públicos e resultassem em economia para a instituição. Uma das medidas foi a revisão dos contratos, com a redução linear no percentual de 20% dos valores contratados, cuja renegociação foi conduzida por cada gestor. Houve também limitação dos gastos com combustível correspondente a 50% dos respectivos recursos.



Em todos os prédios do TJSE foram instalados dispensadores de álcool em gel

Foram suspensos o início de novas obras, reformas e ampliações; contratação de mão de obra terceirizada; nomeação de novos servidores,

comissionados e magistrados; contratação temporária de pessoal; mutirão e serviços extraordinários; novas requisições de pessoal de outros órgãos para o Poder Judiciário de Sergipe; concessão de diárias para fora do Estado, salvo situações excepcionalíssimas, com redução em 30% nos seus valores; e criação de novas comissões ou grupos de trabalho, salvo se não implicar em custos.

Também foram suspensos novos contratos de estágio; concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicassem em nomeações para substituição que acarretassem aumento de despesas na folha de pagamento com pessoal. A Portaria estabeleceu a reavaliação da amplitude do contrato de fornecimento e distribuição de lanches e refeições; e racionalização do consumo de água, energia elétrica, telefonia, material de expediente e itens de consumo; entre outras medidas.

GABINETE DE CRISE

A mesma Portaria que regulamentou o plano de contingência, criou o Gabinete de Crise do TJSE. Constituem o Gabinete, a Presidência, Corregedoria Geral da Justiça, Direção da Escola Judicial de Sergipe, Desembargadores, Juízes de Direito e técnicos dos diversos setores administrativos do próprio Tribunal. É uma formação plural que permite o olhar conjunto para possibilitar o melhor encaminhamento possível às questões que são levadas ao Gabinete de Crise, destacando-se as análises dos prazos do regime de trabalho remoto integral e o estudo para instituição do protocolo de retorno às atividades presenciais do Tribunal.

PRODUTIVIDADE

De 16 de março a 31 de dezembro, os servidores cumpriram 4.884.628 atos. Os magistrados emitiram 203.278 sentenças, 153.582 decisões e 659.771 despachos. O que totalizou 5.901.259 atos judiciais. Também foi contabilizada a produção administrativa, referente a todos os processos e documentos gerados e recebidos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Do início do trabalho remoto até 20 de dezembro, foram gerados 20.620 processos e 143.872 documentos; além de 73.082 documentos recebidos via SEI. São números significativos, que demonstram que a Justiça tem se esforçado e que o Tribunal não parou quanto à prestação do seu serviço à população sergipana.

SESSÕES VIRTUAIS E POR VIDEOCONFERÊNCIA

A atual gestão do TJSE, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores, já vinha trabalhando na implantação das sessões virtuais no 2º Grau de jurisdição e na Turma Recursal. Em função da pandemia, esse trabalho foi acelerado e se promoveu a regulamentação das sessões virtuais e por videoconferência, bem como a realização de audiência por videoconferência.

É importante destacar que nas sessões virtuais não há o comparecimento físico dos julgadores, partes e advogados. Tudo é feito via sistema. A sessão virtual, deste modo, toma menos tempo dos julgadores, que obviamente podem trabalhar na produção de outros votos e também se preparar para as sessões presenciais por videoconferência. Por outro lado, quanto à dinâmica da sessão virtual, se houver o pedido de sustentação oral do advogado, esse processo é retirado de pauta e incluído para julgamento na sessão presencial por videoconferência, que se desenrola nos mesmos moldes de uma sessão presencial física tradicional. A diferença entre a sessão presencial por videoconferência e a física propriamente dita, é o uso da plataforma que o CNJ recomendou e colocou à disposição dos Tribunais, a Cisco Webex.

A Câmara Criminal do TJSE foi a primeira, no âmbito do 2º Grau de jurisdição, a realizar sessões com as novas modalidades. A primeira sessão virtual da Câmara Criminal ocorreu em 24 de abril e a primeira por videoconferência no dia 12 de maio. Já as primeiras audiências de conciliação por videoconferência do TJSE foram realizadas no dia 22 de abril. Até mesmo casamentos foram realizados por videoconferência, sendo o primeiro deles celebrado pelo Juiz Eliezer Siqueira de Sousa Júnior, no dia 23 de abril. Ele estava em Aracaju e os noivos na cidade de Itabaianinha, município da região sul do Estado, a 120 quilômetros da capital. O primeiro casamento celebrado por videoconferência em Sergipe foi notícia local e nacional, em sites, jornais e emissoras de TV.

ATERMAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

A atermação nos Juizados Especiais nada mais é que o ato de receber a demanda do cidadão, transformando-a num termo a ser dirigido ao juiz. Com a pandemia, passou a ser feita também pelo site do próprio TJSE. A regulamentação beneficiou as pessoas que adentram nos Juizados Especiais sem a contratação de um advogado e, que numa situação como a atual, têm dificuldade de entrar em contato com advogado ou Defensor Público. A atermação, portanto, pode ser feita via sistema. No site do Tribunal tem um formulário para tal finalidade, que é encaminhado à unidade jurisdicional para possibilitar o andamento do processo.

SAÚDE

O Centro Médico do TJSE realizou o acompanhamento social dos servidores acometidos pela Covid-19, através do contato telefônico feito pela assistente social, a fim de diminuir a ansiedade e fortalecer a saúde emocional. Houve atendimento psicológico por telefone aos servidores que necessitaram de suporte emocional. No mês de junho, o Comitê Gestor de Saúde organizou três palestras – sobre propósito de vida, yoga, ginástica laboral e ergonomia – que foram transmitidas aos servidores por videoconferência e publicadas no canal do TJSE no YouTube.

O Centro Médico ainda elaborou um protocolo de orientação sobre o uso e higiene das máscaras reutilizáveis. Participou da elaboração do protocolo de retorno das atividades presenciais, definindo o fluxo de acolhimento dos usuários a serem atendidos nas diversas unidades do TJSE e no Centro Médico durante o curso da pandemia; padronizando as ações relacionadas à prevenção da doença.

Também elaborou um questionário de saúde para identificar os grupos de risco à Covid-19, através de questionário autodeclarativo e de acordo com as patologias definidas pelo Ministério da Saúde. O questionário foi preenchido virtualmente pelo servidor, que comprovou as comorbidades através de relatório médico apresentado ao Centro Médico, em processo SEI. O servidor integrante de grupo de risco teve prioridade para permanência em trabalho remoto. Foi ofertado um canal diário de comunicação, por telefone, entre servidores, magistrados e Centro Médico para esclarecer dúvidas e orientar em relação a afastamentos.

Ainda no início da pandemia, no dia 10 de março, o Centro Médico organizou uma palestra sobre o coronavírus, com o médico infectologista Marco Aurélio Góes, no auditório da Ejuse. Na ocasião, o médico enfocou a importância da prevenção e contenção da Covid-19, orientando servidores e magistrados sobre o vírus, sintomas e formas de prevenção. Além disso, foi elaborada uma cartilha educativa com orientações sobre o isolamento domiciliar para o paciente com Covid-19.

O TJSE adquiriu exames de testagem para Covid-19 (RT-PCR, sorologia e teste rápido) a serem realizados presencialmente em clínica conveniada, destinados ao diagnóstico de servidores e magistrados. Para tal, foi contratada uma empresa especializada para prestação de serviço na realização dos exames. O Centro Médico ainda acompanhou e articulou as medidas a serem tomadas quanto à pandemia junto ao Gabinete de Crise do TJSE; além de encaminhar à Divisão de Administração e Planejamento, semanalmente, dados relacionados aos trabalhos desenvolvidos pelo Centro Médico em decorrência da suspensão das atividades presenciais.

SANITIZAÇÃO DAS UNIDADES



Desinfecção ocorreu nas unidades da capital e interior

Outra novidade na rotina do TJSE quanto ao combate à Covid-19 foi a desinfecção dos ambientes. A primeira foi realizada no Fórum Gumersindo Bessa, no dia 1 de junho, por uma equipe da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), órgão da Prefeitura de Aracaju. No dia seguinte, foi a vez do Palácio da Justiça e Anexos I e II. Nos meses subsequentes, a desinfecção de unidades do TJSE se tornou uma rotina. O objetivo foi diminuir a possibilidade de proliferação do vírus. Durante a ação, são aplicados hipoclorito de sódio e sabão desinfetante, por meio de jato de alta pressão, eliminando o vírus que, porventura, esteja no chão, corrimão, paredes ou outros locais onde possa haver contato com a população. Todos membros da equipe de desinfecção foram treinados e atuam com equipamentos de proteção individual, como óculos, máscaras com filtro para gases, luvas, macacão e respirador facial.

PROTEÇÕES EM ACRÍLICO E SINALIZAÇÃO

Nas recepções dos fóruns foram instalados protetores em acrílico com o objetivo de conferir maior segurança durante o atendimento presencial ao público externo. O Gabinete de Crise também deliberou pela instalação de

proteção de acrílico em todas as salas de audiência do Judiciário sergipano. O modelo aprovado, fruto dos estudos desenvolvidos pela equipe de arquitetura do TJSE junto à Seplad, garante a proteção e o distanciamento social entre partes, advogados, servidores e magistrados. Além disso, em todas as unidades da Justiça foi aplicada sinalização horizontal disciplinadora e marcação dos assentos nas áreas de atendimentos.

MÁSCARAS REUTILIZÁVEIS E ÁLCOOL

Ainda no mês de maio, as 12 mil máscaras reutilizáveis adquiridas pelo TJSE começaram a ser distribuídas entre os servidores que estavam em trabalho presencial. O restante foi distribuído no retorno das atividades presenciais, em agosto. Cada servidor recebeu duas unidades. Também foram distribuídos frascos de álcool em gel e álcool líquido 70% para todos os setores da capital e interior.

PENAS PECUNIÁRIAS

Testes rápidos de Covid-19, kits para entubação, equipamentos de proteção individual, álcool em gel e inúmeros outros materiais importantes para o combate ao coronavírus foram adquiridos por dez instituições de Sergipe, da capital e interior, frutos de doações feitas pelo TJSE, que totalizaram R$ 5.519.496,02. As doações foram possíveis a partir do Provimento nº 06/2020, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), publicado em 20 de março, que dispôs sobre a gestão e utilização dos valores depositados a título de medidas e penas alternativas durante a pandemia.

Depois disso, a CGJ publicou três editais, com as regras para que as entidades públicas ou privadas pudessem inscrever seus projetos e, se aprovados, receberem as verbas. A primeira instituição beneficiada, no dia 27 de março, foi o Hospital Cirurgia, localizado em Aracaju. A doação no valor de R$ 1.464.435,38 permitiu a implantação de 20 novos leitos de UTI. A Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju também recebeu uma das maiores doações: R$ 1.327.291,25 referente ao Edital 2 e mais R$ 130 mil do terceiro Edital. Os valores foram destinados à aquisição de equipamentos e materiais para o Hospital de Campanha da capital, como também para compra de mil testes rápidos de Covid-19.

Instituição	Edital/ Convênio	Recursos liberados	Objeto
Hospital Cirurgia	Edital 01/20 - Convênio 01/2020	R$ 1.464.435,38	Aquisição de materiais e insumos ao combate da pandemia da Covid-19, inclusive para a implantação de 20 (vinte) leitos de UTI
	Edital 02/20 - Convênio 11/2020	R$ 225.400,00	Aquisição de 02 (dois) Equipamentos para entubação (Kits) e 01 (um) Aparelho de Ecografia (para realização de exames de ultrassonografias, ecocardiograma transtorácico e transesofágico) que servirão para apoio e complementação diagnóstica e terapêutica na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, evitando o fluxo dos pacientes com COVID-19 nas dependências do Hospital.
	Edital 03/20 - Convênio 22/2020	R$ 309.000,00	Aquisição dos equipamentos médicos complementares solicitados e nas quantidades: 1. avental descartável manga longa com punho 40gr - 6000 unidades; 2. avental manga longa com punho impermeável - 5000 unidades; 3. máscara N95 ou PFF-2 - 1000 unidades; 4. sistema de aspiração fechado nº 14 - 600 unidades; e *5. teste covid-19 AB Método Imunofluorescência - 20 kits*
Hospital Amparo de Maria Estância	Edital 01/20 - Convênio 04/2020	R$ 456.843,87	Aquisição de equipamentos, mobiliários, EPI e insumos estratégicos para abertura e operacionalização imediata de 20(vinte) leitos em Unidade Hospitalar de Internamento e retaguarda em média complexidade inserido na Rede Hospitalar e de Urgência Estadual. Tendo sido deferido, inclusive o quantitativo de poltronas hospitalares e de escadinhas inox dois degraus, correspondentes aos vinte leitos.
	Edital 02/20 - Convênio 08/2020	R$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 250 (duzentos e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19
	Edital 03/20 - Convênio 18/2020	R$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19
Sociedade Amigos do Hospital Universitário (SOAHU)	Edital 01/20 - Convênio 06/2020	R$ 459.050,00	Aquisição de equipamentos e insumos necessários ao combate da pandemia Covid-19 a serem utilizados pelos profissionais de saúde
	Edital 02/20 - Convênio 12/2020	R$ 85.177,00	Aquisição dos seguintes equipamentos específicos para Unidade de Terapia Intensiva e leitos de retaguarda e nas quantidades assinaladas: a) Vídeo Faringoscópio Portátil – 05 Unidades; b) Termômetro de Testa a Laser – 04 Unidades; c) Estetoscópio Adulto: 10 Unidades; e d) Colchão Pneumático: 06 Unidades.
	Edital 03/20 - Convênio 16/2020	R$ 158.407,50	Aquisição dos seguintes insumos estratégicos, com os quantitativos definidos: a. Avental hospitalar para procedimentos - 2.000 unidades; b. Conjunto cateter de monitoração tipo arterial - 100 unidades; c. Cateter de monitorização arterial tamanho 4GR - 50 unidades; d. Espaçador para aerossol terapia (PUFF) - 50 unidades; e. Lenços umedecidos para banho - 1.000 unidades; f. Máscara de oxigênio adulto de não reinalação - 50 unidades; g. Reanimador manual uso adulto autoclavável - 30 unidades; h. Seringa dosadora oral 10 ml - 2.000 unidades; i. Seringa dosadora oral 20 ml - 3.000 unidades; j.
	Edital 01/20 - Convênio 05/2020	R$ 250.000,00	Aquisição exclusiva de EPI para os profissionais de saúde
Hospital e Maternidade Santa Izabel	Edital 02/20 - Convênio	R$ 47.690,00	Aquisição dos seguintes materiais médicos hospitalares, nas quantidades assinaladas: a) Kit laringoscópio completo adulto - 01 Unidade; b) Kit laringoscópio completo infantil – 01 unidade; c) Filtro barreira HMEF adulto – 40

	13/2020		Unidades; d) Filtro barreira HMEF pediátrico – 30 Unidades; e) Filtro barreira HMEF neonatal - 10 Unidades; f) Circuito de aspiração traqueal fechado nº 14 – 80 Unidades e g) Circuito de aspiração traqueal fechado nº 16 – 50 Unidades
	Edital 03/20 - Convênio 15/2020	R$ 100.835,00	Aquisição dos seguintes materiais médicos hospitalares, nas quantidades assinaladas: a) álcool a 70% - 500 litros; b) álcool a 70% comum - 200 litros; c) avental descartável manga longa - 1.000 unidades; d) luvas de procedimentos M - 30.000 unidades; e) luvas estéril cirúrgica nº 7,0 - 1.000 unidades; f) luvas estéril cirúrgica nº 7,5 - 1.000 unidades; g) luvas estéril cirúrgica nº 8,0 - 1.000 unidades; h) máscara de proteção N95 - 1.000 unidades; i) protetor facial - 500 unidades; j) touca descartável - 15.000 unidades.
Hospital São José	Edital 01/20 - Convênio 07/2020	R$ 102.920,00	Aquisição exclusiva e específica dos seguintes EPIs: luvas estéril e de procedimento, máscaras, capotes, gorros e propés.
	Edital 02/20 - Convênio 10/2020	R$ 22.500,00	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) Kits para Teste Rápido COVID-19
Fundação Renascer	Edital 01/20 - Convênio 02/2020	R$ 18.300,00	Aquisição de insumos necessários ao combate da pandemia Covid-19, especificamente nas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Sergipe, sendo elas: CENAM, USIP, CASE1, CASE2, UNIFEM, UNIDADE DE SAÚDE, CEMEC E CASEM.
	Edital 02/20 - Convênio 09/2020	R$ 15.000,00	Aquisição de 100 (cem) Kits para Teste Rápido COVID-19 que deverão ser destinados aos adolescentes e aos agentes que labutam nas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Sergipe, quais sejam: CENAM, USIP, CASE 1, CASE 2, UNIFEM, UNIDADES DE SAÚDE, CEMEC E CASEM.
Hospital e Maternidade Nosso Senhor dos Passos São Cristóvão	Edital 01/20 - Convênio 03/2020	R$ 57.638,20	Aquisição de equipamentos e insumos necessários ao combate da pandemia Covid-19 a serem utilizados pelos profissionais de saúde
	Edital 03/20 - Convênio 19/2020	R$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19
Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju	Edital 02/20 - Convênio 14/2020	R$ 1.327.291,25	Aquisição dos equipamentos e materiais médico-hospitalares solicitados na seguinte proporção: a) EQUIPAMENTOS - cama hospitalar, 150 unidades; monitor cardíaco - 25 unidades; b) MATERIAIS - álcool gel, 5000 litros; luva cirúrgica estéril tamanho 7,0, 2000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 7,5, 3000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 8,0, 2000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 8,5, 1500 unidades; óculos de proteção, 1000 unidades
	Edital 03/20 - Convênio 20/2020	R$ 130.000,00	Aquisição exclusiva e específica de 1.000 (um mil) testes rápidos para a Covid-19
Secretaria Municipal de Saúde de Itabaiana	Edital 03/20 - Convênio 17/2020	R$ 145.507,82	Aquisição dos seguintes materiais médico-hospitalares: a. Óculos de proteção - 174 unidades; b. Protetor facial - 100 unidades; c. Máscara cirúrgica pacote com 50 unidades - 400 pacotes; d. Avental cirúrgico - 10.000 unidades; e. Luvas de procedimento caixa = 500 caixas; f. Luvas de borracha cano longo - 200 unidades; g. Máscara N95 - 600 unidades; h. Gorro descartável - 500 unidades; i. Avental impermeável - 40 unidades
Hospital São Luiz Gonzaga Itabaianinha	Edital 03/20 - Convênio 21/2020	R$ 31.000,00	Aquisição dos seguintes materiais médico-hospitalares: a. Testes Covid-19 - 150 unidades; b. Máscara N95 ou PFF3 - 400 unidades; c. Máscara cirúrgica descartável - 1.000 unidades; d. Avental descartável - 100 unidades; e. Touca descartável - 500 unidades; f. Propés - 100 unidades; g. Protetor facial - 50 unidades
Total		**R$ 5.519.496,02**	

Fonte: CGJ/TJSE

ASSESSORIA ESPECIAL

A Assessoria Especial da Presidência integra a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe tendo como função a prestação de auxílio ao Presidente do Tribunal na tramitação dos processos administrativos de sua competência, elaboração de atos normativos, participação em reuniões presenciais ou por videoconferência, realização de atendimento, participação em eventos e lives (notadamente em tempos de pandemia), realização de entrevistas e acompanhamento dos planos da gestão administrativa como um todo.

JUÍZES AUXILIARES



Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, atualmente exerce a função de Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, nos termos da Portaria nº 460/2019 – GP4 – Atributiva, na Gestão do Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho (Biênio 2019/2021).



Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju (Vara de Fazenda Pública), atualmente exerce a função de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, nos termos da Portaria nº 196/2019 – GP4 – Atributiva, na Gestão do Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho (Biênio 2019/2021).

1- COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, GABINETES E NÚCLEOS

Comissão Permanente de Trabalho para Avaliação Documental quanto à aplicação da Tabela de Temporalidade sobre os autos judiciais – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade - membro.

Comissão de Acessibilidade e Inclusão – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – membro.

Comissão Temporária para Estudo de Viabilidade Financeira das Serventias atualmente vagas no Estado de Sergipe – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – membro.

Comissão para Revisão da Automação e Procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membros.

Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membro.

Comissão de Gestão do Teletrabalho (CGT) – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membro.

Comitê Gestor de Segurança da Informação – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade - membro.

Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membros.

Comitê Gestor Orçamentário, de Gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado – Dr. Marcos de Oliveira Pinto e Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – membro e suplente, respectivamente.

Comitê de Governança de TIC – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho – membro.

Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – membro.

Comitê de Acompanhamento do Plano Gestão – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membros.

Comitê Gestor da Equidade de Gênero e Raça – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade - membro.

Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento e Precatórios – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – suplente.

Comitê Gestor das Metas Nacionais do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Presidente.

Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membro.

Comitê Gestor do Núcleo de Cooperação Judiciária do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Presidente.

Comitê de Grandes Contratações – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Presidente.

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – suplente.

Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas (GTPU) – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – membro.

Grupo de Estudo e de Trabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – Coordenadora.

Grupo de Estudo e Trabalho para criação de metas e indicadores de produtividade dos setores da área-fim vinculados à Secretaria Judiciária – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – Coordenadora.

Grupo de Trabalho para Análise, Debate e Elaboração de Parecer Sobre e Situação do Juizado Especial da Fazenda Pública - JEFAZ – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Coordenadores.

Grupo de Trabalho de Implantação do PJE – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Coordenadores.

Grupo de Trabalho para elaboração de estudo relativo aos efeitos da aplicação da Lei nº 13.964/2019 – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membros.

Grupo de trabalho que objetiva a realização de estudos relativos à Turma Recursal Permanente – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membros.

Grupo de Trabalho para implantar, expandir e administrar o Portal de Inteligência e Exploração de Dados – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Coordenador.

Grupo de Trabalho para avaliação dos critérios, acompanhamento e modificações no sistema informatizado do teletrabalho – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – Coordenador.

Gabinete de Crise para acompanhamento e articulação de medidas temporárias a serem tomadas em razão da pandemia da Covid-19 – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membro e Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – suplente.

Gabinete de Crise para o enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades ou desastres ambientais no território sergipano – Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade – Gestora.

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Dr. Marcos de Oliveira Pinto – membro.

2 – MACRODESAFIOS

Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal – Gestora Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade.

Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional – Gestora Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade.

Instituição de Governança Judiciário – Gestora Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade.

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis – Gestor Dr. Marcos de Oliveira Pinto.

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade – Gestor Dr. Marcos de Oliveira Pinto.

3 – ATOS NORMATIVOS

Leis complementares

Lei Complementar n° 322/2019, publicada no DOE de 23 de maio de 2019 - Fracionamento de férias de servidor - Modifica o art. 79 da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003.

Lei Complementar n° 324/2019, publicada no DOE de 25 junho de 2019 - Retira os leilões/hastas públicas da competência do CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) - Altera o inciso II e revoga o inciso IV do "caput", e revoga os §§2º e 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 265, de 1º de outubro de 2015; altera o item 25 do Anexo III da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe); e dá providências correlatas.

Lei Complementar n° 326/2019, publicada no DOE de 09 de setembro de 2019 - Acresce dispositivos à Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro

de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe) para prever a conversão de licença-prêmio em pecúnia dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo e dos magistrados do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Lei Complementar nº 327/2019, publicada no DOE de 09 de setembro de 2019 - Altera o inciso VIII do "caput" do art. 1º da Lei Complementar nº 129, de 21 de julho de 2006, que dispõe sobre o teto remuneratório constitucional da Magistratura, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 337/2019, publicada no DOE de 30 de dezembro de 2019 - Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe) para modificar as competências das Varas de Execuções Criminais (7ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju), Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas (10ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju) e Varas Criminais das Comarcas do interior do Estado de Sergipe.

Lei Complementar nº 345/2020, publicada no DOE de 15 de dezembro de 2020 – Transforma o 10º Juizado Especial Cível da Comarca de Aracaju no 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Aracaju, modifica a denominação do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Aracaju, altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), inclusive para alterar a competência da Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju, do Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju, da Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas (10ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju) e das Varas Criminais das comarcas do interior do Estado e dá providências correlatas.

PROJETOS DE LEI

Anteprojeto de Lei Complementar encaminhado ao Tribunal Pleno – Altera a Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe) para dispor sobre a Turma Recursal do Estado de Sergipe e dá outras providências. Retirado de pauta para análise da Presidência.

Anteprojeto de Lei Complementar encaminhado ao Tribunal Pleno – Eleva as Comarcas de Nossa Senhora das Dores e Neópolis à entrância final e altera a Divisão Judiciária do Estado – Anexo II, da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), e dá outras providências. Retirado de pauta em razão de pedido de vista.

LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 8.572/2019, publicada no DOE de 09 de setembro de 2019 – Altera os artigos 1º e 2º, e o Anexo Único, da Lei nº 7.518, de 26 de dezembro de 2012, que institui a Gratificação de Estímulo à Interiorização - GEI, para servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

Lei nº 8.600/2019, publicada no DOE de 11 de novembro de 2019 – Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, criando a Divisão de Apoio Remoto ao 1º Grau; extingue e transforma cargos em comissão e funções de confiança; e dá providências correlatas.

Lei nº 8.602/2019, publicada no DOE de 11 de novembro de 2019 – Departamento de Obras - Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe prevista na Lei nº 8.444, de 05 de julho de 2018, e na Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, e dá providências correlatas.

Lei nº 8.610/2019, publicada no DOE de 25 de novembro de 2019 – Setor de Acompanhamento de Gestão - Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, modificando os artigos 4º, 8º e 36 da Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, e o art. 10 da Lei nº 6.925, de 24 de maio de 2010.

Lei nº 8.639/2019, publicada no DOE de 30 de dezembro de 2019 – Estabelece a Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registro no Estado de Sergipe e dá outras providências.

Lei nº 8.642/2019, publicada no DOE de 28 de janeiro de 2020 - Altera o art. 1º da Lei nº 8.461, de 06 de setembro de 2018, que institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Bônus de Desempenho do Poder Judiciário - BDPJ, e dá providências correlatas.

Lei nº 8.644/2019, publicada no DOE de 30 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento básico, dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

Lei nº 8.668/2020, publicada no DOE de 01 de abril de 2020 - Altera os artigos 1º e 2º e acrescenta o art. 2º-A da Lei nº 8.644, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento básico, dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

Lei nº 8.669/2020, publicada no DOE de 01 de abril de 2020 - Altera dispositivos da Lei nº 6.418, de 26 de maio de 2008, que institui o Adicional

de Qualificação para Servidores de Carreira do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Projeto de Lei encaminhado à ALESE – Projeto de Lei que cria, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados de Sergipe – FUNSEG/SE e dispõe sobre suas receitas, aplicação de seus recursos e dá providências correlatas.

Anteprojeto de Lei encaminhado ao Tribunal Pleno – Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei nº 8.213, de 27 de abril de 2017 que modifica a Lei nº 6.124 de 21 de março de 2007, e dá providências correlatas. Retirado de pauta em razão de pedido de vista.

EMENDAS REGIMENTAIS

Emenda Regimental nº 01/2019, publicada no DJ de 09 de maio de 2019 – Altera o § 1º do artigo 5º, da Resolução nº 06, de 12 de março de 2014 - Regimento Interno da Escola Judicial do Estado de Sergipe, para uniformizar a data da posse do Diretor da Escola Judicial de Sergipe – EJUSE à da Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 02/2019, publicada no DJ de 13 de novembro de 2019 – Altera os incisos I e V, do artigo 123, da Resolução nº 17, e 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 03/2019, publicada no DJ de 06 de dezembro 2019 - Acresce os §§8º e 9º ao artigo 113-F, da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 01/2020, publicada no DJ de 23 de janeiro de 2020 - Acrescenta o §4º ao artigo 5º e altera a redação do inciso V, do §1º, do art. 7º, da Resolução nº 06, de 12 de março de 2014 - Regimento Interno da Escola Judicial do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 02/2020, publicada no DJ de 13 de fevereiro de 2020 - Altera o §2º e acresce o §3º, ao artigo 137-A, da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 03/2020, publicada no DJ de 13 de fevereiro de 2020 - Acresce os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, ao artigo 134, da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Emenda Regimental nº 04/2020, publicada no dia 14 de abril de 2020 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para prever o procedimento da sessão virtual nos julgamentos colegiados.

Emenda Regimental nº 05/2020, publicada no DJ de 22 de abril de 2020 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para prever a equivalência da sessão realizada por videoconferência à sessão presencial e dá outras providências.

Emenda Regimental nº 06/2020, publicada no DJ 13 de maio de 2020 - Acrescenta dispositivos à Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, para regulamentar acerca da lista de antiguidade dos magistrados de 1° e 2° Graus de jurisdição.

Emenda Regimental nº 07/2020, publicada no DJ 10 de setembro de 2020 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para prever o procedimento de escolha dos membros do Tribunal Regional Eleitoral, nos termos do art. 120, §1º da Constituição Federal.

Emenda Regimental nº 08/2020, publicada no DJ 10 de setembro de 2020 - Acresce o artigo 8º-A, caput e parágrafos à Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

RESOLUÇÕES

Resolução n° 06/2019, publicada no DJ de 24 de abril de 2019 - Aprova a atualização monetária dos emolumentos para os serviços notariais e de registro no Estado de Sergipe para o ano de 2018, de acordo com a Lei Estadual n° 6.310, de 20 de dezembro de 2007, alterada pelas Leis Estaduais nº 8.085, de 17 de dezembro de 2015 e nº 8.150, de 18 de novembro de 2016.

Resolução n° 07/2019, publicada no DJ de 24 de abril de 2019 - Aprova a atualização monetária das custas judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para o ano de 2019.

Resolução n° 08/2019, publicada no DJ de 24 de abril de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que modifica o art. 79 da Lei Complementar n° 88, de 30 de outubro de 2003.

Resolução n° 09/2019, publicada no DJ de 16 de maio de 2019 – Aprova a proposta de Projeto de Lei que modifica o art. 1º da Lei

Complementar nº 265, de 01 de outubro de 2015 e o Anexo III, item 25 da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003.

Resolução nº 10/2019, publicada no DJ de 13 de junho de 2019 - Institui o Exame Periódico de Saúde (EPS) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Resolução nº 11/2019, publicada no DJ de 25 de junho de 2019 - Altera os Anexos I e II da Resolução n.º 18, de 23 de julho de 2008, que dispõe sobre competência territorial administrativa da Comarca de Nossa Senhora do Socorro.

Resolução nº 12/2019, publicada no DJ de 26 de junho de 2019 - Dispõe sobre o cadastramento dos leiloeiros para realização de alienação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Resolução nº 13/2019, publicada no DJ de 11 de julho de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 88, de 30 de outubro de 2003, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 265, de 1º de outubro de 2015, para dispor sobre o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e sobre o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Resolução nº 14/2019, publicada no DJ de 15 de agosto de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 7.518, de 26 de dezembro de 2012.

Resolução nº 15/2019, publicada no DJ de 15 de agosto de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.418, de 26 de maio de 2008.

Resolução nº 16/2019, publicada no DJ de 15 de agosto de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que acresce dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 88, de 30 de outubro de 2003.

Resolução nº 17/2019, publicada no DJ de 15 de agosto de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que modifica dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 129, de 21 de julho de 2006.

Resolução nº 18/2019, publicada no DJ de 22 de agosto de 2019 - Altera a redação dos §§ 3º e 4º do artigo 20 da Resolução nº 24, de 07 de outubro de 2014, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos artigos 15 e 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Resolução nº 19/2019, publicada no DJ de 29 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a concessão de férias individuais aos Magistrados, bem como regulamenta as hipóteses de absoluta necessidade do serviço para fins de

interrupção de férias de Magistrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Resolução nº 20/2019, publicada no DJ de 30 de agosto de 2019 - Revisa a Resolução nº 14, de 28 de julho de 2016, que regulamenta a Lei Estadual nº 6.351, de 04 de janeiro de 2008, que institui a gratificação para premiar servidores.

Resolução nº 21/2019, publicada no DJ de 30 de agosto de 2019 - Constitui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Resolução nº 22/2019, publicada no DJ de 10 de setembro de 2019 - Regulamenta o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição ou de acervo processual, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 327, de 06 de setembro de 2019, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Resolução nº 23/2019, publicada no DJ de 12 de setembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Estrutura Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, modificando os arts. 4º e 36 da Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007, e o art. 10 da Lei Estadual nº 6.925, de 24 de maio de 2010.

Resolução nº 24/2019, publicada no DJ de 12 de setembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Estrutura Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cria a Divisão de Apoio Remoto ao 1º Grau, extingue e transforma cargos em comissão e funções de confiança e dá outras providências.

Resolução nº 26/2019, publicada no DJ de 19 de setembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Estrutura Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei Estadual nº 8.444, de 05 de julho de 2018, e na Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007, e dá providências correlatas.

Resolução nº 28/2019, publicada no DJ de 03 de outubro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Estrutura Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, modificando os arts. 4º, 8º e 36 da Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007, e o art. 10 da Lei Estadual nº 6.925, de 24 de maio de 2010.

Resolução nº 29/2019, publicada no DJ de 30 de outubro de 2019 - Regulamenta a forma de pagamento da licença-prêmio dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo e dos magistrados do Quadro do Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 326, de 06 de setembro de 2019.

Resolução nº 30/2019, publicada no DJ de 31 de outubro de 2019 - Modifica e acresce dispositivos à Resolução nº 19, de 29 de agosto de 2019,

para fins de regulamentar a forma de conversão de um terço do período de férias dos magistrados em abono pecuniário, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Resolução nº 31/2019, publicada no DJ de 13 de novembro de 2019 - Acresce os §§ 4º e 5º ao art. 75 e altera a redação do §5º do artigo 76 da Resolução nº 13, de 17 de junho de 2015, para convocação de magistrado a partir da segunda quinta parte da lista geral de antiguidade, para fins de composição da Turma Recursal do Estado de Sergipe.

Resolução nº 32/2019, publicada no DJ de 13 de novembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que altera o Anexo III da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe) modificando as competências da Vara de Execuções Criminais (7ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju), da Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas (10ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju) e das Varas Criminais das Comarcas do Interior do Estado de Sergipe.

Resolução nº 33/2019, publicada no DJ de 13 de novembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 8.461, de 06 de setembro de 2018.

Resolução nº 34/2019, publicada no DJ de 06 de dezembro de 2019 - Estabelece critérios para a concessão de Gratificação de Participação em Comissão ou Grupo de Trabalho Técnico, de Pregoeiro e de Equipe de Apoio no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Resolução nº 35/2019, publicada no DJ de 06 de dezembro de 2019 - Altera a alínea "e" do artigo 3º da Resolução nº 19/1991, e dá outras providências.

Resolução nº 36/2019, publicada no DJ de 11 de dezembro de 2019 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que estabelece a Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registro no Estado de Sergipe e dá outras providências.

Resolução nº 37/2019, publicada no DJ de 18 de dezembro de 2019 - Aprova proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento básico, dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências correlatas.

Resolução nº 01/2020, publicada no DJ de 13 de janeiro de 2020 - Altera a redação do art. 1º e do inciso I, do art. 2º da Resolução TJ/SE nº 26, de 20 de setembro de 2018 que regulamentou a Lei nº 8.461, de 06 de setembro de 2018, que institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Bônus por Desempenho do Poder Judiciário – BDPJ.

Resolução nº 02/2020, publicada no DJ de 30 de janeiro de 2020 - Aprova a atualização monetária das custas judiciais do Tribunal de Justiça

do Estado de Sergipe para o ano de 2020, de acordo com a Lei Estadual nº 8.345, de 20 de dezembro de 2017.

Resolução nº 03/2020, publicada no DJ de 30 de janeiro de 2020 - Aprova a atualização monetária dos emolumentos para os serviços notariais e de registro no Estado de Sergipe para o ano de 2020, de acordo com a Lei Estadual nº 6.310, de 20 de dezembro de 2007, alterada pelas Leis Estaduais nº 8.085, de 17 de dezembro de 2015 e nº 8.150, de 18 de novembro de 2016, bem como por força da Lei nº 8.639, de 27 de dezembro de 2019, com vigência a partir de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Resolução nº 04/2020, publicada no DJ de 19 de fevereiro de 2020 - Aprova proposta de Projeto de Lei que altera e acresce dispositivos à Lei estadual nº 8.644, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento básico, dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá providências correlatas.

Resolução nº 05/2020, publicada no DJ de 19 de fevereiro de 2020 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.418, de 26 de maio de 2008.

Resolução nº 06/2020, publicada no DJ de 19 de fevereiro de 2020 - Autoriza a Presidência do Tribunal de Justiça a atualizar o Auxílio-Alimentação concedido aos magistrados, instituído pela Resolução TJ/SE nº 37, de 12 de dezembro de 2012, que trata do auxílio-alimentação para membros do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, no efetivo exercício dos respectivos cargos.

Resolução nº 07/2020, publicada no DJ de 22 de abril de 2020 - Altera a Resolução nº 13, de 17 de junho de 2015, para incluir no âmbito da Turma Recursal do Estado de Sergipe os julgamentos por sessão virtual e por sessão presencial através da videoconferência, e dá outras providências.

Resolução nº 08/2020 - publicada no DJ de 14 de maio de 2020 - Suspende o prazo de validade dos concursos públicos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe durante o período de vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Resolução nº 09/2020 – publicada no DJ de 13 de agosto de 2020 - Aprova proposta orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o exercício financeiro de 2021.

Resolução nº 10/2020 – publicada no DJ de 10 de setembro de 2020 - Aprova proposta orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o exercício financeiro de 2021.

Resolução nº 11/2020 – publicada no DJ de 10 de setembro de 2020 - Dispõe sobre o cadastro de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado para fins de recebimento de citações e intimações eletrônicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Resolução nº 12/2020 – publicada no DJ de 01 de outubro de 2020 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que transforma o 10º Juizado Especial Cível da Comarca de Aracaju no 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Aracaju, modifica a denominação do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Aracaju, altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), inclusive para alterar a competência da Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju, do Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju, da Vara de Execução das Medidas e Penas Alternativas (10ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju) e das Varas Criminais das Comarcas do interior do Estado e dá providências correlatas.

Resolução nº 13/2020 – publicada no DJ de 01 de outubro de 2020 - Altera a Resolução nº 14, de 28 de julho de 2016, que regulamenta a Lei Estadual nº 6.351, de 04 de janeiro de 2008, que institui gratificação para premiar servidores, com a finalidade de aprimorar as suas regras.

Resolução nº 15/2020 – publicada no DJ de 05 de novembro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos de controle de acesso às dependências do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, bem como acerca do Sistema de Segurança das unidades jurisdicionais e administrativas e dá outras providências.

Resolução nº 16/2020 – publicada no DJ de 12 de novembro de 2020 - Revoga o §5º do artigo 3º da Resolução nº 11/2020, que dispõe sobre o cadastro de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado para fins de citação e intimação eletrônicas.

Resolução nº 17/2020 – publicada no DJ de 19 de novembro 2020 - Aprova a proposta de Projeto de Lei que cria, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados de Sergipe – FUNSEG/SE e dispõe sobre suas receitas, aplicação de seus recursos e dá providências correlatas.

Resolução nº 19/2020 – publicada no DJ de 10 de dezembro 2020 - Acresce, altera e revoga dispositivos à Resolução TJSE nº 27/2015, modificada pela Resolução TJSE nº 11/2016 que regulamenta o Plantão Judiciário no Estado de Sergipe.

Resolução nº 20/2020 – publicada no DJ de 10 de dezembro 2020 - Regulamenta condições especiais de trabalho para magistrados (as) e servidores (as) portadores de deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes que possuam a mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Resolução nº 21/2020 – publicada no DJ de 16 de dezembro 2020 - Altera o Anexo Único da Resolução nº 17/2017, que dispõe sobre a competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Aracaju.

Resolução nº 22/2020 – publicada no DJ de 17 de dezembro 2020 – Acresce, modifica e revoga dispositivos da Resolução nº 12/2016, alterada pela Resolução nº 15/2018, que regulamenta o teletrabalho, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Resolução nº 23/2020 – publicada no DJ de 17 de dezembro 2020 – Regulamenta o teletrabalho para as unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, sem prejuízo das disposições constantes da Resolução TJSE nº 12/2016 e suas alterações subsequentes, e dá outras providências.

Minuta de Resolução encaminhada ao Tribunal Pleno - Prorroga o mandato dos atuais membros da Turma Recursal do Estado de Sergipe e permite a cumulação de competências no período. Retirado de pauta em razão de pedido de vista.

PORTARIAS NORMATIVAS

Portaria nº 14/2019 GP1 - Normativa, publicada no DJ de 06 de fevereiro de 2019 - Dispõe sobre a criação da Secretaria de Apoio Remoto às Unidades Jurisdicionais de 1º Grau.

Portaria nº 16/2019 GP1, publicada no DJ de 21 de fevereiro de 2019 - Altera a Portaria nº 010/2016 GP1.

Portaria nº 17/2019 GP1, publicada no DJ de 25 de fevereiro de 2019 – Dispõe sobre o procedimento para elaboração de projetos de alteração dos sistemas de controle processual do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 26/2019 GP1, publicada no DJ de 25 de abril de 2019 - Atualiza os valores financeiros mensais do Auxílio-Saúde e do Auxílio-Alimentação concedidos aos Servidores e Magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 28/2019 GP1, publicada no DJ de 07 de maio de 2019 - Suspende expediente da 9ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 29/2019 GP1, publicada no DJ de 08 de maio de 2019 - Suspende a remessa de processos pelos Juízos de execução ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, estabelece o procedimento para designação de audiências e controle de pautas pelo CEJUSC e dá outras providências.

Portaria nº 30/2019 GP1, publicada no DJ de 10 de maio de 2019 - Regulamenta a prorrogação da licença-paternidade para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 31/2019 GP1, publicada no DJ de 22 de maio de 2019 - Suspende expediente da 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju.

Portaria Conjunta nº 32/2019 GP1, publicada no DJ de 30 de maio de 2019 - Dispõe sobre a criação e instalação da Central de Processamento Eletrônico no âmbito do 1º Grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 33/2019 GP1, publicada no DJ de 30 de maio de 2019 - Dispõe sobre a organização e implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, criado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no âmbito da Justiça Comum e Militar de Primeiro e Segundo Grau do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Portaria nº 34/2019 GP1, publicada no DJ de 30 de maio de 2019 - Suspende expediente da 2ª Vara Cível e do Juizado Especial da Comarca de São Cristóvão.

Portaria nº 36/2019 GP1, publicada no DJ de 11 de junho de 2019 - Suspende expedientes das 7ª e 10ª Varas Criminais da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 38/2019 GP1, publicada no DJ de 13 de junho de 2019 - Suspende expedientes das 7ª e 10ª Varas Criminais da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 41/2019 GP1, publicada no DJ de 17 de junho de 2019 – Suspende expediente da 2ª Vara Cível e do Juizado Especial da Comarca de São Cristóvão.

Portaria Conjunta nº 42/2019 GP1, publicada no DJ de 18 de junho de 2019 - Altera dispositivo da Portaria Conjunta nº 33/2019 GP1.

Portaria Conjunta nº 43/2019 GP1, publicada no DJ de 28 de junho de 2019 - Regulamenta a Resolução nº 10, de 13 de junho de 2019, para estabelecer as regras procedimentais do Exame Periódico de Saúde (EPS) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Portaria nº 45/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de julho de 2019 – Suspende expedientes das 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 46/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de julho de 2019 – Suspende expedientes das 8ª e 9ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju.
Portaria nº 47/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de julho de 2019 – Suspende expediente do Juizado Especial da Fazenda Pública.

Portaria nº 50/2019 GP1, publicada no DJ de 13 de agosto de 2019 – Suspende expediente do Distrito de Areia Branca da 2ª Vara da Comarca de Laranjeiras.

Portaria nº 51/2019 GP1, publicada no DJ de 13 de agosto de 2019 – Suspende expedientes da 2ª Vara Cível e do Juizado Especial da Comarca de São Cristóvão.

Portaria nº 52/2019 GP1, publicada no DJ de 22 de agosto de 2019 – Suspende expediente da 7ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju.

Portaria Conjunta nº 54/2019 GP1, publicada no DJ de 23 de agosto de 2019 - Regulamenta o processo de autorização dos Serviços Notariais e de Registro para a realização de Conciliação e de Mediação no âmbito do Estado de Sergipe.

Portaria nº 57/2019 GP1, publicada no DJ de 05 de setembro de 2019 - Estabelece o quantitativo de vagas para elaboração da escala de férias dos Juízes de Direito para o ano de 2020.

Portaria Conjunta nº 58/2019 GP1, publicada no DJ de 09 de setembro de 2019 - Altera dispositivos da Portaria Normativa Conjunta nº 32/2019 GP1.

Portaria nº 60/2019 GP1, publicada no DJ de 16 de setembro de 2019 - Acresce ao Calendário do Poder Judiciário o feriado do dia 30 de setembro de 2019 para a Comarca de Porto da Folha.

Portaria nº 61/2019 GP1, publicada no DJ de 16 de setembro de 2019 - Suspende expediente da 2ª Vara da Comarca de Itaporanga D'Ajuda.

Portaria nº 62/2019 GP1, publicada no DJ de 16 de setembro de 2019 – Suspende expediente da Comarca de Porto da Folha.

Portaria nº 66/2019 GP1, publicada no DJ de 23 de setembro de 2019 - Altera Calendário do Poder Judiciário referente à Comarca de Poço Redondo.

Portaria nº 73/2019 GP1, publicada no DJ de 05 de novembro de 2019 - Suspende expedientes das 4ª e 5ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 74/2019 GP1, publicada no DJ de 05 de novembro de 2019 - Suspende expedientes das 6ª e 7ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju.

Portaria nº 75/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de dezembro de 2019 - Estabelece a forma de pagamento da conversão de um terço de

cada período de férias dos magistrados, em abono pecuniário, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 76/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de dezembro de 2019 - Estabelece a forma de pagamento da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição ou de acervo processual, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 77/2019 GP1, publicada no DJ de 12 de dezembro de 2019 - Institui o trabalho remoto no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 78/2019 GP1, publicada no DJ de 13 de dezembro de 2019 - Altera, inclui e revoga dispositivos da Portaria nº 77/2018 GP1, que trata dos Órgãos Administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, melhor definindo as atribuições da Coordenadoria de Perícias Judiciais, dentre outras providências.

Portaria nº 01/2020 GP1, publicada no DJ de 09 de janeiro de 2020 - Aumenta o valor financeiro mensal do Auxílio-Saúde concedido aos Servidores e Magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 02/2020 GP1, publicada no DJ de 20 de janeiro de 2020 - Regulamenta os procedimentos para o uso do nome social no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências, nos termos da Resolução CNJ nº 270, de 11 de dezembro de 2018.

Portaria nº 03/2020 GP1, publicada no DJ de 20 de janeiro de 2020 - Altera a composição do Comitê Gestor Orçamentário, de Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 04/2020 GP1, publicada no DJ de 07 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre as inscrições para os servidores efetivos se candidatarem ao Auxílio Bolsa-Estudo, conforme Resolução nº 22, de 16 de agosto de 2018.

Portaria nº 05/2020 GP1, publicada no DJ de 12 de fevereiro de 2020 - Acresce dispositivos à Portaria TJSE nº 76/2019 GP1, que estabelece a forma de pagamento da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição ou de acervo processual, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 07/2020 GP1, publicada no DJ de 19 de fevereiro de 2020 - Atualiza os valores financeiros mensais do Auxílio-Saúde concedido aos Servidores e Magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e do Auxílio-Alimentação concedido aos Servidores e Magistrados ativos do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta nº 12/2020 GP1, publicada no DJ de 13 de março de 2020 - Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, publicada no DJ de 18 de março de 2020 - Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) e autoriza, excepcionalmente, até o dia 02 de abril de 2020, respeitado o horário de expediente forense, o regime diferenciado de trabalho remoto integral para os servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, da capital e do interior, inclusive da Escola Judicial do Estado de Sergipe – EJUSE.

Portaria Conjunta nº 15/2020 – GP1, publicada no DJ de 19 de março de 2020 - Autoriza as serventias extrajudiciais do Estado de Sergipe a receberem o pagamento dos emolumentos devidos pelos usuários com o uso de cartão de débito e de crédito, caso assim desejem os contribuintes.

Portaria Conjunta nº 16/2020 GP1, publicada no DJ de 23 de março de 2020 - Altera dispositivos da Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, prorrogando o regime diferenciado de trabalho remoto integral, até o dia 30 de abril de 2020, e suspende os prazos processuais.

Portaria Conjunta nº 19/2020 GP1, publicada no DJ de 30 de março de 2020 - Altera dispositivos da Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta nº 16/2020 GP1 que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria Conjunta nº 21/2020 GP1, publicada no DJ de 02 de abril de 2020 - Dispõe sobre suspensão de concessão e gozo das férias de magistrados de 1º e 2º Graus, servidores, estagiários, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria nº 22/2020 GP1, publicada no DJ de 03 de abril de 2020 - Altera, acresce e revoga dispositivos da Portaria nº 63/2016 GP1, que criou o Portal de Acesso à Justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, para fins de permitir o cadastro de peritos externos.

Portaria Conjunta nº 23/2020 GP1, publicada no DJ de 03 de abril de 2020 - Dispõe sobre suspensão de concessão e gozo das licenças-prêmio de magistrados de 1º e 2º Graus e servidores, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria Conjunta nº 24/2020 GP1, publicada no DJ de 03 de abril de 2020 - Institui Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria nº 26/2020 GP1, publicada no DJ de 07 de abril de 2020 - Regulamenta a composição do Gabinete de Crise instituído pelo artigo 5° da Portaria n° 24/2020 GP1, para acompanhamento e articulação de medidas temporárias a serem tomadas em razão da Pandemia da COVID-19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta n° 28/2020 GP1, publicada no DJ de 13 de abril de 2020 - Acrescenta dispositivos à Portaria nº 24/2020 GP1 que instituiu o Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria Conjunta n° 29/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de abril de 2020 - Dispõe sobre audiências de conciliação nas reclamações pré-processuais e nos processos judiciais por videoconferência em todas as unidades jurisdicionais do Estado de Sergipe, em caráter facultativo, excepcional e provisório, e dá outras providências.

Portaria Conjunta n° 31/2020 GP1, publicada no DJ de 27 de abril de 2020 - Prorroga no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nºs 16/2020 GP1 e 19/2020 GP1, modificando as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências, tendo em vista a edição da Resolução n° 314, de 20 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria n° 32/2020 GP1, publicada no DJ de 27 de abril de 2020 - Disciplina o uso da plataforma emergencial de videoconferência para as sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Portaria Conjunta n° 33/2020 GP1, publicada no DJ de 27 de abril de 2020 - Dispõe sobre a intimação por meio de aplicativo de mensagens multiplataforma, em caráter excepcional e provisório, no âmbito do 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta n° 34/2020 GP1, publicada no DJ de 04 de maio de 2020 - Dispõe sobre a realização de audiências por videoconferência nos processos cíveis, presididas por magistrados, em caráter excepcional e provisório, e dá outras providências.

Portaria Conjunta n° 37/2020 – GP1, publicada no DJ de 06 de maio de 2020 - Suspende, a partir do mês de maio, os efeitos dos incisos I e II do art. 2º-A, da Portaria Conjunta nº 24/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta n° 28/2020 GP1, que instituiu o Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria nº 38/2020 – GP1, publicada no DJ de 08 de maio de 2020 - Suspende o prazo de validade dos processos seletivos de estágio de nível médio e superior promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe durante o período de vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Portaria Conjunta nº 39/2020 – GP1, publicada no DJ de 11 de maio de 2020 - Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nº 16/2020 GP1 e 19/2020 GP1, e dá outras providências, tendo em vista a edição da Resolução nº 318, de 07 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria nº 43/2020 – GP1, publicada no DJ de 26 de maio de 2020 - Estabelece o quantitativo de vagas para elaboração da escala de férias dos Juízes de Direito para o ano de 2021.

Portaria nº 44/2020 – GP1, publicada no DJ de 26 de maio de 2020 - Acresce ao Calendário do Poder Judiciário o feriado do dia 24 de junho para a Comarca da Barra dos Coqueiros.

Portaria nº 45/2020 – GP1, publicada no DJ de 26 de maio de 2020 - Altera o Calendário de 2020 do Poder Judiciário do Estado de Sergipe quanto à Comarca de Nossa Senhora do Socorro, mudando de 07 de julho de 2020 para 25 de maio de 2020 a comemoração do feriado municipal referente à Emancipação Política do Município de Nossa Senhora do Socorro, conforme consta na Lei Municipal nº 1.422/2020, da Prefeitura Municipal desse Município.

Portaria Conjunta nº 46/2020 – GP1, publicada no DJ de 27 de maio de 2020 - Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nºs 16/2020 GP1, 19/2020 GP1, 31/2020 GP1 e 39/2020 GP1 e dá outras providências, tendo em vista a edição da Portaria nº 79, de 22 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria Conjunta nº 47/2020 – GP1, publicada no DJ de 27 de maio de 2020 - Dispõe sobre a realização de audiências criminais, por videoconferência, em caráter excepcional e provisório, em todas as unidades jurisdicionais criminais do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 49/2020 – GP1, publicada no DJ de 01 de junho de 2020 - Acresce ao Calendário do Poder Judiciário o feriado do dia 24 de junho para a Comarca de São Cristóvão.

Portaria Conjunta nº 51/2020 – GP1, publicada no DJ de 04 de junho de 2020 - Dispõe sobre o recebimento, em caráter provisório e excepcional, de formulário de pré-atermação enviado pelas partes desacompanhadas

de advogados aos Atendimentos Gerais/Setores de Distribuição dos Fóruns Integrados que sediam Juizados Especiais autônomos ou para as unidades jurisdicionais que possuem competência para procedimentos do sistema dos Juizados Especiais.

Portaria Conjunta nº 53/2020 GP1, publicada no DJ de 09 de junho de 2020 - Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nºs 16/2020 GP1, 19/2020 GP1, 31/2020 GP1, 39/2020 GP1 e 46/2020 GP1 e dá outras providências, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria Conjunta nº 55/2020 GP1, publicada no DJ de 19 de junho de 2020 - Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nºs 16/2020 GP1, 19/2020 GP1, 31/2020 GP1, 39/2020 GP1, 46/2020 GP1 e 53/2020 GP1 e dá outras providências, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 01 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e o deliberado pelo Gabinete de Crise do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta nº 58/2020 GP1, publicada no DJ de 02 de julho de 2020 - Suspende, a partir do mês de agosto, os efeitos do artigo 1º, caput e §§1º e 2º, da Portaria Conjunta nº 21/2020 GP1, bem como do inciso IV do art. 2º-A, da Portaria Conjunta nº 24/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta nº 28/2020 GP1, que instituiu o Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria nº 60/2020 GP1, publicada no DJ de 10 de julho de 2020 - Inclui e revoga dispositivos da Portaria nº 77/2018 GP1, que trata dos Órgãos Administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, remodelando a unidade socioambiental.

Portaria Conjunta nº 61/2020 GP1, publicada no DJ de 13 de julho de 2020 - Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, em parte, o regime instituído pela Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias Conjuntas nºs 16/2020 GP1, 19/2020 GP1, 31/2020 GP1, 39/2020 GP1, 46/2020 GP1, 53/2020 GP1 e 55/2020 GP1 e dá outras providências, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 01 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e o deliberado pelo Gabinete de Crise do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de julho de 2020 - Estabelece protocolo de emergência para funcionamento e retorno das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, padronizando ações e disciplinando o controle de acesso, circulação

e permanência do público externo, dos servidores e magistrados, com foco na prevenção e no enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria nº 63/2020 GP1, publicada no DJ de 20 de julho de 2020 - Altera o inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 22/2017 GP1, que dispõe sobre as atribuições dos Estagiários de Nível Médio do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria Conjunta nº 64/2020 GP1, publicada no DJ de 27 de julho de 2020 - Acresce dispositivo ao Anexo II da Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1 que estabelece protocolo de emergência para funcionamento e retorno das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, padronizando ações e disciplinando o controle de acesso, circulação e permanência do público externo, dos servidores e magistrados, com foco na prevenção e no enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria Conjunta nº 65/2020 GP1, publicada no DJ de 27 de julho de 2020 - Suspende, a partir do mês de agosto, os efeitos do artigo 1º caput e parágrafo único, da Portaria Conjunta nº 23/2020 GP1 que dispõe sobre suspensão de concessão, e gozo das licenças-prêmio de magistrados de 1º e 2º Graus e servidores, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria Conjunta nº 66/2020 GP1, publicada no DJ de 30 de julho de 2020 - Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 13/2020 GP1 para instituir o regime de atendimento presencial por videoconferência.

Portaria Conjunta nº 67/2020 GP1, publicada no DJ de 10 de agosto de 2020 - Suspende, a partir de 10 de agosto de 2020, os efeitos da Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta nº 64/2020 GP1, que estabelece protocolo de emergência para funcionamento e retorno das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, padronizando ações e disciplinando o controle de acesso, circulação e permanência do público externo, dos servidores e magistrados, com foco na prevenção e no enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria Conjunta nº 68/2020 GP1, publicada no DJ de 12 de agosto de 2020 - Revoga, a partir de 12 de agosto de 2020, a Portaria Conjunta nº 67/2020 GP1, que suspendeu, a partir de 10 de agosto de 2020, os efeitos da Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta nº 64/2020 GP1, bem como altera dispositivos da Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1, que estabelece protocolo de emergência para funcionamento e retorno das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, padronizando ações e disciplinando o controle de acesso, circulação e permanência do público externo, dos servidores e magistrados, com foco na prevenção e no enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria Conjunta nº 69/2020 GP1, publicada no DJ de 14 de agosto de 2020 - Dispõe sobre o acesso às garagens internas da sede do Palácio

do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e do Fórum Gumersindo Bessa através do Sistema de Identificação Eletrônico de Veículos da Diretoria de Segurança do TJSE.

Portaria Conjunta nº 70/2020 GP1, publicada no DJ de 25 de agosto de 2020 - Altera a Ementa e o artigo 1º da Portaria Conjunta nº 29 GP1, de 16 de abril de 2020.

Portaria Conjunta nº 72/2020 GP1, publicada no DJ de 28 de agosto de 2020 - Suspende, a partir do mês de setembro de 2020, os efeitos do inciso III do art. 2º-A, da Portaria Conjunta nº 24/2020 GP1, alterada pela Portaria Conjunta nº 28/2020 GP1, que instituiu o Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, diante da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde.

Portaria Conjunta nº 73/2020 GP1, publicada no DJ de 03 de setembro de 2020 - Altera dispositivos da Portaria nº 71/2019 GP1, que dispõe sobre a Distribuição do Quadro de Estagiários de nível superior no Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 75/2020 GP1, publicada no DJ de 06 de outubro de 2020 - Inclui o parágrafo único no artigo 1º da Portaria 10/2014 GP1, que divulga os dias e horários de funcionamento das sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, para possibilitar a alteração temporária do horário inicial das sessões em situações excepcionais.

Portaria nº 78/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

Portaria nº 80/2020 GP1, publicada no DJ de 03 de novembro de 2020 - Institui o Grupo de Juízes Voluntários, titulares e/ou substitutos, para assumir os plantões de dias não úteis para os quais foram designados magistrados que fazem parte do grupo de risco para COVID-19, até março de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 81/2020 GP1, publicada no DJ de 11 de novembro de 2020 - Estabelece o procedimento para conversão de autos físicos em eletrônicos para fins de julgamento em sessão virtual ou presencial por videoconferência, no âmbito do 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 82/2020 GP1, publicada no DJ de 12 de novembro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos e atividades da Central Integrada de Alternativas Penais do Estado de Sergipe.

Portaria nº 83/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de novembro de 2020 - Estabelece cronograma de remessa de processos ao Arquivo Geral

do Judiciário, em atendimento ao artigo 5º, §3º da Resolução nº 09/2020, publicada em 13 de agosto de 2020, que instituiu a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 84/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de novembro de 2020 - Dispõe acerca de cronograma de requerimento e pagamento, para o ano de 2020, da licença-prêmio dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo e dos magistrados do Quadro do Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 326, de 06 de setembro de 2019 e regulamentada pela Resolução TJSE nº 29/2019.

Portaria nº 85/2020 GP1, publicada no DJ de 26 de novembro de 2020 - Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

Portaria nº 86/2020 GP1, publicada no DJ de 26 de novembro de 2020 - Altera Calendário do Poder Judiciário referente à Comarca de Carira.

Portaria nº 89/2020 GP1, publicada no DJ de 16 de dezembro de 2020 - Altera a redação de dispositivo da Portaria nº 80/2018 – GP1 – Normativa que dispõe sobre o Plantão Judiciário no âmbito da Justiça Estadual de Sergipe, inclusive no recesso forense, procedimentos de tramitação dos processos eletrônicos e composição de escalas.

Portaria nº 95/2020 GP2, publicada no DJ de 26 de março de 2020 - Institui Grupo de Trabalho para análise, debate e elaboração de parecer sobre a situação do Juizado Especial da Fazenda Pública - JEFAZ, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 101/2020 GP2, publicada no DJ de 13 de abril de 2020 - Designa os membros para compor o Gabinete de Crise instituído pelo artigo 5º da Portaria nº 24/2020 GP1, para acompanhamento e articulação de medidas temporárias a serem tomadas em razão da Pandemia da COVID-19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 103/2020 GP2, publicada no DJ de 22 de abril de 2020 - Altera composição do Comitê Gestor das Metas Nacionais do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 105/2020 GP2, publicada no DJ de 06 de maio de 2020 - Altera e acresce a composição do Gabinete de Crise instituído pelo artigo 5º da Portaria nº 24/2020 GP1, para acompanhamento e articulação de medidas temporárias a serem tomadas em razão da Pandemia da COVID-19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 114/2020 GP2, publicada no DJ de 08 de maio de 2020 - Altera a redação dos incisos III e X do artigo 1º da Portaria nº 101/2020 GP2,

que designa os membros para compor o Gabinete de Crise instituído pelo artigo 5º da Portaria nº 24/2020 GP1, para acompanhamento e articulação de medidas temporárias a serem tomadas em razão da Pandemia da COVID-19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Portaria nº 118/2020 GP2, publicada no DJ de 01 de junho de 2020 - Prorroga a Comissão para revisão da automação e procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 125/2020 GP2, publicada no DJ de 10 de junho de 2020 - Altera composição da Comissão para revisão da automação e procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 126/2020 GP2, publicada no DJ de 10 de junho de 2020 - Institui Grupo de Trabalho para elaboração da padronização dos atos administrativos, para publicação no Diário da Justiça e correspondente fluxo de automação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Portaria nº 169/2020 GP2, publicada no DJ de 05 de outubro de 2020 - Institui Grupo de Trabalho de Implantação da Turma Recursal Permanente, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Portaria nº 185/2020 GP2, publicada no DJ de 16 de novembro de 2020 - Constitui Comissão para Implantação do Sistema BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da Informação da Construção), pelo período de 02 (dois) anos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Portaria nº 187/2020 GP2, publicada no DJ de 19 de novembro de 2020 - Inclui o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Poder Judiciário do Estado de Sergipe como membro do Grupo de Estudo e de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados, instituído pela Portaria Normativa GP2 nº 32, de 29 de janeiro de 2019.

Portaria nº 188/2020 GP2, publicada no DJ de 19 de novembro de 2020 - Compõe o Grupo de Estudo e de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, conforme Portaria Normativa GP2 nº 32, de 29 de janeiro de 2019.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa nº 01/2019, publicada no DJ de 14 de junho de 2019 - Dispõe sobre as férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, bem como as substituições delas decorrentes.

Instrução Normativa nº 02/2019, publicada no DJ de 19 de julho de 2019 - Altera a Instrução Normativa nº 03/2016 que "estabelece devolução das custas processuais e emolumentos".

Instrução Normativa nº 03/2019, publicada no DJ de 25 de setembro de 2019 - Altera a redação do artigo 2° e acrescenta parágrafo único ao aludido dispositivo da Instrução Normativa n° 05/2015, que regulamenta a concessão de folga para os servidores convocados pela Justiça Eleitoral, na forma do art. 98 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 01/2020, publicada no DJ de 23 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 02/2020, publicada no DJ de 31 de janeiro de 2020 - Altera o art. 2° da Instrução Normativa n° 01/2020, que dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 03/2020 - publicada no DJ de 13 de março de 2020 - Dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 04/2020, publicada no DJ de 24 de março de 2020 - Regulamenta o recebimento, custódia e destinação de instrumentos de crime e objetos apreendidos vinculados a processos criminais do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 05/2020, publicada no DJ de 07 de julho de 2020 - Acresce dispositivo à Instrução Normativa n° 01/2019, que dispõe sobre as férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, bem como as substituições delas decorrentes.

Instrução Normativa nº 06/2020, publicada no DJ de 20 de outubro de 2020 - Altera a Instrução Normativa nº 9/2017 para incluir a Defensoria Pública e o Ministério Público nas regras de expiração de senhas de acesso ao sistema, além de prever a concessão de acesso externo aos estagiários de nível superior.

Instrução Normativa nº 07/2020, publicada no DJ de 22 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a distribuição e cadastro de processos de Violência Doméstica contra a Mulher no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Instrução Normativa nº 08/2020, publicada no DJ de 03 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a concessão de atestados de aptidão psicológica e capacidade técnica para manuseio de arma de fogo a Magistrados de 1º e 2º Graus de Jurisdição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

4 – LIVES E VIDEOCONFERÊNCIAS REALIZADAS DURANTE A PANDEMIA

05 de maio de 2020 – Participações: Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto
Assunto – Sessões Virtuais e Sessões Ordinárias Presenciais por Videoconferência.
Público-Alvo – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA

11 de maio de 2020 – Participações: Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto
Assunto – TJSE apresenta novas modalidades de sessões virtuais e por videoconferência para a PGE, via Webinar.
Público-Alvo – Procuradoria Geral do Estado

12 de maio de 2020 – Participações: Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade e Dr. Marcos de Oliveira Pinto
Assunto - Sessões Virtuais e Sessões Presenciais por Videoconferência no Judiciário sergipano.
Público-Alvo – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Sergipe

18 de maio de 2020 – Palestrante: Dr. Marcos de Oliveira Pinto
Assunto - Ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no enfrentamento da pandemia e as perspectivas do Judiciário para o pós-crise.
Público-Alvo – Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames)

24 de julho de 2020 – Palestrante: Dr. Marcos de Oliveira Pinto
Assunto – Plano de Retomada do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
Público-Alvo – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa)

5 – DADOS ESTATÍSTICOS

TIPO	2019											
	FEV	MAR.	ABR.	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANEXO	1	-	3	2	2	-	6	9	1	2	2	**28**
AUTORIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	**1**
CERTIDÃO	3	2	5	6	2	2	-	3	1	4	3	**31**
DECISÃO	122	110	156	144	109	169	150	161	138	164	134	**1.557**
DECLARAÇÃO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	**1**
DESPACHO	350	402	439	370	278	409	341	349	397	498	260	**4.093**
E-MAIL	110	119	171	174	120	197	150	146	190	170	159	**1.706**
EMENDAS REGIMENTAIS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
INFORMAÇÃO	1	1	1	-	-	2	-	-	-	-	1	**6**
OFÍCIO	8	18	13	12	14	11	12	39	22	17	11	**177**
OFÍCIO CIRCULAR	1	3	12	16	3	5	12	7	2	11	9	**81**
PORTARIA	12	27	9	5	3	2	6	6	1	6	4	**81**
REQUERIMENTOS	-	4	2	3	3	2	8	-	5	5	1	**33**
RESOLUÇÃO	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	**3**

TIPO	2020												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ ATÉ 17/12	TOTAL
ANEXO	-	2	2	-	-	-	1	-	-	1	2	-	**8**
ATA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	**3**
CERTIDAO	-	1	1	-	1	-	-	1	2	1	4	-	**11**
DECISÃO	130	104	164	64	118	59	124	124	146	115	132	67	**1.347**
DECLARAÇAO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	**1**
DESPACHO	354	284	391	316	356	303	489	557	524	527	500	297	**4.898**
E-MAIL	119	118	214	103	99	112	213	193	195	187	209	89	**1.851**
EMENDAS REGIMENTAIS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
INFORMAÇÃO	4	1	-	1	1	-	1	1	3	-	-	2	**14**
OFICIO	15	14	29	10	17	15	18	13	17	12	13	7	**180**
OFÍCIO CIRCULAR	4	7	5	5	5	8	8	15	12	4	4	11	**88**
PORTARIA	12	2	8	15	11	5	10	9	1	6	12	1	**92**
REQUERIMENTOS	4	1	2	-	2	-	-	3	6	-	5	1	**24**
DOCS. EXTERNOS	54	48	32	60	44	61	50	111	53	85	64	34	**696**
TOTAL	697	582	848	574	654	564	914	1.027	959	939	946	510	**9.214**



Inscrição para acordo direto de credores de precatórios, em novembro de 2020

DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

O Departamento de Precatórios (Deprec) é o órgão responsável pelo processamento, execução e pagamento dos precatórios das Fazendas Públicas Estadual e Municipal, bem como dos demais entes das Administrações Públicas Indiretas da União, do Estado de Sergipe e respectivos Municípios. Tem como incumbência a elaboração de cálculos, informações e pareceres relativos ao acompanhamento de precatórios, controle financeiro e comunicação com as entidades devedoras. No biênio de 2019-2021, as principais ações desempenhadas no Deprec foram as seguintes:

OFÍCIO PRECATÓRIO

Entre 04 de abril de 2019 a 24 de novembro de 2020 foram recepcionados 13.586 ofícios precatórios e, após a análise de conformidade entre os dados e peças processuais exigidos pela Resolução nº 303/2019 do CNJ, foram distribuídos o total de 4.582 precatórios, com a consequente

expedição dos ofícios requisitórios. Diante do grande número de rejeições dos ofícios precatórios em 2019, o Deprec, em parceria com a Ejuse, realizou Curso Presencial de Expedição de Ofício Precatório, formatado em quatro turmas, com 20 alunos cada, em razão da quantidade de computadores disponíveis no Laboratório.

O aludido curso fez parte do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores oferecido pela Ejuse e seria novamente realizado em 2020, porém, diante da pandemia, o curso presencial não pôde ser realizado na modalidade presencial. Nesse compasso, com o fito de orientar a expedição de Ofícios Precatórios, aproximar e sintonizar o Departamento com as unidades judiciais foi necessário um novo plano de ação, que resultou no lançamento do videotutorial on-line, disponibilizado no canal do YouTube do TJSE.

REPASSE DE VALORES DOS ENTES DEVEDORES

O Deprec realiza a cobrança e fiscalização dos valores que devem ser transferidos ao TJSE pelos entes devedores para pagamento de seus requisitórios. Esse processo se inicia com parecer contábil emitido pela Divisão de Processamento e Cálculos, com a finalidade de informar aos gestores dos entes devedores o valor anual e possibilidade do parcelamento mensal. Este, denominado, Plano de Pagamento, consiste em disponibilizar valores para pagamento de seus requisitórios, dentro do exercício financeiro do ano subsequente.

No caso dos entes devedores em Regime Especial – entes que em 25/03/2015 estavam em mora com o pagamento de seus precatórios, que deverão ser quitados até 31/12/2024 – os planos de pagamento serão homologados e publicados pelo Tribunal de Justiça até 10 de dezembro do corrente ano, em seu sítio eletrônico, garantindo a transparência e acompanhamento destes pelos entes devedores, credores e jurisdicionados de forma geral. Outrossim, estabelecidos os planos de pagamentos, o Deprec realiza o acompanhamento dos aportes financeiros e, em sendo identificada a inadimplência, são tomadas as medidas pertinentes a exemplo do bloqueio do recurso do FPM pela Secretaria do Tesouro Nacional, utilização da ferramenta SISBAJUD e da inclusão no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV).

No caso dos entes devedores em Regime Geral, faculta-se ao Tribunal de Justiça formalizar convênio com a entidade devedora objetivando: permitir ao Ente Devedor conhecer o montante da dívida e disponibilizar os recursos no orçamento ou, autorizar junto a repasses e transferências constitucionais, a retenção do valor necessário de modo a pagar o valor integral de forma parcelada mês a mês.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DEPREC

Em atenção ao contido na Resolução nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário, foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça todas as informações necessárias e da forma requerida para composição de Mapa Anual e Estatístico. Ademais, a fim de contribuir na construção de sistema nacional de gestão e expedição de precatórios, RPVs e SPVS, o CNJ solicitou a colaboração do TJSE na construção do aludido sistema, juntamente com os tribunais do Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO 303/2019 DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios, trazendo alterações nos procedimentos que impactam diretamente nas unidades jurisdicionais e no Departamento de Precatórios. Destarte, a fim de realizar as devidas adequações sistêmicas foi aberto procedimento específico para tal finalidade. A proposta de projeto e construção do projeto está dividida em três fases, conforme proposto pela Diretoria de Modernização.

A primeira entrega traz os itens referentes ao Ofício de Expedição de Precatórios, alterações na RPV para permitir o pagamento da parcela superpreferencial e gerenciamento dos precatórios. A segunda entrega contemplará os dados estatísticos referentes à lista de cronologia e mapa anual. A terceira entrega refere-se à confecção dos cálculos e pagamentos dos impostos, ainda no juízo de execução e, a automação do ato de rateio. Diante da existência de implantação do PJe do Conselho Nacional de Justiça, o projeto de adequação sistêmica às modificação a Resolução nº 303/2019 encontra-se na fase de entrega.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Antecipação e cronologia

Considerando a necessidade de solucionar os pedidos de preferência pendentes, inclusive, em litisconsórcio no mesmo precatório, bem como o ingresso diário de novos pedidos prioritários, conjugado com a necessidade de estabelecer critérios no sentido de garantir, no mesmo exercício, também o pagamento de precatório segundo a cronologia, ficou estabelecido o pagamento da parcela superprefencial por meio de cronogramas de pagamentos. Dessa forma, o Departamento de Precatórios, dando pleno cumprimento ao disposto no art. 100, § 1º e § 2º da Constituição Federal e

art. 102, caput, e § 2º do ADCT, realiza o pagamento da ordem cronológica no lapso temporal compreendido entre os lotes de pagamento das parcelas superpreferenciais.

Dentro dessa perspectiva, o Departamento de Precatórios realizou o provisionamento de R$ 80.114.577,79 (oitenta milhões, cento e catorze mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos) e pagamento de R$ 94.943.812,27 (noventa e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil e oitocentos e doze reais e vinte e sete centavos), posição de 05/11/2020. O Departamento de Precatórios planeja realizar, ainda, o pagamento de precatórios, na ordem cronológica, nos meses de dezembro/2020 e janeiro/2021 no montante de R$ 68.507.585,99 (sessenta e oito milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Acordo Direto

O Acordo Direto é forma de pagamento de precatórios de entes devedores do Regime Especial, encontra-se disciplinado no art. 97, caput, e §§ 6º e 8º, inciso III, dos ADCT, sendo, também regulamentado na Resolução 303/2019 do CNJ. Nesse compasso, o Estado de Sergipe e o Município de Aracaju formularam convênio com o TJSE para a operacionalização dos procedimentos, ocasião em que a contratação e custo com equipe profissional na área de contabilidade para execução dos cálculos nos acordos diretos referentes aos precatórios municipais e estaduais ficou a cargo do Município de Aracaju. A contrapartida do TJSE é a disponibilização de local adequado para atuação da equipe contábil prevista, bem como estabelecer as diretrizes de elaboração e revisar os cálculos realizados pela equipe profissional.

Destarte, forçoso salientar que o convênio, além de não implicar em aumento de despesa aos cofres do Tribunal de Justiça, não sobrecarregará a Divisão de Processamento e Cálculos que continuará a atualizar os precatórios para pagamento na ordem cronológica e superpreferenciais. Após a formalização do Convênio, devidamente publicado no DJE nº 5470 de 07 de outubro de 2020 com prazo de duração de 01 ano, foram lançadas as portarias conjuntas entre o TJSE e Município de Aracaju e TJSE e Estado de Sergipe, publicadas por meio das Portarias Normativas 76 e 77/2021, ambas GP1- Normativa, após foram deflagrados os respectivos Editais publicados no DJE nº 5484 de 29 de outubro de 2020.

O Deprec projeta o pagamento integral, em janeiro/2021, dos credores do Município de Aracaju que aderiram ao Acordo Direto, e do início do pagamento dos credores do que aderiram ao Acordo Direto Estado de Sergipe, dependendo da entrega das implementações sistêmicas pela SETECI, conforme decidido no SEI nº0016054-79.2020.8.25.8825.

Ato de Rateio

Considerando a necessidade de repasse de recurso pelo TJSE ao TRT20 e TRF5ª atendendo à proporcionalidade do montante do débito presente em cada tribunal, o Deprec realizou, no biênio 2019/2021, 03 (três) atos de rateio que, ao todo, movimentaram a quantia de R$ 194.991.395,51 (cento e noventa e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Desse montante, foram repassados ao TRT20 a soma de R$ 13.031.836,75 (treze milhões, trinta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos); para o TRF5 o valor de R$ 15.296.181,78 (quinze milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e um reais e setenta e oito centavos); e para o TJSE o montante de R$ 166.663.376,98 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos). Há previsão de novo rateio a ser realizado até o final da gestão.



Juíza Rosa Geane com Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) foi criada pela Lei Estadual nº 6.479/2008, com as alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 6.578/2009 e 8.204/2017, como órgão integrante da estrutura administrativa da Presidência do TJSE. Dentre as suas atribuições legais, destacam-se: coordenar e orientar as atividades dos Juízes de Direito com jurisdição na área, fornecendo informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculante; propor sugestões para uniformização de procedimentos; promover articulação e interlocução entre o Tribunal de Justiça, magistrados, organizações governamentais e não governamentais; entre outras.

Em 05 de fevereiro de 2019, a Portaria nº 181/2019 designou a Juíza Rosa Geane Nascimento Santos para exercer essa função. A Coordenadoria da Infância e da Juventude assumiu um caráter institucional sedimentado na

necessidade de melhoria continuada da prestação do serviço jurisdicional especializado e de articulação intersetorial, não podendo ser apenas fruto de gestões específicas nos Tribunais. As ações desenvolvidas pela CIJ têm contribuído para ampliar a visibilidade da atuação do Judiciário, entre os integrantes do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O biênio 2019-2020 foi marcado por grandes desafios, dentre os quais destacamos a pandemia causada pelo coronavírus. Foi um momento Em que as ações outrora planejadas, as demandas espontâneas e as emergenciais tiveram que ser adaptadas e executadas com foco na observância que criança e adolescente é prioridade absoluta. A equipe trabalhou de forma concreta e eficaz para cumprir o seu papel nessa nova realidade, empenhando-se no atendimento de suas atribuições institucionais.



Reunião com a Ministra Damares Alves

Esse projeto tem o objetivo de efetivar os direitos assegurados à criança e ao adolescente pelo artigo 227, da Constituição Federal, com ações para fomentar a criação, a implementação ou a melhoria das políticas públicas, por meio de leis, pactos, convênios, termos de cooperação técnica e outros. Visando à materialização da sua proposta de intervenção, foram implementadas diversas ações, destacando-se a disseminação da campanha de sensibilização dos representantes dos poderes constituídos, por meio do ato simbólico de adesão vestindo a camisa da campanha Criança e Adolescente – Prioridade Absoluta.

O ECA diz que são diretrizes da política de atendimento, no seu art. 88 – V, a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo

local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional. Partindo dessa premissa, a Juíza Coordenadora da Infância e Juventude passou a utilizar de diversos espaços para mostrar a importância e propor a instalação em Sergipe de Centros Integrados da Criança e do Adolescente.

As discussões foram realizadas no âmbito da gestão municipal, estadual, federal e no Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Como resultado, o Estado de Sergipe foi escolhido para receber o Projeto-Piloto para implantação do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, através de parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão do Governo Federal ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO

Em virtude do funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) em todo o Brasil, em vigor desde o dia 10 de outubro, o TJSE, por meio da CIJ, realizou treinamentos para os operadores do sistema. Assessores de juiz, chefes de Secretaria das Comarcas e Distritos, assistentes sociais, psicólogos e integrantes da Comissão Estadual Judiciária da Adoção (Ceja) participam da capacitação para otimizar o uso do novo sistema.

Foram realizadas articulações entre a Coordenadoria da Infância e da Juventude e a Corregedoria Geral da Justiça, por meio dos Processos SEI 0029760-66.2019.8.25.8825 e 0030484-70.2019.8.25.8825, visando à divulgação de Ato Normativo determinado pelo art 8º da Resolução CNJ 289/2019, resultando na aprovação da Portaria Conjunta sobre as funcionalidades do SNA.

O fomento à atualização dos dados do CNA e CNCA entre os Magistrados, antes da implementação do SNA, resultou na inativação de muitos cadastros, diminuindo o número de pretendentes ativos e, principalmente, encurtando a fila para a adoção. Conforme tabelas abaixo, verifica-se que o quantitativo de crianças e adolescentes disponíveis para adoção foi reduzido em mais da metade, sendo a lista composta majoritariamente por adolescentes e grupos de irmãos. Durante a gestão, foram intensificadas as ações de articulações para efetivação da reavaliação da medida de acolhimento institucional.

CNA-SE - Pretendentes por idade aceita em 25/05/2018		
IDADE	PRETENDENTES	%
até 2	340	64,88
até 4	144	27,48
até 6	46	8,77
até 8	23	4,38
até 10	19	3,62
até 12	12	2,29
até 14	10	1,90
até 16	10	1,90

SNA-SE – Pretendentes por idade aceita em 25/05/2020		
IDADE	PRETENDENTES	%
até 2	126	32,64
até 4	144	37,30
até 6	59	15,28
até 8	23	5,90
até 10	12	3,10
até 12	6	1,50
até 14	3	0,77
até 16	0	0,00

CNA-SE – 28 Crianças e adolescentes disponíveis para adoção em 25/05/2018	
SEXO	IDADE
Masculino	17
Masculino	17
Feminino	15
Feminino	12
Masculino	15
Masculino	12
Masculino	10
Feminino	13
Masculino	12
Feminino	11
Masculino	16
Feminino	10
Masculino	15
Masculino	14
Masculino	12
Masculino	10
Masculino	15
Feminino	10
Feminino	13
Masculino	12
Feminino	5
Feminino	7
Feminino	17
Feminino	12
Masculino	11

SNA-SE – 13 Crianças e adolescentes disponíveis para adoção em 25/05/2020	
SEXO	IDADE
Masculino	16
Masculino	17
Masculino	15
Feminino	17
Masculino	17
Masculino	13
Masculino	12
Masculino	13
Masculino	14
Masculino	13
Masculino	17
Masculino	14
Feminino	14
Feminino	15

ADOÇÃO - DEIXA CRESCER O AMOR

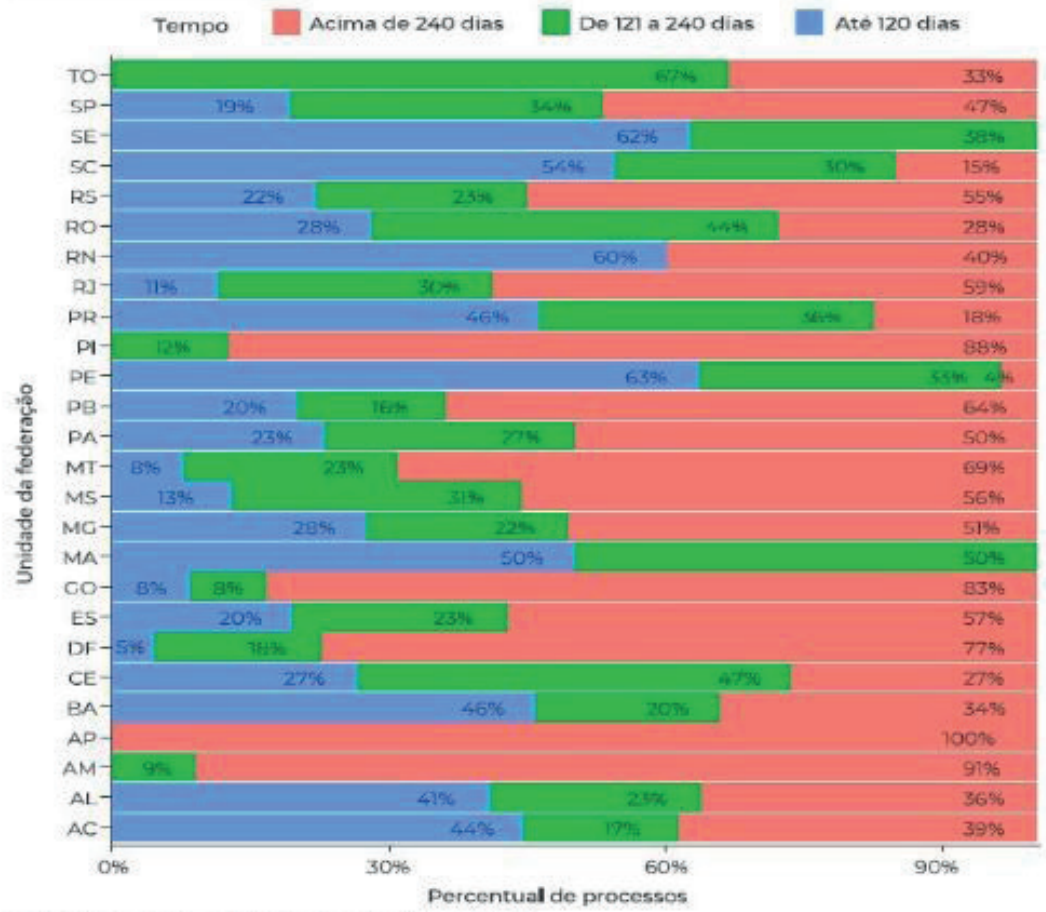


Campanha Adoção - Deixa Crescer o Amor foi apresentada aos Desembargadores em maio de 2019

Tem o objetivo de aumentar o número de adoções de crianças e adolescentes acolhidos, especialmente das adoções necessárias, promovendo ações e campanhas para esclarecimentos sobre o tema e suas questões controvertidas, e fomentando o aumento das entregas legais. Dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a apresentação da campanha aos Desembargadores e em Seminário 'Boas Práticas da Adoção: Família para Todos', promovido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e finalmente a atualização e cessão da 'Cartilha Informe Legal – Adoção' à Secretaria Nacional da Infância e da Juventude, vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Vale registar que se trata de uma cartilha com grande circulação no Estado de Sergipe, esclarece o passo a passo da adoção e estimula adoções necessárias.

No ano de 2020, o CNJ divulgou o diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, sendo que Sergipe ganhou destaque na análise dos dados referentes à adoção, sendo o Estado com a maior idade média de crianças e adolescentes adotados ou em processo de adoção. Sergipe foi o terceiro Estado com os maiores percentuais de ações de adoção concluídas em até 120 dias e também apresentou o terceiro menor tempo médio entre o início do processo e a data da sentença de adoção. Dentre os Estados do Brasil, Sergipe também apresentou a maior idade média de crianças e adolescentes em processo de adoção, considerando a data do início dos processos e a do levantamento realizado pelo CNJ.

Figura 11: Percentual de ações de adoção concluídas em até 120 dias e em até 240 dias, por Unidade da Federação



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, CNJ.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Participação no evento que discutiu o cumprimento de medidas em meio aberto

Assegurar ao TJSE e à sociedade uma rede de proteção interinstitucional ampla e funcional. É imprescindível a manutenção de um conjunto de órgãos, agentes, autoridades e entidades governamentais e não governamentais que se articulam para promover a efetivação de todos os direitos infantojuvenis. Esse é o objetivo das ações de fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente promovidas pela CIJ, que organizou e participou de várias ações ao longo do biênio.

Entre essas ações, estão reunião com a OAB para debater o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes; reunião sobre o combate ao trabalho infantil com o Judiciário, Ministério Público Estadual e do Trabalho, OAB/SE e Ministério do Trabalho; participação no 'Seminário ECA 29 anos – Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos', promovido pela OAB/SE; realização do I e II Encontro do Fórum da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente; reunião com gestores municipais e representantes do Legislativo; evento que marcou a implantação da Justiça Restaurativa na Comarca de Porto da Folha; participação na etapa estadual da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; cerimônia de posse dos novos Conselheiros Tutelares e primeiros suplentes de Aracaju; apresentação aos Secretários Nacionais os projetos do TJSE relativos à infância e juventude; reunião com o MPT para discutir parcerias em benefício de mulheres vítimas de violência e infância e juventude, entre outras.

AÇÕES DURANTE A PANDEMIA



Curso para postulantes à adoção por videoconferência

A CIJ oficiou órgãos e instituições sobre o teor da Recomendação CNJ 62/2020, sendo instados a apresentar respostas sobre as ações adotadas no âmbito da prevenção à Covid-19 nas Unidades de Acolhimento Institucional. A Divulgação da Recomendação CNJ 62/2020 foi estendida a outros órgãos/Instituições, solicitando providências para as Unidades de Acolhimento Institucional, antes da Recomendação Conjunta CNJ-CNMP-MinMFDH 01/2020.

A CIJ também foi parceira na realização do 'Encontro Estadual sobre Medidas Socioeducativas em meio aberto: do dito ao feito', uma ação do Programa Fazendo Justiça, do CNJ, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Governo de Sergipe; por meio da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social. Reuniu magistrados, gestores, equipes psicossociais das instituições, como a Fundação Renascer, os CREAS e os CRAS.

Ainda houve adaptação do Curso de Adoção, ofertado por videoconferência; promoção do Fórum Redes por videoconferência; campanha de prevenção à violência contra criança e adolescente nas redes sociais do TJSE e divulgação de ações e projetos com CREAS, Secretários da Assistência e Agremiações religiosas por videoconferência.



Entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em dezembro de 2019 à Juíza Rosa Geane

COORDENADORIA DA MULHER

Em 2019, o Presidente do TJSE, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, designou a magistrada Rosa Geane Nascimento Santos para assumir a gestão da Coordenadoria da Mulher (Cevid) nos exercícios 2019-2021, conforme Portaria Normativa nº 178/2019-GP4 Atributivas/TJSE. Retornando à gestão da Coordenadoria da Mulher em 2019, após coordenar esse cargo de agosto de 2012 a janeiro de 2013, a juíza deu continuidade ao trabalho anteriormente iniciado e inovou sua atual gestão com a criação e execução de novos programas/projetos, como o Programa 'Meu Alvo é a Paz' e o Projeto 'Educação- Justiça Restaurativa e Escola'.

Em reconhecimento aos esforços despendidos na gestão, a magistrada foi agraciada com premiações. Assim, recebeu do Senado Federal de Sergipe a Comenda de Direitos Humanos 'Dom Hélder Câmara'; recebeu da Assembleia Legislativa de Sergipe a Medalha de Direitos Humanos 'Dom José Vicente Távora'; e foi agraciada com uma Moção de Aplausos pela Câmara Municipal de Aracaju/SE. Também foi convidada pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê (Funcap) para receber a Medalha do Bicentenário

de Sergipe, a qual lhe será entregue posteriormente em decorrência da pandemia da Covid-19.

No biênio, a gestão da Cevid foi dirigida à promoção de políticas públicas e judiciárias referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher (VDFCM). Sendo priorizado os eixos da assistência, da educação, da informação, da pesquisa, da articulação com entidades governamentais e não governamentais, da formalização de parcerias público-privadas, do suporte administrativo e judiciário aos magistrados e servidores do TJSE. No eixo da assistência desenvolveu-se projetos de empoderamento a vítimas de VDFCM, de atendimento a essas mulheres, a família e aos autores desse delito, mediante encaminhamentos terapêuticos e a grupos reflexivos, respetivamente.

No eixo da Educação realizou-se palestras, lives e capacitações para o público interno e externo. No eixo da Informação, desenvolveu-se campanhas sobre VDFCM, atualizou-se o Portal da Coordenadoria da Mulher do TJSE e divulgou-se eventos locais e nacionais temáticos para o público interno e externo. No eixo da pesquisa formatou-se estatística sobre os processos de VDFCM, de feminicídio e de MPU e se criou um banco de dados com informações obtidas da Rede de Proteção.

No eixo da articulação, com entidades governamentais e não governamentais participou-se de diversos encontros, realizou-se reuniões locais e nacionais e instalou-se o Fórum Estadual da Rede de Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No eixo das parcerias público-privadas formalizou-se convênios institucionais. No eixo do suporte, aos magistrados e servidores do TJSE convocou-se juízes para reuniões e disponibilizou-se materiais e normativos para conhecimento de ambos. Também foram destinados esforços para o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ e do Planejamento Estratégico do TJSE, para o fomento das edições da campanha nacional da Semana da Justiça pela Paz em Casa, bem como para criação da Instrução Normativa nº 7/2020, que orienta sobre a distribuição dos processos de VDFCM do TJSE.

ARTICULAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE SERGIPE

Meta 09/2020 do CNJ

Em 2020, o CNJ criou a Meta 9 para integrar o rol das metas nacionais do Poder Judiciário, tendo como premissa a realização de ações de prevenção e desjudicialização de litígios voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda de 2030 do Poder Judiciário. No TJSE, o Comitê Gestor das Metas Nacionais indicou o Plano

de Ação da Cevid, referente à articulação para a implementação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe, para satisfação da Meta do CNJ; entendendo que a consolidação desse equipamento corresponde ao ODS 5 – Igualdade de Gênero, da Agenda 2030 do Poder Judiciário, por implicar diretamente na prevenção e a redução dos litígios envolvendo VDFCM.



Assinatura do Convênio para implantação da Patrulha Maria da Penha em Aracaju, em maio de 2019

Ademais, a Cevid passou a integrar o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), do CNJ; participando de reuniões nacionais quinzenalmente, de junho a dezembro de 2020, para acompanhamento da referida meta e para adequação dos Planos de Ações dos Tribunais Nacionais, sob a coordenação da Conselheira Maria Tereza Uille Gomes.

No ano de 2019 foi lançado o Fórum Estadual da Rede de Enfrentamento e Prevenção à VDFCM, com o objetivo de aproximar as entidades em busca da troca de experiências e melhorias na atuação desse delito no Estado de Sergipe. Sendo, ao longo desse biênio, realizados quatro encontros desse Fórum: 1º Encontro em março/2019; 2º Encontro em agosto/2019; 3º Encontro em junho de 2020; e o 4º Encontro em agosto de 2020.

A Cevid também contribuiu para a Assinatura do Convênio nº 03/2019 sobre a Patrulha Maria da Penha de Aracaju/SE; Convênio nº 13/2020 sobre a Patrulha Maria da Penha de Nossa Senhora do Socorro/SE; do Convênio nº 28/2019 com o SENAC sobre a disponibilização gratuita de vagas em cursos profissionalizantes a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; do Convênio nº 14/2019 com a Faculdade Pio X sobre

o atendimento psicológico às vítimas de VDFCM; do Convênio nº 21/2020 com a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe sobre o Projeto CIOSP;

Dentre as ações desenvolvidas, foram ministradas capacitações para Equipe Plantonista da DAGV, para Assistência Judiciária dos Advogados da OAB/SE, para a Guarda Municipal da Patrulha Maria da Penha de Aracaju e de outros Municípios. Realizou-se palestras presenciais sobre VDFCM no Seminário do Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, na Universidade Federal de Sergipe, em Audiências Públicas na Assembleia Legislativa de Sergipe e na Câmara Municipal de Aracaju. Ocorreram participações em eventos nacionais como o XI e o XII Fóruns Nacionais dos Juízes de Violência Doméstica – FONAVID, a XIII e a XIV Jornadas da Lei Maria da Penha e as reuniões do Colégio de Coordenadores Estaduais de Violência Doméstica –COCEVID.

Participações em meio virtual também foram feitas no Jornal Bom Dia SE, da Rede Globo; entrevista à Rádio 87 Notícias de Itabaiana/SE; e à Rádio 94.7 de Aparecida; Conferência na Academia Sergipana de Letras, na live 'O Futuro Veste Saias', com a Advogada Valdilene Martins, na live 'Mulheres que inspiram Mulheres', do Grupo Mulheres do Brasil; webinário 'Violência contra a Mulher e os Impactos da Pandemia em Sergipe', da Procuradoria em Defesa dos Direitos da Mulher da ALESE; além de diversas participações realizadas por videoconferência.

Com o lançamento do Programa 'Meu Alvo é a Paz', iniciativas relevantes foram priorizadas para promoção de políticas públicas de prevenção e combate à VDFCM direcionadas à implementação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe, à institucionalização dos Centros de Educação e Reabilitação do Agressor de VDFCM, à articulação com Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais de Sergipe, à criação da Central Especializada de Monitoramento das Medidas Protetivas e à articulação com a Central Integrada de Alternativas Penais de Sergipe.

1. Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento previsto no Programa Mulher Segura e Protegida, do Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, que se destina a integrar, em um único espaço, os diversos serviços prestados pela rede de atendimento/enfrentamento à VDFCM em uma localidade. No ano de 2019 a CEVID se reuniu com a Conselheira Flávia Pessoa do Conselho Nacional de Justiça para discutir sobre a atuação do TJSE na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa ocasião foi discutida a importância em implementar os serviços da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe.

Nesse sentido, a CEVID acolheu esse Programa em busca da implementação da Casa da Mulher Brasileira no Estado de Sergipe, gestando, para tanto, com o Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, Parlamentares Federais de SE, Vice-Governadora, Secretarias Estaduais de Assistência, Patrimônio de SE, Secretaria de Patrimônio da União, ALESE, Câmara Municipal, Ministério Público de Sergipe, Defensoria Pública de Sergipe, demais integrantes da Rede de Proteção à VDFCM de Sergipe para apoiar essa iniciativa da CEVID.

Em decorrência disso, o Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal e a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres manifestaram apoio à CEVID, apresentando informações para fomento do Programa Nacional da Casa da Mulher Brasileira no Estado de Sergipe e colocando-se à disposição para o necessário nessa busca. Os Parlamentares Federais de Sergipe também manifestaram apoio à CEVID e assumiram o compromisso com a causa, destinando emendas parlamentares no valor correspondente ao necessário para implementação e construção da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe.

O Governo do Estado de Sergipe, por meio da Vice-Governadora Eliane Aquino e da Secretaria Estadual de Assistência e Inclusão, apoiou a iniciativa da CEVID, informando que adotaria as providências necessárias para implementação da Casa da Mulher Brasileira no Estado de Sergipe, indicando, inclusive, um terreno imóvel nas imediações do bairro Capucho, em Aracaju/SE, para a construção desse equipamento.

Ocorre que, em virtude da necessidade de custeio das despesas extraordinárias decorrentes das ações nacionais de enfrentamento à Pandemia do COVID-19, as emendas parlamentares que haviam sido destinadas para a implementação da Casa da Mulher Brasileira no Estado de Sergipe tiveram que ser revertidas. Por essa razão, outras articulações estão sendo realizadas com os Senadores e os Deputados Federais de Sergipe para a destinação de novas emendas parlamentares para o ano de 2021.

2. Centros de Educação e Reabilitação dos Agressores de VDFCM

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 35, no inciso V, prevê a criação de Centros de Educação e Reabilitação de Agressores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Essa política de atendimento a esses homens objetiva a desconstrução da mentalidade machista e patriarcal, bem como a redução dos índices de reincidência nesse delito. Assim, em busca da institucionalização de Centros de Educação e Reabilitação de Agressores para Sergipe, bem como da criação de Grupos Reflexivos para Autores de VDFCM, a Cevid direcionou suas ações para promoção dessa política.

Para tanto, vem articulando com o Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, com Parlamentares Federais de SE, com a Vice-Governadora do Estado, com Prefeitos, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência, com Assembleia Legislativa/SE, com Câmaras Municipais, com Ministério Público de Sergipe, com Defensoria Pública de Sergipe, demais integrantes da Rede de Proteção à VDFCM de Sergipe.

Por representar uma política de incentivo nacional, no ano de 2020, o Colégio dos Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COCEVID) criou um Grupo de Trabalho, 'GT-Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica', composto pelas Coordenadorias da Mulher dos Tribunais Nacionais e por estudiosos na temática. O objetivo desse GT é mapear nos Estados os grupos reflexivos de atendimento aos autores de VDFCM existentes, a fim de traçar uma metodologia para a realização desse serviço. Diante disso, a Cevid realizou o mapeamento dos grupos reflexivos para autores de VDFCM existentes em Sergipe, a partir da articulação feita com magistrados e com a rede de proteção estadual. E está participando das reuniões nacionais do COCEVID para constituição da metodologia desse serviço.

A Cevid também vem articulando com as Secretarias Municipais de Assistência Social e as Coordenadoras Municipais de Sergipe para estimular a realização de grupos reflexivos para autores de VDFCM, por meio das equipes psicossociais existentes em cada localidade. Para tanto, a Cevid coloca-se à disposição dessas entidades para apoiá-las na realização do serviço, disponibilizando aos seus servidores capacitação sobre as temáticas de gênero, violência doméstica contra a mulher, feminicídio e atendimento psicossocial para autores de VDFCM.

3. Articulação com Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores para implementação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à VDFCM

Nessa Gestão, a Cevid também priorizou dirigir suas ações em busca da efetivação das políticas públicas voltadas à violência doméstica e familiar contra a mulher, preconizadas na Lei Federal 11.340/2006. Para tanto, oficiou todas as Prefeituras e todas as Câmaras Municipais de Sergipe solicitando informações sobre os serviços e as legislações locais existentes vinculados às exigências da Lei Maria da Penha como: I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; II - casas abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde

e centros de perícia médico-legal especializados ao atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; IV - Programas e campanhas educativas e de enfrentamento da violência doméstica e familiar; V - centros de educação e de reabilitação para os agressores, previstos no art. 35, da Lei nº 11.340/2006, por exemplo.

Também com o objetivo de melhorar e estimular a criação dos serviços e normas indispensáveis à prevenção e ao enfrentamento à VDFCM local, a Cevid realizou diversas reuniões, presenciais e virtuais, com Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais e respectivos representantes para apresentação dos projetos da Coordenadoria das Mulheres, colocando-se à disposição para auxiliar os Municípios no fomento dessa causa.



Reunião com prefeitos, gestores municipais e vereadores para falar sobre serviços de atendimento à mulher

4. Central de Monitoramento das Medidas Protetivas

Diante da necessidade de acompanhamento integral das medidas protetivas (gerais e urgentes), concedidas no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, a Coordenadoria da Mulher do TJSE vem articulando com entidades governamentais para criação da Central Especializada de Monitoramento de Medida Protetiva no Estado de Sergipe. Para tanto, a Cevid articulou com o Ministério da Justiça e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e com o Departamento Penitenciário Nacional para obtenção de apoio e informações sobre o projeto-piloto da Central Especializada de Monitoramento de Medida Protetiva.

Além disso, oficiou os Tribunais de Justiça dos Estados do Ceará e de Rondônia para conhecer os projetos e as experiências exitosas locais das respectivas Centrais Especializadas de Monitoramento de Medida Protetiva. Em continuidade, reuniu-se com a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe para fomentar a possibilidade de implementação Central Especializada de Monitoramento de Medida Protetiva, obtendo o apoio e o interesse da Secretaria, a qual informou envidar esforços para instituir esse equipamento em Sergipe.

5. Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP)

A Cevid articulou com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e com a Central Integrada de Alternativas Penais de Sergipe para contribuir com os trabalhos que serão desenvolvidos aos homens agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher, após o encaminhamento desses autores pelo Judiciário. Esse equipamento encontra-se instalado no Município de Nossa Senhora do Socorro, atendendo inicialmente as demandas locais, para posteriormente ampliar seus serviços de forma itinerante.

Para tanto, a Cevid em parceria com a Central Integrada de Alternativas Penais de Sergipe criou um Grupo de Trabalho para formatação da metodologia dos grupos reflexivos e para construção do fluxo de encaminhamento pelo Judiciário sergipano à CIAP. Também foi objeto de reunião entre representantes do CNJ, do GMF do TJSE, da CEVID e da CIAP a viabilidade de encaminhamento dos homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher aos grupos reflexivos desse equipamento já nas audiências de custódia.

6. Ações da Cevid durante a pandemia da Covid-19

Com a declaração nacional da situação de pandemia, em decorrência da Covid-19, as ações da Coordenadoria da Mulher na prevenção, no enfrentamento e no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres foram conduzidas virtualmente e potencializadas com maior atenção e zelo, pois a situação de vulnerabilidade dessas vítimas aumentou em virtude do isolamento social e da maior aproximação com o autor dessa violência. Nesse sentido, a Coordenadoria da Mulher estabeleceu diretrizes internas de atuação e fomentou recomendações, orientações e campanhas nacionais dirigidas aos Tribunais do país durante esse período, delineadas abaixo:



Campanha Sinal Vermelho

6.1. Oficiou à Secretaria de Segurança Pública, à Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis e à Defensoria Pública de Sergipe solicitando a essas entidades maior atenção com as demandas de violência doméstica e familiar contra a mulher, informações sobre as medidas adotadas em decorrência do isolamento social e o envio de dados estatísticos durante a pandemia;

6.2. Desenvolveu a 'Campanha Chega – Amar não Dói', para prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, com a sua divulgação nos sítios de comunicação internos e externos;

6.3. Disponibilizado suporte aos Juízes que atuam nas demandas de violência doméstica e familiar contra a mulher deste Tribunal para realização de videoconferência.

6.4. Realizado, mediante videoconferência, o III Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com os representantes das entidades estaduais atuantes nessa temática para discutir sobre a Campanha 'Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica', do CNJ, e as demandas durante a pandemia;

6.5. Em atendimento à Recomendação nº 67/2020, do CNJ, que dispõe sobre a adoção de medidas de urgência, durante a pandemia, para a proteção da integridade física, psíquica e da vida de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Cevid oficiou ao Presidente do TJSE, à Corregedora Geral da Justiça, aos juízes do TJSE e aos Secretários Estadual e Municipais de Assistência Social, Saúde e Justiça, para conhecimento e providências dessa Recomendação em suas esferas de atuação;

6.6. Em atendimento às orientações da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal sobre a pandemia da Covid-19 e o enfrentamento à VDFM nesse período, a Cevid oficiou aos juízes do TJSE e Secretários Estadual e Municipais de Assistência Social, Saúde e Justiça, para conhecimento e providências dessa orientação em suas esferas de atuação;

6.7. Em atendimento às determinações do CNJ, fomentou a campanha 'Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica' no Estado de Sergipe, por meio das seguintes ações:

- Participação em reuniões virtuais com a Conselheira Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva e a Associação dos Magistrados do Brasil para promoção da campanha 'Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica';

- Oficiou o Presidente do Conselho Regional de Farmácias de Sergipe, a Polícia Militar de Sergipe, o Sindicato de Farmácias de Sergipe, os proprietários das Farmácias não associadas à Abrafarma, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Sergipe (SICOFASE) e a rede de Atendimento à Violência Doméstica contra a Mulher de Sergipe para apresentação da Campanha Sinal Vermelho e solicitação de apoio para adesão e divulgação da campanha;

- Oficiou à Diretoria de Comunicação (Dicom) do TJSE, solicitando a divulgação da campanha, acompanhada das respectivas artes gráficas disponibilizadas pelo CNJ, a partir do lançamento formal da campanha em 10 de junho de 2020;

- Criados cards e vídeos institucionais do TJSE, com magistrados e servidores, em adesão à Campanha 'Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica';

- Oficiou-se à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando da Polícia Militar de Sergipe solicitando a estatística das denúncias decorrentes das ações da campanha 'Sinal Vermelho' contra a Violência Doméstica.



Gravação do Programa Sergipe Justiça Kids, em setembro de 2019

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

A rotina da Diretoria de Comunicação abrange inúmeras formas de trabalho: atendimento à imprensa, relacionamento com o público interno, alimentação da Agência de Notícias, produção de um programa de TV semanal, confecção de peças gráficas para os mais diversos setores, divulgação das ações do TJSE nas redes sociais, entre outras. Em 2020, por conta da pandemia do coronavírus, a Comunicação do Judiciário sergipano precisou se reinventar, passando a se comunicar com os entrevistados a distância, por meio de redes sociais, mas sem deixar de cumprir sua missão.

REDES SOCIAIS

O TJSE está presente no Facebook, Twitter, YouTube e Instagram. Na atual gestão, houve um aumento no número de seguidores, que passou de 8.400 para 8.698 no Facebook, de 1.250 para 1.375 no Twitter e o

maior aumento verificado no Instagram, de 1.800 em fevereiro de 2019 para 14 mil em dezembro de 2020. O canal do TJSE no YouTube tinha, em fevereiro de 2019, 170 inscritos. Registrou mais de 1.700, em dezembro de 2020, especialmente pelos novos usuários que se inscreveram no canal com o objetivo de acompanhar as sessões do 2o Grau, que passaram a ser transmitidas ao vivo por conta da pandemia. Ou seja, atualmente, o TJSE conta com 25.773 seguidores em quatro redes sociais, um incremento de 221% em dois anos.



Post do Instagram, no dia 16 de dezembro de 2020, em agradecimento aos 14 mil seguidores

PROGRAMA SERGIPE JUSTIÇA

Em fevereiro de 2019, no início da gestão, o Programa de TV do Tribunal, o Sergipe Justiça, já estava na 316a edição; chegando, em dezembro de 2020, ao programa de número 399. Ou seja, durante o biênio foram produzidas e veiculadas 83 edições. Lembrando que o programa é exibido nacionalmente, através da TV Justiça, em horários nobres: aos sábados, às 19 horas, com reprise aos domingos, às 16h30. Localmente, o programa é veiculado nas TVs Aperipê, Alese e Câmara.

Entre os programas especiais, elencamos o Sergipe Justiça Kids, uma homenagem a filhos de servidores e magistrados feita em outubro de 2019 (edição 350), em comemoração ao Dia das Crianças. Na ocasião, nove crianças fizeram as entrevistas, apresentaram o programa e participaram de uma roda de conversa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com auxílio dos profissionais da equipe da Dicom. As reportagens foram

sobre o funcionamento do Judiciário, Escola Judicial, trabalho de analistas das áreas de Psicologia e Serviço Social.



Crianças que participaram do Sergipe Justiça Kids, em outubro de 2019

Em março de 2020, por conta das medidas de isolamento social impostas pelas autoridades sanitárias, as entrevistas e gravações do programa foram suspensas. Mas logo os trabalhos foram retomados, com os vídeos recebidos a partir de aplicativos como o WhatsApp. Dessa forma, foi possível continuar a produção do programa, inclusive com a criação de um novo quadro. No 'Tem sido assim...', servidores e magistrados falaram sobre as adaptações à nova rotina, com a prática do trabalho remoto.

Mesmo diante da impossibilidade das comemorações presenciais do bicentenário da emancipação política de Sergipe, a equipe produziu um programa especial sobre a data com a participação da Diretora do Memorial do Judiciário e professores que falaram sobre a data. A edição de número 392 mostrou com o TJSE esteve envolvido nas comemorações da emancipação política de Sergipe, desde o centenário até o bicentenário; revelando, ainda, fatos históricos, como a inauguração de uma estátua em homenagem ao grande jurista sergipano Tobias Barreto.

REVISTA JUDICIARIUM



A revista *Judiciarium* teve três edições especiais durante a gestão. A primeira em maio de 2019, com destaque para ressocialização de adolescentes infratores; a segunda edição, em dezembro de 2019, com uma homenagem ao aniversário de 180 anos de nascimento de Tobias Barreto; e outra em junho de 2020, trazendo um balanço sobre todas as medidas de combate ao coronavírus adotadas pelo TJSE.

VIVAS MEMÓRIAS

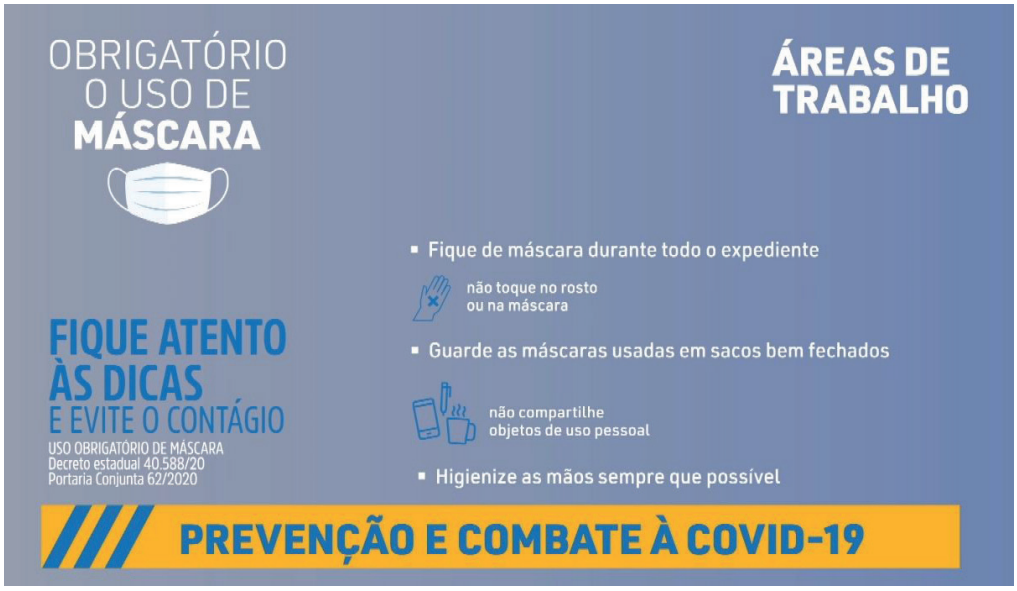
A atual gestão deu continuidade ao Projeto Vivas Memórias, que tem como objetivo preservar a história de magistrados e personalidades de Sergipe. O projeto foi suspenso em março de 2020, por conta das medidas de distanciamento social, já que as entrevistas são gravadas em vídeo, presencialmente, com os homenageados no projeto. Assim, de fevereiro de 2019 a março de 2020, foram realizadas 13 entrevistas e inseridos no projeto membros da Academia Sergipana de Letras Jurídicas.

MOMENTO JUSTIÇA

Consiste em spots, mensagens de um minuto para veiculação em emissoras de rádio da capital e interior de Sergipe, sobre ações do TJSE. Na gestão, foram produzidos e veiculados 14 spots, sobre temas como autorização de viagem para menores de 18 anos, pagamento de custas judiciais no cartão de crédito, direito do consumidor, pensão alimentícia, violência doméstica, entre outros.

COMBATE À COVID-19

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Dicom foi demandada a produzir materiais informativos sobre a doença, especialmente para o público interno. O primeiro deles foi uma entrevista com o médico infectologista Marco Aurélio Góes, publicada no canal do TJSE no YouTube, no dia 10 de março. Em setembro, a equipe voltou a entrevistar o médico, dessa vez a distância, para novos esclarecimentos sobre a Covid-19. Também foram produzidos cartazes e displays para elevadores, sobre o uso da máscara, medidas de distanciamento social e acesso às unidades judiciais.



Foi editado um vídeo com o mesmo material, em julho, e outro alertando sobre os procedimentos a serem tomados em caso de suspeita de contaminação, em agosto. Ambos foram distribuídos aos servidores e publicados nas redes sociais do TJSE. Além da parte visual e gráfica, a equipe da Dicom divulgou no site do TJSE e nas redes sociais as ações de desinfecção dos prédios, instalação de placas de acrílico nas recepções e salas de audiência, distribuição de máscaras e álcool em gel e 70% para os servidores.

CONSULTORIA GERAL

Compete assessorar o Presidente nos despachos e decisões judiciais e nas matérias relacionadas aos atos administrativos, licitações e contratos. Os recursos que se destinam às Superiores Instâncias são objeto das atribuições das Consultorias, Geral e de Processos Judiciais, sendo que essa última é responsável pela admissibilidade deles e envio dos que são admitidos aos Tribunais Superiores (da mesma forma os Agravos apresentados das decisões de inadmissão dos recursos), enquanto a Consultoria Geral é responsável pela gestão dos processos que estão sobrestados em razão de recurso repetitivo e repercussão geral, bem como realiza o Juízo de Conformidade logo que há o julgamento dos recursos paradigmas pelo STJ e STF, nos termos dos artigos 1039 e 1040 do CPC.

A Consultoria Geral encaminha às unidades jurisdicionais respectivas as informações (processuais e administrativas) e solicitações de informações emanadas de outros Tribunais, inclusive os Superiores, quando recebidas por meio da Presidência. Também faz parte das atribuições a confecção de minutas de contrarrazões e demais respostas de Processos em que a Presidência deste Tribunal é parte, bem como de outros feitos de competência dessa, como as Suspensões de Segurança e as Intervenções Estaduais. Por fim, a Consultora-Chefe é Gestora de dois Macrodesafios e Chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), do qual participam também mais outras duas servidoras da Consultoria Geral.

Durante essa gestão foi desenvolvido e concluído o Projeto de Jurisprudência Administrativa Eletrônica, que faz parte do Plano de Gestão 2019-2021 da Presidência e da Consultoria Geral. A ferramenta foi produzida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSE e com previsão de entrega para outubro de 2020 (3º ciclo), mas ficou disponível no início de julho de 2019. Por meio da referida ferramenta é possível a consulta de decisões da Presidência em procedimentos administrativos eletrônicos. Importante ressaltar que os processos administrativos tramitam por meio do SEI e até a criação dessa ferramenta não havia a possibilidade de consultar as decisões proferidas neles, já que só existia o banco de jurisprudência dos feitos físicos.

Assim, com a conclusão do referido projeto, o usuário pode consultar tanto as decisões da Presidência quanto os pareceres confeccionados pela Consultoria de Processos Administrativos, por meio do site do TJSE em 'consultas – jurisprudência administrativa – processos eletrônicos'. O referido banco depende de alimentação pela Consultoria de Processos Administrativos, que lança a ementa e vincula parecer e decisão respectivos. O citado banco favorece a transparência, sendo importante tanto para a Consultoria de Processos Administrativos na elaboração de seus pareceres, quanto para os gestores e demais servidores deste Poder.

GESTÃO DE MACRODESAFIOS

A Consultora Geral é responsável pela gestão sobre os Macrodesafios das 'Demandas Repetitivas' e dos 'Grandes Litigantes'. Ambos objetivam a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros. Visa ao monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes, com a proposição de ações que revertam a cultura da excessiva judicialização e proporcione celeridade, isonomia e segurança jurídica.

Com relação ao Macrodesafio das demandas repetitivas, o foco é sobre os processos cuja matéria tratada está afetada por decisão do STJ, envolvendo recursos repetitivos ou do STF, envolvendo repercussão geral ou, ainda, deste Tribunal envolvendo IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). Esse controle atualmente é possível por meio do sistema de controle processual, que permite fazer o levantamento de todos os processos que estão suspensos/sobrestados aguardando o julgamento de recursos repetitivos, repercussão geral e IRDR, de forma que, assim que esses sejam julgados, possa relacionar os processos em que se deve fazer a conformidade com a tese firmada por Tribunal Superior ou, no caso do IRDR, julgar no sentido firmado por esta Corte. O sistema também faz o controle dos Incidentes de Assunção de Competência (IAC).

O desafio é decidir em um ano pelo menos 90% dos processos cuja matéria tratada já foi decidida no STJ na sistemática de recursos repetitivos, no STF em repercussão geral ou, ainda, deste Tribunal envolvendo IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). Ressalte-se que essa Consultoria informa a todas as unidades jurisdicionais deste Tribunal de Justiça, por meio do SEI, logo que há o julgamento de recurso repetitivo ou repercussão geral, como forma de estimular a solução dos feitos com mesma temática. A informação sobre os processos vinculados a Temas julgados também consta no sistema informatizado, na ferramenta casos vinculantes. No dia 19 de novembro de 2020 foi realizada uma videomesa em que foram sugeridas as iniciativas estratégicas para o ciclo 2021-2026.

Com relação ao macrodesafio dos grandes litigantes, o indicador nacional foi aprovado em 2015, contudo, diante da impossibilidade de mensuração, houve, em 2017 uma solicitação de revisão desse indicador. Revisado, em 2018, foi solicitada a criação de mecanismos informatizados para identificação dos processos em litigância serial. Em 2019 houve o desenvolvimento da ferramenta de acompanhamento de grandes litigantes pela Diplad. Criada a ferramenta, houve o enfrentamento de mais uma dificuldade de se chegar a essa lista, tendo em vista que uma mesma parte podia ser cadastrada de forma diferente nos processos, sendo necessário buscar quais códigos de partes se referiam à mesma pessoa (jurídica, em geral), para, só depois, fazer o levantamento da quantidade de processos por parte.

Diante dessa nova ferramenta se chegou aos 100 maiores litigantes e em nossa primeira reunião no ano de 2019 definimos que os códigos de parte referentes à mesma pessoa deveriam ser reunidos, para se saber de fato quais as que têm mais processos e que feito isso trabalharíamos, não com os 100 maiores litigantes, mas sim com os dez maiores litigantes (já que escolhendo 100, entre o primeiro e o último haveria uma diferença muito acentuada de taxa de congestionamento). Conseguida a lista dos dez maiores litigantes, estabelecemos que seria necessário identificar onde esses processos estão, quais as unidades jurisdicionais que mais concentram processo de cada um dos dez. Definimos também nas reuniões seguintes que dessa contagem dos processos congestionados, retiraríamos os processos suspensos e trabalharíamos em cima das cinco unidades que mais concentrassem cada litigante.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

O Nugep foi criado pela Resolução nº 235/2016 do CNJ, sendo vinculado diretamente à Presidência do TJSE, coordenado pelo Consultor Geral da Presidência e com uma Comissão Gestora, composta por 03 Desembargadores (um componente de cada Câmara do TJ).

As atribuições do Núcleo são aquelas disciplinadas no art. 7º da Resolução nº 235/2016, a qual sofreu alterações pela Resolução 286/2019 do CNJ. O sistema informatizado do TJSE permite que as informações referentes aos processos vinculados a demandas repetitivas sejam enviadas de forma automática e diariamente ao Banco Nacional de Precedentes (BNPR) não sendo necessária a ingerência humana para isso. Na atual gestão foi realizada atualização do link que dá acesso a qualquer usuário interno e externo aos casos vinculantes, estando de acordo com as novas determinações do CNJ.

CADASTRO DOS RECURSOS INTERPOSTOS ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES

Durante a atual gestão, foi feito um mutirão, sob a coordenação dessa Consultoria Geral, para cadastro das petições com recursos às Instâncias Superiores, com informação no sistema de controle processual da situação atual de cada um. Na oportunidade foram alimentados cerca de 4.163 (quatro mil, cento e sessenta e três) processos.

ESTATÍSTICAS

Os números apresentados são aproximados, já que o módulo da consultoria no Sistema de Controle Processual (SPC) condensa a movimentação de todos os feitos tanto da Consultoria Geral, quanto da Consultoria de Processos Judiciais, não sendo possível indicar com precisão a quantidade de feitos movimentados por cada uma, especificamente. Contudo, com a ajuda da Divisão de Sistemas de Segundo Grau e da Dimoj, bem como considerando a contagem manual realizada pela Consultoria de Processos Judiciais dos feitos ali analisados, chegamos ao montante de 10.216 movimentos lançados em processos no período fevereiro de 2019 a 27 de novembro de 2020, pela Consultoria Geral.

Durante esse período houve o julgamento de Temas de recursos repetitivo e de repercussão geral pelos Tribunais Superiores, os quais tinham muitos processos com semelhança temática e que estavam sobrestados nesta Consultoria, o que levou ao dessobrestamento dos mesmos e análise de conformidade. A exemplo dos Temas 566 a 571 do STJ, que tinham mais de 730 processos; Tema 979 do STJ, mais de 106; Tema 907 do STJ mais de 500 processos; Tema 905 do STJ com cerca de 40 processos; 810 do STF com cerca de 95 processos; e o Tema 444 do STJ com mais de 440 processos. Muitos desses ainda deram origem a Agravos Internos, os quais também foram aqui analisados. Também foram confeccionadas minutas de mais de 20 contrarrazões ou respostas em recursos administrativos; mais

de 20 minutas de decisões em Suspensões de Segurança, além dos pedidos de Intervenção Estadual.

CONSULTORIA DE PROCESSOS JUDICIAIS

O TJSE implantou, no dia 04 de novembro de 2020, uma evolução da sua integração quanto à forma de envio e baixa dos recursos ao Supremo Tribunal Federal, passando da versão 2.1 para a versão 2.2.2 do Modelo Nacional de Interoperabilidade entre sistemas. Com essa mudança, os recursos passaram a ser enviados/baixados de forma imediata, não mais aguardando um horário específico para serem remetidos, e fortalecendo o compromisso do TJSE em oferecer mais celeridade e eficiência.

Em 2019, de acordo com os relatórios mensais de produção de fevereiro a dezembro, a Consultoria de Processos Judiciais movimentou 7.247 processos e digitalizou 4.025 processos. Em 2020, de acordo com os relatórios mensais de produção, a partir de janeiro até 31 de outubro, foram movimentados 6.589 processos e digitalizados outros 3.277.

CONSULTORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Na atual gestão, foi implementada a alimentação da Jurisprudência Administrativa, que havia sido suprimida quando da implementação do sistema SEI, possibilitando, assim, a todos, o conhecimento das Decisões Administrativas e, em consequência, o entendimento da Administração a respeito dos Pedidos Administrativos analisados.

Visando à celeridade na apreciação dos pedidos, os processos são distribuídos de forma igualitária para cada servidora, tendo o seu trâmite (entrada, saída, data de emissão de parecer, data de decisão) controlado por meio de planilha Excel, que contém, ainda, o cadastro do número, nome da parte e assunto). Igualmente, os processos em trâmite perante o CNJ, com prazos ainda não findados, são controlados via planilha Excel, na qual consta, dentre outras informações, o setor responsável pela resposta. Ditos processos e os demais processos do CNJ que tramitaram perante a CPA, com prazos ou não, são cadastrados em relatório, em formato Word, contendo o respectivo andamento processual e são acompanhados exclusivamente pela Consultora de Processos Administrativos.

Em 2020, de janeiro até novembro, a Consultoria de Processos Administrativos contabilizou 1.605 expedientes administrativos. Em relação a procedimentos em trâmite perante o CNJ, 103 processos, com prazo para manifestação passaram pela Consultoria de Processos Administrativos no

ano de 2019. Já em 2020, foram contabilizados 80 processos com prazo para manifestação.

CONSULTORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

É possível definir como marcos da Consultoria de Licitações e Contratos no biênio 2019/2020:

1. A idealização das cláusulas especificadas no tópico 'projetos iniciados', notadamente a que versa sobre a renúncia de reajuste, uma vez que não há notícia de sua utilização em períodos anteriores;

2. O credenciamento de empresas para a prestação de serviço de pagamento, em parcelas, de débitos oriundos de despesas processuais, multas judiciais e administrativas e demais espécies de débitos devidos ao TJSE, por meio de cartão de crédito. Isso irá permitir a facilitação do pagamento dos débitos junto ao TJSE, o que melhora a arrecadação;

3. O mapeamento dos processos de trabalho referentes aos procedimentos adotados pela Consultoria, o que permitirá uma visão global e sistemática do procedimento e a consequente melhoria da compreensão e execução das atividades;

4. Os cursos idealizados, desenvolvidos e ministrados pelo servidor Bruno Maciel muito contribuíram para o aprimoramento do setor e dos demais que trabalham conjuntamente.

A Consultoria de Licitações e Contratos tem como atividade corriqueira assessorar todos os setores do TJSE em qualquer processo ou etapa da contratação pública. Em 2019 foram exarados 679 pareceres jurídicos e, em 2020, 497; totalizando 1176 pareceres jurídicos até o final de novembro de 2020, sem contabilizar as diversas orientações jurídicas fornecidas por outros expedientes como despachos, informações, e-mails, etc. A Comissão Permanente de Licitação (CPL), responsável por presidir, executar e julgar todos os processos de licitação relativos a obras e serviços de engenharia, atuou em 29 processos de licitação no biênio.

Já a Comissão de Sistema de Registro de Preços, em 2019, trabalhou em 167 processos administrativos e, em 2020, em 87; ocorrendo uma redução em virtude da pandemia que causou a estagnação das contratações pelo Tribunal por economia dos custos; totalizando no biênio 254 processos administrativos. A Comissão de Pregão atuou em 81 processos administrativos em 2019 e mais 81 em 2020, totalizando 162 pregões no biênio. A Comissão para Apuração de Infração Cometida por Licitantes e Contratados, no biênio, trabalhou em 42 processos administrativos.

PROJETOS RELEVANTES

1. Idealização da confecção de aditivos de redução dos quantitativos de aquisição e de serviços, referentes aos contratos em vigor durante o período da pandemia, cuja presteza permitiu ao TJSE reduzir custos com as referidas contratações;

2. Idealização da confecção da cláusula de renúncia ao reajuste de preços, referentes aos contratos de serviços contínuos em vigor durante o período da pandemia, o que permitiu ao TJSE, também, reduzir custos com as prorrogações destas contratações;

3. Idealização da suspensão temporária do contrato firmado junto à Multserv durante parte do período da pandemia, o que resultou em diminuição do valor pago e consequente economia aos cofres públicos;

4. Idealização, junto com a Secretaria de Finanças, do credenciamento de empresas para a prestação de serviço de pagamento, em parcelas, de débitos oriundos de despesas processuais, multas judiciais e administrativas e demais espécies de débitos devidos ao Tribunal de Justiça de Sergipe, por meio de cartão de crédito;

5. Formação e aperfeiçoamento de pregoeiros: com o fim de municiar os servidores com capacitação de qualidade, bem como expandir a quantidade de servidores aptos a atuar como pregoeiros, a Conlic tomou a iniciativa de postular, junto à Presidência, um curso com este objetivo. Assim, foi realizado o evento de 16hs, que contou com a participação de inúmeros servidores, sob o comando do professor Sidney Fontes Silva, pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região;

6. Participação no 24º Congresso Brasileiro de Pregoeiros: com o propósito de capacitar os servidores dos quadros da Consultoria de Licitações e Contratos, dois deles participaram do melhor e mais importante evento sobre pregão, principal modalidade licitatória existente;

7. Curso 'Contrato e suas Alterações', idealizado e ministrado pelo servidor Bruno Maciel de Santana, lotado na Consultoria de Licitações e Contratos há mais de 10 anos, cuja finalidade foi capacitar os quadros da própria Conlic, bem como dos demais setores do TJSE que lidam com contratos administrativos;

8. Curso "A contratação Pública sem Licitação" idealizado e ministrado pelo servidor Bruno Maciel de Santana, lotado na Consultoria de Licitações e Contratos há mais de 10 anos, cuja finalidade foi capacitar os quadros da própria Conlic, bem como dos demais setores do TJSE que lidam com a contratação direta;

9. Mapeamento dos processos de trabalho referentes aos procedimentos adotados pela Consultoria, em relação à aquisição de bens mediante ata de

registro de preços, bem como em relação ao desenvolvimento do processo de pregão.

SETOR DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

Visando ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional e em consonância com as recomendações do CNJ, em abril de 2019, foram lotados três servidores e uma assessora administrativa sem vínculo efetivo na Consultoria Geral para desempenhar atividades apontadas como ato de cogestão e que não conflitassem com as atribuições de outros setores. Por fim, através da Lei Ordinária nº 8.610 de 22 de novembro de 2019, a estrutura administrativa do TJSE foi alterada. Assim, foi criado o Setor de Acompanhamento de Gestão (SETACOG), que se subordina à Consultoria Geral.

Entre os projetos iniciados pelo Setor, está a regulamentação das atribuições do Setor de Acompanhamento de Gestão e padronização das planilhas de formação de preços dos contratos de terceirização. Entre os projetos desenvolvidos e concluídos, durante a atual gestão, estão o da Portaria Normativa nº 8/2020, que regulamenta os documentos necessários para instrução dos processos de pagamento encaminhados pelo Departamento de Obras, bem como determina os valores mínimos a partir dos quais o SETACOG analisará as faturas; e a padronização da instrução dos processos de resgate dos valores retidos em conta vinculada.

As atividades desempenhadas no Setor permitiram a aplicação do dinheiro público de maneira eficiente e eficaz uma vez que atua no acompanhamento direto dos processos de engenharia civil, com vistas à análise da execução dos contratos bem como melhor instrução processual. Além disso, atua na elaboração das planilhas de formação de preços das terceirizadas e nas prorrogações contratuais evitando dispêndios bis in idem, assim como analisa os reajustes e reequilíbrio econômico financeiro dos contratos. Fiscaliza os documentos exigidos pelo CNJ no tocante às verbas retidas em conta vinculada dos contratos com dedicação de mão de obra exclusiva, dirimindo a possibilidade de passivos trabalhistas.

Além da celeridade nos processos, as ações do SETACOG permitiram resguardar o patrimônio público bem como o ordenador de despesas. As atividades desenvolvidas correspondem a análises específicas e detalhadas que demandam tempo e estendem-se a auxiliar e orientar os gestores seja por e-mail, telefone, reuniões ou aplicativo de mensagens. Desta forma, por meio de pesquisa no SEI, estima-se que foram feitos aproximadamente 528 despachos/informação, desde abril de 2019 até novembro de 2020. Faz-se necessário ressaltar que a pandemia provocou uma redução nas contratações do Tribunal e, consequentemente, nas demandas processuais.



XI Encontro Anual do Planejamento Estratégico, em novembro de 2019

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

No período 2019-2020, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIPLAD), em face dessa atribuição institucional, proveu a assistência necessária ao TJSE em temas estratégicos de aperfeiçoamento da máquina judiciária. Foram várias frentes de atuação, como o acompanhamento do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); realização de eventos, como Encontros Anuais de Planejamento Estratégico e Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); Pesquisa de Satisfação; Premiação dos Servidores; Escritório de Processos; estudo de distribuição do quadro de servidores; diversas ações a fim de possibilitar o desenvolvimento da área-meio, além de apoio logístico a diversos setores.

METAS NACIONAIS

A DIPLAD tem o papel fundamental de acompanhar as Metas Nacionais do CNJ no âmbito do TJSE, além de informar ao Conselho no Sistema de Metas Nacionais.

Metas do CNJ	Ano/Cumprimento	
	2019	2020
1- Julgar mais processos que os distribuídos	105,77%	107,20%
2- Julgar processos mais antigos	1º Grau Comum 114,22% 2º Grau 121,62% Juizados e Turmas 110,25%	1º Grau Comum 114,53% 2º Grau 121,23% Juizados e Turmas 109,78%
3- Estimular a conciliação	104,40%	86,24%
4- Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	112,23%	111,23%
6- Priorizar o julgamento das ações coletivas	1º Grau Comum 123,18% 2º Grau 125%	1º Grau Comum 125,54% 2º Grau 101,96%
8- Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Feminicídio 112,50% Violência dom. e fam. contra a mulher 138,27%	Feminicídio 142,31% Violência dom. e fam. contra a mulher 69,10%
9- Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	x	100%
12- Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas	x	x

*Até Dezembro de 2020

Além disso, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento realizou, nos anos 2019 e 2020, consulta pública aos cidadãos, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados e servidores que puderam emitir suas opiniões e considerações acerca das

Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano seguinte (respectivamente, 2020 e 2021).

Essa iniciativa reflete o processo de gestão participativa e democrática promovido pelos Tribunais de Justiça do Brasil na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendendo ao disposto na Resolução nº 221 de 2016 desse Conselho. A gestão participativa está relacionada ao eixo Governança, que juntamente com Produtividade e Transparência e Informação integram a avaliação para o Prêmio CNJ de Qualidade.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A DIPLAD, através da DIVIEPLAJE, é o apoio gerencial para a Presidência e para o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico no processo de acompanhamento da estratégia do TJSE, cujas principais atividades foram: cinco Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), sendo três em 2019 (edições 33ª, 34ª e 35ª RAEs) e duas em 2020 (edições 36ª e 37ª RAEs por videoconferência).

ENCONTROS ANUAIS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Evento que faz parte do calendário anual de acompanhamento da execução do planejamento estratégico do TJSE, reúne magistrados, servidores, gestores de macrodesafios e convidados para pensar o futuro do Judiciário sergipano. O XI Encontro Anual aconteceu dia 01 de novembro de 2019. No ano 2020, devido à pandemia da Covid-19, o Encontro Anual de Planejamento (EAP) foi substituído por 12 videomesas, que ocorrem conforme data agendada pelos Desembargadores ou Gestores. A referida mudança consta em ata da 37ª RAE de 2020, com número de processo 0011584-05.2020.8.25.8825.

ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Através das ferramentas Acompanhamento dos Indicadores do Planejamento Estratégico foram acompanhados 31 indicadores estratégicos nos anos de 2019 e 2020. Pela ferramenta SPAAE (Sistema

de Planejamento e Acompanhamento de Ações Estratégicas) foram acompanhados 35 projetos estratégicos em 2019 e 30 em 2020.

PROJETO DE EFICIENTIZAÇÃO DO TJSE COM ILUMINAÇÃO LED E GERAÇÃO FOTOVOLTAICA

Investimento de quase R$ 300.000,00, executado com recursos de terceiros, abre a oportunidade para o TJSE se colocar na era da autossustentabilidade energética.

PROJETOS

A Divisão de Planos e Programas, subordinada à DIPLAD, no referido biênio, teve como focos principais: acompanhamento do portfólio dos projetos da gestão; auxílio na identificação de melhorias nos processos de trabalho, em parceria com o Escritório de Processos de Trabalho (ECPR); e realização dos projetos designados. Além disso, essa Divisão tem o objetivo de se somar a outras boas práticas, tais como Gestão de Processos de Trabalho, Gerenciamento de Projetos, Gestão de Riscos Corporativos.

PLANO DE GESTÃO 2019-2020

Teve como objetivo organizar e acompanhar o portfólio dos projetos da Gestão 2019-2020. A DIVIPLAP desenvolveu uma metodologia de acompanhamento do portfólio e conduziu a execução desse projeto dentro da DIPLAD, juntamente com o Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (CAPLAG). Paralelamente, foi desenvolvido um Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAPROJ) em parceria com a DIVIAPOTEC. Em razão desse acompanhamento dos projetos, a DIVIPLAP começou a funcionar também, dentro do TJSE, como um Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO – Project Management Office). Inclusive, o PMO do TJSE ganhou o prêmio 'PMO do Ano 2019 em Sergipe', conferido pela instituição internacional PMI (Project Management Institute) e foi incluído no Portal de Boas Práticas do CNJ como prática de referência a ser utilizada pelos demais tribunais.

ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL EM 2019

Projeto conduzido pela DIVIPLAP em parceria com a SEFINOR e DIVIEPLAJE. Teve como objetivo a Elaboração do Plano Plurianual do TJSE, que faz parte de uma ação governamental estadual para traçar um Guia de Ações e Projetos coordenados a médio prazo.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

(FORMALIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE PROJETOS)

Apesar dessa Divisão ter iniciado uma função de Escritório de Gerenciamento de Projetos, faz-se necessário oficializar essa responsabilidade, elaborar uma metodologia e ampliar o escopo de atuação. O projeto também tem o objetivo de simplificar o acompanhamento dos projetos estratégicos e dos projetos de gestão, pois atualmente são acompanhados de formas diferentes e por áreas diferentes. Em andamento.

IMPLANTAÇÃO DO SAPROJ

(SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS)

Foi criado para dar suporte ao Projeto 'Plano de Gestão 2019-2020', ou seja, facilitar a visualização das informações dos projetos do portfólio. Ele foi implementado em parceria com a DIVIAPOTEC.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2019 E 2020



Pesquisa de satisfação aplicada nas unidades jurisdicionais em junho e julho de 2019

Busca entender como o cidadão enxerga o TJSE e os serviços prestados. São coletadas sugestões dos cidadãos, as quais são analisadas e atendidas sempre que possível. Em 2020, em decorrência da pandemia, a pesquisa foi realizada de forma totalmente virtual.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

Projeto sendo conduzido pela DIVIPLAP em conjunto com o Grupo de Trabalho de Implantação da Gestão de Riscos. O grupo foi oficializado pela Portaria Normativa Nº 35/2020 GP2. Apesar dos diversos gestores do TJSE já estarem, individualmente, gerenciando riscos em suas atividades operacionais diariamente, a implantação de uma Política de Gestão de Riscos institucionalizada trouxe um amadurecimento ainda maior para a gestão, pois as análises dos riscos são realizadas de forma coordenada e com vistas ao alinhamento com o Planejamento Estratégico.

TELETRABALHO NA ÁREA-MEIO

O objetivo do projeto é permitir que gestores e servidores das áreas administrativas possam utilizar a modalidade de teletrabalho, tal qual já é utilizada pelas unidades jurisdicionais de 1º e 2º Graus. Apesar de, oficialmente, o projeto ter sido definido como de responsabilidade da DIGEPE, verificou-se que a DIVIPLAP deveria conduzir a sua execução.

AUTOMATIZAÇÃO E MELHORIA DE PROCEDIMENTOS NA GESTÃO DE PESSOAS

Tem como objetivo principal otimizar os procedimentos executados pela DIGEPE, quer seja pela automação de tarefas ou melhoria nos processos de trabalho. Para executar o projeto foi criada a Comissão para Revisão da Automação e Procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas (CRAPDGP).

EQUALIZAÇÃO DE ADITIVOS DE OBRAS

(OTIMIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS DE ADITIVOS EM OBRAS)

O principal objetivo é definir mecanismos que venham a contribuir com a otimização dos processos de trabalho relacionados aos aditivos em obras cíveis. Conduzido pela DIVIPLAP/ECPR em parceria com a DEPEOBRAS, foram levantadas sugestões de melhorias e realizados mapeamentos dos principais processos de trabalho correlatos.

MENSURAÇÃO DO ESFORÇO REALIZADO PELA DIGEPE NA EXECUÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Projeto que teve como objetivo entender o esforço empreendido na realização de cada uma das atividades operacionais desempenhadas pela DIGEPE. O projeto foi executado pela DIVIPLAP em parceria com o ECPR.

DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

A Divisão de Desenvolvimento Administrativo, unidade diretamente subordinada à DIPLAD, exerce importante papel no desenvolvimento organizacional sendo responsável, dentre outras atribuições, por promover a atualização do Organograma Administrativo do TJSE, bem como, do normativo que instituiu o Regulamento Interno dos Órgãos Administrativos. Também desempenha importante papel operacional em relação ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de forma a auxiliar a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento na gestão do referido sistema. Vejamos as principais atividades realizadas pela unidade:

EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE (EPS)

O TJSE passou a cumprir o disposto no artigo 6º, inciso IV, da Resolução nº 207, de 15/10/2015, do CNJ, que instituiu a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário e trouxe como atribuição das unidades de saúde dos tribunais o dever de realizar ou gerir exames periódicos de saúde. Principais benefícios com a instituição do EPS: preservação da saúde dos magistrados e servidores; possibilidade de adoção de melhores iniciativas/ações/políticas que visem reduzir o índice de absenteísmo no ambiente de trabalho; possibilidade de aumentar a pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade, principalmente, porque o TJSE passa a ter condições de prestar as informações exigidas pelo CNJ relacionadas aos indicadores que tratam dos EPS; informar ao CNJ as cinco patologias predominantes constatadas nos EPS dos magistrados e servidores do TJSE, conforme previsto nos Indicadores/Informações 3 e 4 do Anexo da Resolução nº 207/2015 do CNJ.

Comitê de Grandes Contratações (COGRACO)

A Divisão de Desenvolvimento Administrativo teve importante participação na elaboração das minutas de normativos que resultaram

na Portaria Normativa Nº 284/2019 GP2 – Constitutiva, que instituiu o Comitê de Grandes Contratações (COGRACO) no âmbito do TJSE; e na Portaria Normativa Nº 285/2019 GP2 – Constitutiva, que estabeleceu a sua composição. O COGRACO tem sido importante para subsidiar tecnicamente o ordenador de despesa nas decisões relacionadas às grandes contratações do TJSE, assim consideradas aquelas com valor superior a R$ 330.000,00; bem como, para proporcionar a otimização dos custos nessas contratações, priorização dos gastos, renegociação dos contratos e realocação do saldo remanescente.

MINUTA DE NORMATIVO PARA ATUALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

A Divisão de Desenvolvimento Administrativo prestou importante auxílio na elaboração de minuta de normativo visando alterar, incluir e revogar dispositivos da Portaria nº 77/2018 GP1, que resultou na publicação pelo TJSE da Portaria Normativa Nº 78/2019 GP1 que alterou, incluiu e revogou dispositivos da Portaria nº 77/2018 GP1, que trata dos Órgãos Administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, melhor definindo as atribuições da Coordenadoria de Perícias Judiciais, dentre outras providências verificadas.

ATUALIZAÇÃO DO ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO TJSE

Esta atualização possibilita que os usuários internos e externos obtenham uma visão geral, rápida e real da estrutura atual do TJSE. Nesse mesmo sentido, a minuta de normativo atualizou as atribuições de alguns órgãos administrativos do TJSE, adequando a Portaria Normativa nº 77/2018 GP1 à atual realidade fática e jurídica vigente neste Tribunal.

ESTATÍSTICA E APOIO TECNOLÓGICO

A Divisão de Apoio Tecnológico tem por finalidade atender às demandas relacionadas à tecnologia da informação para dar suporte às demais unidades na produção de ferramentas e na produção de dados estatísticos essenciais à tomada de decisão no âmbito do planejamento. Além disso, executa tarefas periódicas junto ao CNJ de grande relevância; a exemplo do Prêmio CNJ de Qualidade, no qual o TJSE, em 2019, obteve cerca 95% da pontuação possível.



Presidente do TJSE recebeu do Ministro Dias Toffoli o Selo Diamante

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO BIÊNIO

I- Produção de dados estatísticos para o Estudo do Quadro de Pessoal, de acordo com os parâmetros da Resolução 219 do CNJ (quadro de pessoal), resultando na Portaria 70/2019 e demais alterações 79/2019, 10/2020;

II- Produção de dados estatísticos dos indicadores processuais da Premiação por Produtividade de Servidores em 2019 e 2020;

III -Geração dos dados semanais da Produtividade durante o Período de Pandemia;

IV- Geração semestral dos indicadores processuais do Justiça em Números;

V- Envio mensal dos dados referente ao Módulo de Produtividade do CNJ;

VI- Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento do Plano de Gestão;

VII -Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento dos Projetos Estratégicos;

VIII -Geração mensal dos indicadores dos Macrodesafios e dos dados da ferramenta de Consumo;

IX- Geração dos indicadores referente à Semana pela Paz em Casa;

X- Geração dos indicadores do Mês Nacional do Júri;

XI- Atendimento das demandas estatísticas solicitadas à Ouvidoria;

XII- Ferramenta de Acompanhamento dos Grandes Litigantes;

XIII- DATAJUD – Base Nacional de Dados do Poder Judiciário.

DEMANDAS PARA DAR CUMPRIMENTO A DETERMINAÇÕES DO CNJ

1º) Envio mensal da movimentação processual para a base do DATAJUD;

2º) Redução das inconsistências na base do DATAJUD em relação aos Códigos de Órgãos Julgadores Inválidos;

3º) Alteração para o novo formato de envio dos arquivos para a base do DATAJUD em substituição ao MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade;

4º) Reenvio de todos os processos para a base do DATAJUD após a aplicação do 'de-para' Movimentos de Juntada, Remessa e de Audiência;

5º) Melhorias nas rotinas de geração e envio da Carga dos processos movimentados mensalmente para o DATAJUD.

É de grande valia mencionar que o ano de 2020 foi desafiador não só para o Tribunal de Justiça de Sergipe, mas para todos os Tribunais brasileiros, em razão da Pandemia; diante disso, foi necessário um grande esforço desta Diretoria, através da DIVIAPOTEC, para cumprir o cronograma de saneamento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça da base no DATAJUD do TJSE.

VISITAS EXTERNAS

O reconhecimento de outros Tribunais do país em relação ao progresso do TJSE em ações de planejamento estratégico é evidenciado por visitas externas ao longo da gestão. O Tribunal de Justiça de Rondônia visitou o TJSE no intuito de conhecer projetos e rotinas de trabalho desenvolvidos na Secretaria de Planejamento e Administração. Destaca-se também a visita técnica do TJRR que, após a publicação dos relatórios de desempenho apresentados no 13º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que apontaram o TJSE como o melhor tribunal estadual do país, recebendo pelo terceiro ano consecutivo o Selo Diamante, solicitou informações a respeito das estratégias adotadas pelo TJSE para seguir alcançando o melhor desempenho.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

É responsável por mobiliários, veículos, máquinas e equipamentos do TJSE, entre outras atividades. Através da Diretoria de Administração foram disponibilizados cartões-alimentação para militares e motoristas requisitados no montante de R$ 883.413,04, em 2019; e R$ 853.596,19, no ano de 2020. Foram ainda distribuídos, para os diversos fóruns pertencentes ao TJSE, 417 vales-gás em 2019 e 203 em 2020.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Divisão de Compras

Realizou a aquisição de passagens aéreas para magistrados, desembargadores e servidores participarem de cursos e eventos em outras cidades.

Divisão de Patrimônio

Foram adquiridos mobiliários e eletrodomésticos, tanto para substituições como para cumprimento de novos layouts. Procedeu doações de bens inservíveis para a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care) e doação de bens que não têm mais utilidades para o TJSE, como mesas, armários, cadeiras, estantes e longarinas a instituições públicas e privadas de Sergipe.

Divisão de Controle de Material

Entre as atividades desenvolvidas na gestão, destaca-se a aquisição, através de Ata de Registro de Preço, de toners, cartuchos, persianas e tapetes para suprimento de todas as unidades do TJSE, além de ter providenciado encadernações de livros de registros de nascimento e óbito dos Cartórios de Registro das Varas de Assistência Judiciária.

Divisão de Almoxarifado

Foram adquiridos materiais de copa e cozinha, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, material impresso e demais itens de consumo necessários à manutenção das atividades das diversas unidades do Tribunal. Na atual gestão, devido à necessidade de controle da pandemia da Covid-19, foram adquiridos para fornecimento em todas as unidades do TJSE, os seguintes EPIs: álcool líquido 70%; álcool em gel 70%; álcool etílico hidratado 70%, borrifadores, dispenser de álcool em gel, toca descartável; avental descartável; luva descartável; máscara cirúrgica descartável, máscara de tecido; termômetro digital e máscara de proteção facial, com suporte de cabeça em polipropileno, cumprindo desta maneira as normas de segurança.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS

A Coordenadoria de Serviços, além das responsabilidades que lhe são previstas, geriu os contratos abaixo:

	Contratada	Contrato	Vencimento
1	Deso	003/2018	25/01/2021
2	Energisa	054/2017	25/01/2021
3	Sulgipe	007/2015	23/01/2021
4	Multserv	049/2019	30/09/2021
5	Companhia Excelsior de Seguros	036/2020	08/10/2021

Divisão de Serviços Gerais

Fiscaliza (*in loco*) os serviços de limpeza nas áreas internas e externas do Palácio da Justiça e Anexos Administrativos, nas copas dos mesmos como também acompanhamento dos serviços dos Supervisores em todas unidades jurisdicionais do Estado, relativos às atividades: jardinagem, limpeza geral, tratamento de pisos, vidros, manutenção de equipamentos eletroeletrônicos, limpezas de calhas, limpeza de purificadores de água e a conferência, fiscalização e acompanhamento do Contrato da empresa terceirizada Multserv Manutenção Predial Ltda.

Divisão de Protocolo e Registro

Geriu, no biênio 2029-2021, o contrato celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o qual, reformulado e renovado devido à nova política comercial implantada pelos Correios, que prevê a utilização do sistema de e-carta, que vai permitir uma redução de custo nas expedições dos ARs.

Divisão de Serviço ao Cidadão

- Exerceu suas atividades nos júris de Aracaju e Grande Aracaju, com as refeições (almoços / lanches / jantares) fornecidas pela PJ Refeições Coletivas - ME, Contrato 25/2019; e os júris do interior com o fornecimento da PRS Alimentação e Serviços Ltda., Contrato n 52/2019.

- As hospedagens aconteceram de acordo com as solicitações das Comarcas, conforme o contrato 43/2016, Palacetur Eventos Comércio e Serviços Ltda; e contrato nº 45/2016 da Aereotur Viagens e

Operações Turísticas Ltda. Já o contrato 41/2016, da CPB Hotéis e Turismo Ltda, atende aos palestrantes convocados pela Ejuse ou pela Presidência.

- Os cadastros dos advogados para acesso ao Portal de Advogado, que é feito através do Termo de

Credenciamento do Advogado com a cópia da carteira da OAB, são solicitados pelos mesmos através de e-mail, ou indo pessoalmente aos Fóruns. Realiza também o cadastro de Sociedade de Advogado, juntamente com o Contrato Social e Termo de Cadastro. Vale ressaltar que são recebidas as solicitações de todo o país.

- Os cadastros de Pessoas Jurídicas, em que as empresas públicas, autarquias, empresas particulares efetuam seus cadastros através do Portal de Acesso à Justiça, através de Termo de Credenciamento para Pessoa Jurídica e lá anexam a documentação necessária. Caso observada a falta de algum documento, é solicitado através de e-mail e depois anexado ao cadastro para enfim ativá-lo.

- No ano de 2020, devido à pandemia do coronavírus, o cadastro de Advogados foi multiplicado; sendo que, diariamente, foi feita uma média de 20 a 25 cadastros de advogados.

- No mês de abril de 2020, a Divisão passou a realizar também o cadastro de Perito Externo. É feito um pré-cadastro, o setor checa a documentação e se estiver faltando alguma coisa é enviado e-mail e anexado junto ao cadastro para depois ativá-lo.

Divisão de Transporte

Em 2019, a Divisão de Transportes realizou licitação para fardamento dos motoristas, através de Ata de Registro de Preços; realizou licitação para aquisição de pneus, através de Ata de Registro de Preços; realizou licitação para locação de 20 veículos, com motoristas. Em consequência, foram devolvidos 22 motoristas: sendo 5 terceirizados (Multserv) e 17 requisitados (órgãos públicos), que vieram com ônus para o Tribunal. Isso gerou uma economia de R$ 212.348,00 anual. Com referência à perda total do veículo Fiat Palio, placa QKO-2871, foi realizado procedimento para que o TJSE fosse indenizado, no valor de R$ 25.337,00, junta à seguradora.

Em 2020, foram leiloados pelo TJSE: 21 veículos, através do I Leilão realizado pela SEAD, em que foi arrecadado o montante de R$ 374.500,00. Foram adquiridos 3 espelhos, instalados nos pontos cegos da garagem, para orientar os motoristas; deflagrado procedimento licitatório para os serviços de gerenciamento e administração da manutenção da frota, através de oficinas credenciadas, em substituição aos serviços de manutenção de veículos tradicional; deflagrado processo licitatório para

contratação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos; deflagrado processo licitatório para aquisição de 12 veículos oficiais de representações institucionais, através de Ata de Registro de Preços. Ainda foram realizados procedimentos para que o TJSE fosse indenizado, junto à seguradora, nos valores de R$ 63.400,00, referente a perda total do veículo Ducato, placa NVL 6620; e de R$ 23.813,00, referente a perda total do Fiat Línea, placa IAH 5313. Durante a pandemia da Covid-19, a Divisão de Transportes renegociou o Contrato de Locação de 20 veículos com motoristas, que resultou em uma economia de R$ 195.440,82, no período de abril a setembro/2020. A Divisão também geriu, nesse biênio, contratos e atas para manutenção de veículos, abastecimento, seguro da frota, revisão de veículos em garantia, bem como aquisição de pneus e aquisição de fardamento para os motoristas. Tem, atualmente, 74 pneus em estoque.

Despesas com veículos (R$)	2019	2020
Manutenção dos veículos	183.296,81	81.090,85
Abastecimentos gasolina	413.383,27	287.286,63
Abastecimentos diesel	124.029,72	93.406,17
Sistema de Rastreamento Veicular	25.486,14	6.755,70
Locação de Veículos	117.210,00 (nov e dez)	818.646,46
Total de despesas anual	**863.405,94**	**1.287.185,81**
Quilometragem rodada (km)	1.090.863	755.575
Custo por km rodado da frota (R$)	0,79	1,72

Consumo de combustível (litros)		
Gasolina	91.417	75.536
Diesel	32.464	28.054
Total	**123.881**	**103.590**



Recadastramento biométrico dos servidores, em maio de 2019

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

O modelo de gestão de pessoas garante a estratégia organizacional. O desenvolvimento de políticas, processos, programas e ações voltadas para a valorização do servidor e a modernização da Gestão de Pessoas foram as premissas da área para o desenvolvimento das atividades, ou seja, para o processo de alcance dos resultados e realização da missão do órgão. Afora as ações apresentadas a seguir, é mister informar a implantação de projetos institucionais voltados para a valorização do quadro funcional, a exemplo da regulamentação das indenizações de licença-prêmio, revisão da gratificação de interiorização, concessão para novas Comarcas e revisão do Adicional de Treinamento.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1) Processo de melhoria das funcionalidades dos módulos do sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - Mentorh;

2) Alteração do processo de inclusão dos inativos na folha do Sergipe Previdência, com recebimento do pagamento a contar da data da Portaria de aposentadoria do órgão de origem, como também maior celeridade e atendimento às diligências;

3) Cadastro da biometria de todos os servidores para as novas catracas;

4) Entrega de novos crachás;

5) Treinamento na ferramenta de gerenciamento de recursos humanos – Mentorh – direcionada as demandas das unidades, com participação de todos os servidores, possibilitando uma visão ampla das funcionalidades atuais e novas funcionalidades;

6) Participação na Comissão para Revisão da Automação e Procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas, proporcionando uma melhor adequação dos procedimentos da Digepe na continuação da integração dos atos com a folha de pagamento;

7) Maior suporte no preenchimento das vagas nas unidades do 1º Grau através da Divisão de apoio remoto do 1º Grau;

8) Informação mensal do valor do recolhimento da contribuição previdenciária para acompanhamento do Sergipe Previdência evitando o descumprimento da Legislação;

9) Efetivação do processo de automação para levantamento do quantitativo dos servidores por unidade funcional;

10) Aprimoramento do Processo de Distribuição de vagas através do preenchimento por trabalho remoto;

11) Acompanhamento e aprimoramento das portarias de cessão e requisição dos servidores, garantindo efetividade do cumprimento do processo e maior agilidade através de meio eletrônico;

12) Efetivação do processo de automação para levantamento do quantitativo dos estagiários por unidade;

13) Aprimoramento do processo de acolhimento e ambientação dos estagiários quando da concessão da bolsa-estágio;

14) Realização de 01 processo seletivo para vagas de estágio de nível médio e 01 para nível superior; com convocação de 307 estagiários de nível superior; 220 estagiários de nível médio. Além de cadastramento de 122 estagiários conveniados; e 88 voluntários;

15) Processo de Assentamento Digital do cadastramento de estagiários, conveniados e voluntários;

16) Aprimoramento do sistema utilizado no Processo Seletivo do Concurso de Estágio;

17) Análise dos processos de trabalho da área objetivando a automação dos procedimentos;

18) Acompanhamento dos processos de trabalho objetivando a melhoria no levantamento de dados, através dos relatórios do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;

19) Redução do quadro de servidores na área de pagamento e aprimoramento no acompanhamento e distribuição das demandas, favorecendo o controle e a efetividade na execução das atividades de elaboração das Folhas de Pessoal Ativo, Estagiários Nível Médio e Superior, Auxílio-Saúde Inativos, PAE Ativos, PAE Falecidos, Indenizações, RRA, Premiação das Unidades, Bônus Desempenho do Poder Judiciário, Licença-Prêmio Ativos, Licença-Prêmio Magistrados Inativos, Antecipação de Gratificação Natalina e Gratificação Natalina.

20) Desenvolvimento de processos de melhoria para alteração de procedimentos facilitando o acesso dos servidores aos serviços disponibilizados pela Divisão de Pagamento e Registro;

21) Melhoria do procedimento de autorização para adesão junto às instituições financeiras da Antecipação da Gratificação Natalina sendo o procedimento direto com o banco, evitando inclusive deslocamento dos servidores do interior à sede do Poder Judiciário;

22) Automação do processo para concessão dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, instituição com maior número de empréstimos concedidos aos servidores;

23) Processo de inclusão do inativo na folha do Sergipe Previdência passou a ser mais efetivo, com as tratativas junto ao Sergipe Previdência acerca das aposentadorias dos servidores e magistrados do TJSE, dessa forma a partir de outubro as Portarias naquele órgão serão publicadas retroativas à data da aposentadoria publicada no TJSE;

24) Mapeamento dos processos de trabalho da unidade, abrindo ao nível de atividades e identificação dos atores por função desenvolvida no processo;

25) Atualização do módulo da simulação do cálculo de aposentadoria, Lei 338/2019;

26) Inclusão de novas parcerias para o Projeto Mais TJ;

27) Inclusões de processos de aposentadoria e tratativas com o Sergipe previdência na busca de maior celeridade e atendimento às diligências.



Vacinação contra H1N1 no Fórum Gumersindo Bessa, em sistema drive thru, em junho de 2020

CENTRO MÉDICO

De forma humanizada busca promover uma melhoria na qualidade de vida de magistrados e servidores, através dos Exames Periódicos de Saúde (EPS), consultas eletivas, atendimentos de urgências, palestras, campanhas de vacinação e projetos. Com o intuito de prover ações e serviços para a atenção integral à saúde, conta com profissionais na área de Clínica Médica, Gastroenterologista, Medicina do Trabalho, Ginecologia e Obstetrícia, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia e Pilates, Serviço Social e Reiki. Em 2020, também orientou e monitorou assuntos relacionados à Covid-19, com ações específicas elencadas no início deste relatório. Através da diretoria, participou diretamente das tomadas de decisão do Gabinete de Crise, criado em abril de 2020 em virtude da pandemia do coronavírus. Confira os principais projetos no biênio 2019-2021:

COACHING EM GRUPO

Tem como objetivo proporcionar um espaço de autoconhecimento através das ferramentas de Coaching, bem como desenvolver habilidades de empatia e comunicação assertiva. Foram trabalhados dois grupos (outubro/2019 e março/2020), através de encontros quinzenais com duração de duas horas, utilizando ferramentas de Coaching, dinâmicas de grupo e técnicas de visualização.

PROJETO DE ORIENTAÇÃO PARA APOSENTADORIA (PROPA)



Nona turma do Propa, em dezembro de 2019

Tem por objetivo a redução da ansiedade associada à aposentadoria com a elaboração de novos projetos de vida e a criação de estratégias para a manutenção da saúde física e mental após a aposentadoria. A reunião com o grupo aconteceu em dezembro de 2019, quando foi ministrada palestra com a personal organizer, Priscila Randow.

PROJETO DE ORIENTAÇÃO AOS PAIS

Procura restabelecer vínculos afetivos saudáveis e possibilitar, através da interação entre os participantes (pais, palestrantes e coordenadores), mecanismos preventivos e de elaboração nas relações afetivas da família,

procurando desenvolver habilidades sociais que possibilitem uma melhor resolução de conflitos no ambiente familiar. A reunião aconteceu em dezembro de 2019, quando a psicóloga Fernanda Carvalho ministrou palestra sobre 'Disciplina Positiva'.

PROJETO JUSTIÇA CONTRA O TABAGISMO

Busca proporcionar aos servidores tabagistas que queiram parar de fumar, a oportunidade de tratar a dependência física, psicológica e social através de encontros e palestras pela equipe Multiprofissional, seguindo os parâmetros de cartilha criada pela Organização Mundial da Saúde. A reunião com o grupo aconteceu em setembro de 2019.

PROJETO ERGO VIDA

Promove a melhoria na qualidade de vida dos magistrados e servidores do TJSE através de princípios ergonômicos, prevenção do aparecimento precoce de afecções laborais através de orientações posturais no ambiente de trabalho e implantação de exercícios de ginástica laboral, massoterapia, Reiki e meditação. As ações foram realizadas em novembro e dezembro de 2019; em março de 2020, nos Anexos I e II do Palácio da Justiça, além do Fórum da UFS.

PROJETO GINÁSTICA LABORAL

Tem como objetivo reduzir o percentual de servidores e magistrados do TJSE com dores e tensões musculares por estresse ocupacional e prevenir as lesões osteomusculares. Foram realizados atendimentos de Ginástica Laboral, no setor de Fisioterapia, em convênio com instituições de Ensino Superior de Fisioterapia, no período de setembro de 2019 a março de 2020.

PROJETO JUSTIÇA INTEGRATIVA: YOGA E REIKI

A yoga e o reiki são práticas integrativas que auxiliam na redução do estresse, insônia, equilíbrio hormonal, funcionamento do sistema nervoso,

concentração, memória, emagrecimento e no fortalecimento da musculatura. O projeto foi desenvolvido de setembro de 2019 a março de 2020, no Centro Médico do TJSE, sendo conduzido por servidores voluntários.

CAMPANHA DE PREVENÇÃO À SÍNDROME METABÓLICA

O objetivo do projeto é identificar servidores que apresentem Síndrome Metabólica (hipertensão, diabetes e obesidade), reduzindo os danos à saúde, complicações, índice de adoecimento e o absenteísmo. Foi realizada durante a Semana do Servidor 2019, de 21 a 25/10, no Anexo Administrativo (Centro Médico), Fóruns Integrados II, III e IV e no Fórum Gumersindo Bessa. Foram ministradas as palestras 'Saúde Mental - Depressão', pela psiquiatra Clarissa Bastos; e 'Como Organizar as Finanças e realizar projetos de vida', com a contadora Maria Salete Barreto.

EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE (EPS)

O EPS é destinado aos servidores e magistrados do TJSE. Foi implantado em julho de 2019 (Portaria Normativa 43/2019 GP1) e consiste em realizar avaliação anual do servidor/magistrado no mês de seu aniversário. A equipe médica do Centro Médico solicita os exames necessários e após a realização o servidor comparece para avaliação médica. Foi realizado no período de julho de 2019 a março de 2020.

QUESTIONÁRIO SOBRE A SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

Foi aplicado um questionário com o propósito de cumprir a Resolução nº 207/2015 do CNJ, de 15/10/2015, que instituiu a Política Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Também atendeu à Portaria 88 de 08/06/2020, a qual institui o Prêmio CNJ de Qualidade. Consistiu no envio de informações, por meio do site do CNJ Corporativo, Sistema de Questionários do CNJ, pelo Centro Médico. Foram inseridas informações relativas ao afastamento de magistrados e servidores (janeiro a dezembro de 2019), com inclusão de planilha informativa das patologias incidentes (CID 10).

RELATÓRIO COM ESTATÍSTICAS, INDICADORES E INFORMAÇÕES SOBRE A SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Envio de informações por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo Centro Médico ao Comitê de Ética do TJSE. Os dados relativos ao acompanhamento das atividades de saúde de cada Tribunal são encaminhados ao CNJ, anualmente, até o final de fevereiro. Em virtude do Prêmio CNJ de Qualidade, os dados foram também atualizados de setembro/2019 a agosto/2020. Foram realizados cálculos dos indicadores e informações relativas ao afastamento de magistrados e servidores, informando as cinco principais patologias incidentes (CID 10), nos períodos de janeiro a dezembro/2019 e de setembro/2019 a agosto/2020, em dois relatórios distintos.

CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

Teve por objetivo proteger magistrados e servidores, reduzindo complicações, internações e mortalidade decorrentes das infecções causadas pelo vírus da influenza, hepatite B, sarampo e tétano. Foram realizadas duas campanhas de vacinação em parceria com a Secretaria de Saúde de Aracaju, no Anexo Administrativo e Fórum Gumersindo Bessa. Vacinação contra hepatite B e contra o tétano em 31/10/2019; e contra o sarampo em 16/12/2019. Com o objetivo de diminuir a incidência de infectados pela influenza, foram realizadas duas campanhas de vacinação, também com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde, em sistema drive-thru, no Fórum Gumersindo Bessa. A primeira no dia 2 de junho de 2020 (64 doses), destinada a grupos de risco para Covid-19; e a segunda no dia 21 de julho de 2020 (200 doses), aberta a todos servidores e magistrados.

SEMANA EM HOMENAGEM À MULHER

Ações de prevenção e promoção da saúde em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com aferição de pressão, glicemia e palestra ministrada pela médica ginecologista Rosita Fiorotto de Carvalho, com o tema 'Prevenção do Câncer do Colo Uterino e Mama'. Instituído o Dia da Beleza, com maquiagem, higiene facial, design de sobrancelhas e depilação a laser. Realizada no Palácio da Justiça e Anexos (09/03/2020); Fóruns

Integrados IV (10/03/2020); Fórum Olímpio Mendonça (11/03/2020); Fórum Des. Luís Carlos Fontes de Alencar (12/03/2020); e Fóruns Integrados II (13/03/2020).

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS

ATENDIMENTOS 2019									
	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço social	Fisioterapia	Pilates	Reiki	Junta Médica
Janeiro	211	189	215	114	0	295	61	37	29
Fevereiro	215	288	320	131	0	397	108	34	21
Março	172	186	381	138	2	345	75	0	42
Abril	229	282	301	136	25	422	79	16	48
Maio	201	266	257	165	44	427	0	25	22
Junho	171	230	978	86	45	521	77	18	54
Julho	244	177	289	113	8	284	87	23	37
Agosto	228	297	442	154	49	359	62	37	72
Setembro	210	307	351	143	60	402	49	14	45
Outubro	225	203	1030	133	56	414	80	16	46
Novembro	224	223	378	100	33	363	89	11	28
Dezembro	185	160	286	65	28	190	35	10	30
TOTAL	2515	2808	5228	1478	350	4419	802	241	474

ATENDIMENTOS 2020									
	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço social	Fisioterapia	Pilates	Reiki	Junta Médica
Janeiro	245	204	318	99	0	340	72	11	42
Fevereiro	211	216	415	40	19	293	66	13	31
Março	98	105	232	47	42	142	27	5	45
Abril	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Maio	0	0	0	12	1	0	0	0	0
Junho	0	0	64	17	0	0	0	0	0
Julho	0	0	200	30	0	0	0	0	0
Agosto	9	0	33	36	15	0	0	0	0
Setembro	96	54	389	96	20	83	0	0	12
Outubro	77	40	359	14	23	93	0	0	40
Novembro	89	52	144	38	20	109	0	0	31
Est. Dezembro	102	83	180	30	18	133	0	0	20
TOTAL	918	754	2334	459	157	1193	165	29	221

ESTIMATIVA ATENDIMENTOS 2021									
	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço social	Fisioterapia	Pilates	Reiki	Junta Médica
Janeiro	98	141	175	31	28	127	0	0	24

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS NO BIÊNIO 2019/2021				
PROCESSO SEI	**OBJETO**	**DISPENSA DE LICITAÇÃO**	**VIGÊNCIA**	**VALOR DA CONTRATAÇÃO**
0021269-70.2019	Aquisição de Medicamentos	Empenho 1258/2020 1256/2020	Entrega imediata	R$ 13.607,80
0001437-17.2020	Aquisição de Jalecos e Lençóis para enfermaria	Empenho 436/2020 437/2020	Entrega imediata	R$ 7.233,80
0027890-83.2019	Aquisição de Kit Odontológico de Escova + Fio dental + Creme dental para campanhas de prevenção	Empenho 1264/2020	Entrega imediata	R$ 3.190,00
0012156-58.2020	Aquisição de EPIS para Divisão Odontológica	Empenhos 994/2020 900/2020 894/2020 895/2020 897/2020 898/2020 899/2020 893/2020 896/2020	Entrega imediata	R$ 88.292,50
0009343-58.2020	Aquisição de TESTE COVID-19	Empenho 685/2020	Serviço imediato	R$ 93.000,00
0017574-74.2020	Aquisição de Receituário Controlado	Empenho 1113/2020	Entrega imediata	R$ 196,00
0017801-64.2020	Aquisição de Medicamento por formulação para Consultório Ginecológico	Empenho 1121/2020	Entrega imediata	R$ 191,00
Total de Investimentos				**R$ 202.520,66**



TJSE adquiriu 70 novos coletes balísticos em 2019

DIRETORIA DE SEGURANÇA

A Diretoria de Segurança do TJSE desenvolveu, no biênio 2019-2021, diversas ações, entre elas realização dos cursos de Sobrevivência Policial e Teórico e Prático de Armamento; bem como aquisição de inúmeros itens essenciais à segurança, como portais de detectores de metal e coletes balísticos.

Divisão de Segurança Policial		
Ordem	**Ações**	**Investimentos (R$)**
01	Aquisição de 50 (cinquenta) armários guarda-volumes, perfazendo 700 unidades individuais, com capacidade para custódia temporária de armas, destinados ao controle de acesso dos Fóruns da Capital e Interior do Estado.	**104.200,00**
02	Aquisição de 70 (setenta) Coletes Balísticos.	**120.200,00**
03	Aquisição de 170 Cones Balizadores e Fitas Zebradas para isolamento, sinalização de trânsito e controle de acesso para todos os Fóruns.	**30.296,00**
04	Prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio.	**43.876,20**
05	Curso Teórico e Prático de Armamento e Tiro - Modulo I, destinado ao efetivo militar e magistrados do TJ.	Foi realizado por meio do Convênio 09/2019 de Cooperação Técnica e Parceria entre Ejuse, Comissão de Segurança Institucional e Amase, **sem custos para o TJSE**
06	Curso de Sobrevivência Policial, destinado aos magistrados.	Foi realizado por meio do Convênio 22/2019 de Cooperação Técnica TJSE e a SSP/SE.
07	Acréscimo do quantitativo de militares cedidos ao Pode Judiciário, mais 3 (três) Bombeiros Militares e 10 (dez) Policiais Militares.	*******
08	Ampliação do policiamento ostensivo no Fórum Gumersindo Bessa com o emprego de 02 (dois) veículos de propulsão elétrica (diciclos) através da vigilância armada terceirizada.	**Sem custos para o TJSE**
09	Prestação de serviços de vigilância armada ostensiva 24 horas nas Unidades da Capital e do Interior para 52,5 postos de serviço.	**11.871,806,00**

Divisão de Segurança Eletrônica		
01	Aquisição de 07 (sete) Portais Detectores de Metais para unidades da capital e interior do Estado.	**101.500,00**
02	Aquisição de 07 (sete) equipamentos escâneres de inspeção por raios x, ampliando a segurança de todos os fóruns de competência criminal da comarca da capital e região metropolitana de Aracaju.	**481.125,00**
03	Aquisição e instalação de 04 (quatro) cancelas eletrônicas para serem destinadas às diversas unidades do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.	**18.111,56**
04	Aquisição de materiais para manutenção das cercas elétricas das Unidades do Poder Judiciário.	**42.609,98**
05	Aquisição de 04 (quatro) nobreaks para estabilidade das operações dos aparelhos de raio x.	**4.600,00**
06	Aquisição, instalação e ampliação de sistemas de CFTV para várias unidades do TJSE.	**96.626,50**
07	Aquisição e instalação de sistema de controle de identificação eletrônico e acesso de veículos às garagens internas do Palácio e Fórum Gumersindo Bessa.	**45.000,00 (por ano)**
08	Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de 06 (seis) equipamentos de raio x com eventual substituição/ aquisição de peças/componentes.	**47888,09**
Ações em andamento		
01	Prorrogação dos serviços de vigilância armada ostensiva 24 horas, com a economia e redução do valor atual do contrato em R$ 819.000,00 ao ano a partir de fevereiro de 2021. Economia do valor em 12 meses a partir da data supracitada.	**11.019.302,20**
02	Aquisição de 80 (oitenta) detectores de metais portáteis.	**29.200,00**
03	Aquisição e instalação de uma porta blindada, nível III, com fechadura biométrica, para o Paiol.	**20.640,00**



Inauguração da reforma do Forúm de Areia Branca, em agosto de 2019

DEPARTAMENTO DE OBRAS

O Departamento de Obras é responsável pelos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos, processos para licitação e fiscalização das obras de reforma, ampliação e construção de todos os imóveis pertencentes ao TJSE; assim como, da manutenção dos prédios existentes. O TJSE dispõe, atualmente, de 89 unidades, das quais 78 estão localizadas no interior do Estado; sendo que dessas, 25 Distritos encontram-se desativados. O Departamento é formado por duas Coordenadorias: Projetos e Obras; e cinco Divisões, Arquitetura, Custos e Orçamentos, Engenharia, Fiscalização e Manutenção.

COORDENADORIA DE PROJETOS

No biênio 2019-2021, foram elaborados 349 projetos arquitetônicos pela Divisão de Arquitetura; 166 orçamentos pela Divisão de Custos e

Orçamentos; 12 processos de licitação de obras e projetos complementares; elaboração do Plano de Obras 2019-2021; 16 fiscalizações de contratos de projetos complementares ou obras; participação na Comissão Permanente de Licitação; levantamento de carga de todos os Fóruns; e elaboração de diversos projetos complementares pela Divisão de Engenharia.

DEPARTAMENTO DE OBRAS

Foram fiscalizados 22 contratos de obras pela Divisão de Fiscalização e executados 4.125 atendimentos pela Divisão de Manutenção. Importante destacar, neste momento de pandemia, que foram executadas a limpeza e sanitização de 100% de todos os aparelhos de refrigeração, sejam eles ACJ, Split ou casset, incluindo as centrais. Foi efetuada também a limpeza de reservatórios dos fóruns, como sinalizadas todas as unidades com plotagem e pintura indicando o distanciamento social. Com relação à sustentabilidade, o TJSE já tem um Fórum com energia fotovoltaica e segue um projeto conjuntamente com a Energisa para instalação em mais três. O Departamento de Obras está implementando o BIM (Building Information Modelling), que será obrigatório para obras de reforma, ampliação e construção no serviço público a partir de 2021, conforme Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020 do Governo Federal, tendo sido criada a Comissão para Implantação do Sistema BIM pela Portaria Normativa Nº 185/2020.





Reforma do Fórum de Areia Branca

CONTRATO	OBJETO	INVESTIMENTO	VALOR PAGO NESSA GESTÃO
051/2016	Serviços de Engenharia em diversos Fóruns	R$ 4.557.690,61	R$ 983.080,32
046/2017	Projetos Complementares para Construção do Novo Fórum de Indiaroba/SE	R$ 50.549,59	R$ 50.549,59
032/2018	Reforma do Memorial do Poder Judiciário - Palácio Sílvio Romero	R$ 256.211,75	R$ 133.786,73
033/2018	Reforma do Fórum Desembargador Luiz Magalhães, sito Rua Desembargador José Nolasco de Carvalho, s/nº, Bairro Centro, no município de Umbaúba/SE	R$ 303.479,88	R$ 43.069,52
035/2018	Reforma do Fórum Hermes Fontes, localizado no Parque Citrícola Governador João Alves Filho, s/nº, Centro, no município de Boquim/SE	R$ 656.641,56	R$ 342.966,20
062/2018	Reforma do Fórum Gumersindo Bessa com vistas a Readequação das Varas Cíveis, Realocação da CEJUSC e Instalação dos Fóruns Integrados I, localizado na Avenida Tancredo Neves s/nº Centro Administrativo Augusto Franco, Bairro Capucho, no município de Aracaju/SE	R$ 1.539.882,60	R$ 375.585,85
068/2018	Reforma e Ampliação do Fórum Des. Humberto Diniz Sobral, no município de Nossa Senhora das Dores/SE	R$ 408.639,58	R$ 148.720,64
070/2018	Reforma do Fórum Des. Antônio Goes, localizado na Praça General Oliveira Valadão, Bairro Centro - município de Neópolis/SE	R$ 279.402,25	R$ 183.698,17
078/2018	Pintura Externa e Fachada das seguintes Unidades do Poder Judiciário: Fórum Desembargador Gilson Gois, situado na rua Santa Maria, s/nº, Centro - Riachuelo/SE; Fórum Juiz Luiz Mario de A. Lobão, situado na Praça Manuel do Carmo de Jesus - Centro, Ribeirópolis/SE; e Fórum Dr. Francisco Leite Neto, Largo Joel Santos Costa, Centro - São Cristóvão/SE	R$ 52.835,48	R$ 52.835,48
086/2018	Construção do Novo Fórum de Indiaroba, localizado na Praça Governador João Alves Filho, nº 87, Centro, Indiaroba/SE	R$ 2.386.362,28	R$ 2.042.956,93
095/2018	Reforma e Ampliação do Fórum Gumersindo Bessa objetivando a adaptação da Acessibilidade	R$ 988.780,04	R$ 239.010,33
002/2019	Reforma do Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral, localizado na Rua José Arnaldo Alves, 420 - Trapiá I, no Município de Carmópolis/SE	R$ 190.778,19	R$ 190.778,19
006/2019	Reforma do Fórum Des. Waldemar Fortuna de Castro, situado no Largo Manuel do Prado Franco, s/nº, Centro, no município de Areia Branca/SE	R$ 150.125,06	R$ 150.125,06
021/2019	Reforma e Ampliação da Subestação e Construção do abrigo com Fornecimento e Instalação do Gerador nos Fóruns Integrados III	R$ 439.340,01	R$ 319.538,18
028/2019	Projetos Complementares concernentes à Climatização do Palácio da Justiça	R$ 58.000,00	R$ 0,00
039/2019	Reforma da Cobertura da Garagem do Fórum Des. José Nolasco de Carvalho, localizado na Av. 31 de março, 983, Centro, Poço Redondo/SE	R$ 40.322,45	R$ 40.322,45
053/2019	Reforma para a Instalação de SPDA no Fórum Juiz João Fontes de Farias, localizado na Av. José Davi dos Santos, s/nº, no município de Tobias Barreto/SE	R$ 62.260,49	R$ 62.260,49
055/2019	Reforma do Fórum Epaminondas Silva de Andrade Lima	R$ 58.174,82	R$ 54.871,02
002/2020	Reforma do Fórum Ministro Armando Leite Rollemberg - Fóruns Integrados II - Implementação das Câmeras de Segurança - localizado na Avenida Visconde de Maracaju, s/nº, bairro Dezoito do Forte, no município de Aracaju/SE	R$ 37.585,48	R$ 37.585,48
004/2020	Construção do estadonamento em frente ao Arquivo do Judiciário, localizado no Centro Administrativo Augusto Franco, s/nº, Bairro Capucho, Aracaju/SE	R$ 337.347,30	R$ 23.386,90

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe implantou o Sistema de Gestão de Custos. O referido sistema tem por objetivo mensurar os custos das unidades judiciais e administrativas deste Poder e otimizar o seu processo de monitoramento, com vistas ao desenvolvimento de uma cultura de controle de despesas voltada à melhoria do gasto público.

Trata-se de projeto alinhado ao macrodesafio 'Aperfeiçoamento da Gestão de Custos', integrante da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela Resolução 198/2014 do CNJ. Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, por meio do estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos. Dessa forma, busca assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da Justiça.

Entre os benefícios que o Sistema proporciona podemos citar: controle dos custos; identificação e redução de desperdícios; identificação e correção de consumo excessivo; conhecimento e conscientização dos servidores sobre o consumo de suas unidades; melhoria do gasto público; aperfeiçoamento de processos de trabalho; maior eficiência na aplicação dos recursos e, consequentemente, na prestação dos serviços e constituição de base de dados para tomada de decisões gerenciais.

O Sistema de Custos é composto basicamente pelos seguintes programas:

Estrutura de Centro de Custos: permite a criação de centros e unidades de custos, que podem seguir ou não o organograma do órgão público. Neste programa foram criados centros e unidades de custos com base na estrutura administrativa e judicial do TJSE. A cada centro e unidade de custos foram vinculados códigos de local patrimonial e da lotação de recursos humanos. Neste programa, é possível o cadastramento de metas de consumo por exercício, item ou centro de custos a serem acompanhados pelos relatórios gerenciais.

Itens de custos: permite a criação de itens de custos com monitoramento de diferentes origens de dados de despesa. Foram criados itens de custos dos grupos de despesa 'custeio' e 'pessoal' e origem de despesas 'Liquidação – Rubrica de Despesa', 'Requisição – Produtos', 'Folha – Evento' e 'Utilidades – Serviços de Consumo'.

Integração Folha - Custos: possibilita a importação do arquivo da folha de pagamento extraído do sistema Menthor.

Regras de rateio pré-estabelecidas: possibilita a criação de regras de alocação de custos de acordo com um conjunto de parâmetros, para especializar ainda mais a alocação dos custos, além da possibilidade de 'de-para' na aplicação. Permite a criação de regras para divisão e direcionamento de custos indiretos. Desta forma, haverá possibilidade de parametrizar rateios sobre credores ou locais da despesa específicos.

Alocação automática de custos: programa responsável pela realização do cálculo de custos do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Conferência e Rateio de Custos: permite que o usuário verifique os cálculos executados no programa 'Alocação automática de custos' e as alocações automáticas de locais realizadas pelo sistema. Desta forma, é possível homologar o cálculo ou então proceder com os ajustes e rateios necessários para que os registros de custos fiquem fiéis aos entendimentos da Gestão de Custos do Tribunal. Este programa permite, também, a emissão de relatórios sintéticos e analíticos de conferência para auxiliar a homologação dos cálculos.

Relatórios Gerenciais: programa responsável pela emissão dos relatórios gerenciais de acompanhamento dos custos com possibilidade de filtros por competência do cálculo (mês de referência), por Centro de Custos e por Itens de Custos.

DIRETORIA DE GESTÃO E ARRECADAÇÃO FISCAL (FERD)

1) Alteração da **Lei de Emolumentos** com inclusão de novos serviços referentes à Lei 8.639/19;

2) Inscrições em Dívida Ativa: nos anos de 2019 e 2020 foram realizadas em torno de 2.815 (duas mil, oitocentos e quinze) inscrições entre pessoas físicas e jurídicas, perfazendo um total de R$ 2.260.202,25 (dois milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e dois reais e vinte e cinco centavos). Do total das inscrições realizadas até a presente data foram recuperadas 437 (quatrocentos e trinta e sete) perfazendo a quantia de R$ 451.499,94 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos);

3) Cartão de crédito: viabilização de pagamento tanto das custas judiciais como dos emolumentos através de cartão de crédito, ampliando ainda mais o acesso ao Poder Judiciário;

4) Auditorias: auditorias diárias realizadas através do Sistema de Arrecadação de Cartórios Extrajudiciais gerando encaminhamentos à Corregedoria para apuração das inadimplências acusadas no sistema de selo digital;

5) Balancetes: conferência através do Sistema de Arrecadação de Cartórios Extrajudiciais das despesas realizadas pelos Interinos dos Cartórios Extrajudiciais através dos balancetes enviados, visando confrontar e fiscalizar tais informações;

6) Elaboração de novo **curso de despesas processuais** para magistrados (presencialmente) e para servidores (EAD);

7) Mapeamento dos processos de trabalho da Diretoria, tendo sido homologados quatro processos: repasse do fundo de apoio, processos administrativos, auditoria e inscrição em dívida ativa;

8) Compra e fornecimento de **papel de segurança utilizado em todas certidões emitidas pelos cartórios e maternidades** vinculadas ao TJSE;

9) Análise de processos administrativos para devolução de custas e emolumentos;

10) Atualização monetária anual com base no INPC, acumulado dos valores das custas e emolumentos;

11) Prestação de informações à Sefaz, Receita Federal e Prefeituras Municipais sobre **arrecadação mensal dos cartórios extrajudiciais**;

12) Criação de cobrança de **Edital de Proclamas** antes não cobrado, repartindo o valor arrecadado entre as contas do Ferd e do Fundo de Apoio;

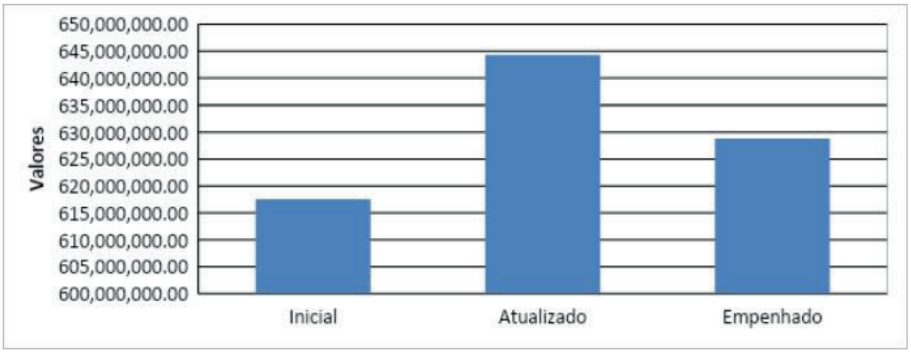
13) Revisão e atualização do **Cadastro dos Cartórios Extrajudiciais**.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO

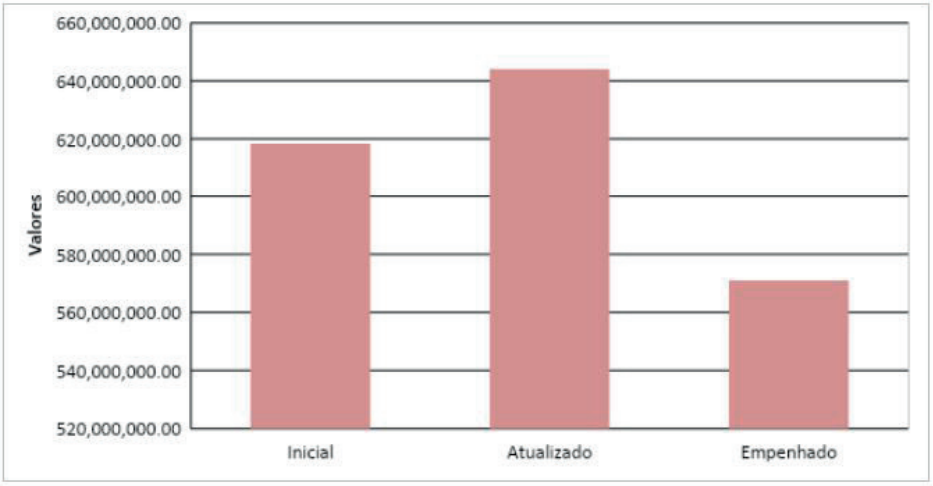
Planejamento Orçamentário para o Exercício de 2019: a Lei nº 8.495170, de 23 de janeiro de 2020, aprovou o Orçamento do Estado de Sergipe, para o exercício de 2019, com acréscimo de 4,36% em relação ao ano de 2018. Coube ao Poder Judiciário o montante de R$ 617.544.200,00 (seiscentos e dezessete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, e duzentos reais), dos quais R$ 541.544.200, correspondem às transferências oriundas do Tesouro Estadual e R$ 76.000.000,00, aos recursos próprios.



Alterações Orçamentárias: durante sua execução, o orçamento foi acrescido em 4,34%, através de abertura de crédito adicional suplementar, objetivando o reforço de dotações destinado à cobertura de despesas com pessoal e encargos, além de auxílios e os contratos de manutenção, evidenciando um índice de execução de 97,58%.



Exercício de 2020: aprovado o montante de R$ 618.335.796,00 (seiscentos e dezoito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais) originados através das transferências de recursos do tesouro estadual, no valor de R$ 539.295.796,00 (quinhentos e trinta e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais). Além dos recursos provenientes da arrecadação própria, do Fundo Especial de Recursos e Despesa (FERD), no valor de R$ 79.040.000,00 (setenta e nove milhões, quarenta mil reais). O gráfico demonstra o comportamento do orçamento, até o dia 16/11/2020.



Por conta da situação de calamidade pública ocasionada pela COVID-19, o orçamento sofreu uma limitação de empenho correspondente a 7,5% devido à queda na arrecadação de receitas próprias. Portanto, para fins de execução, o orçamento atualizado até novembro de 2020, deduzido o valor correspondente a 7,5%, ou seja, R$ 5.928.087,55, passa a ser de R$ 638.182.708,00 e o mesmo apresenta um índice de execução de 89,46%.

Para o exercício de 2021 foi elaborada e aprovada através da Resolução nº 10/2020, a proposta orçamentária, no valor de R$ R$ 629.892.717,00 (seiscentos e vinte e nove milhões, oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e dezessete reais). Do qual R$ 548.086.317,00 (quinhentos e

quarenta e oito milhões, oitenta e seis mil, trezentos e dezessete reais) corresponde às transferências de recursos do tesouro estadual, no valor de R$ 548.086.317,00 (quinhentos e quarenta e oito milhões, oitenta e seis mil, trezentos e dezessete reais), e dos recursos provenientes da arrecadação própria, no valor de R$ 81.806.400,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e seis mil e quatrocentos reais).

Proposta Orçamentária para 2021	Despesas previstas para 2021		
Ações orçamentárias	**Recursos do Tesouro**	**Recursos do FERD**	**Total Geral**
Reforma de unidades *	0,00	700.000,00	**700.000,00**
Ampliação de unidades*	0,00	200.000,00	**200.000,00**
Construção de unidades *	0,00	816.800,00	**816.800,00**
Ampliação do Parque Computacional do PJ	0,00	3.656.500,00	**3.656.500,00**
Manutenção da Tecnologia e Informação	0,00	6.128.500,00	**6.128.500,00**
Aparelhamento das Unidades Administrativas	0,00	400.000,00	**400.000,00**
Fundo de Apoio ao Registro Civil	0,00	5.364.000,00	**5.364.000,00**
Implementação das Ações da Corregedoria Geral da Justiça	373.118,00	0,00	**373.118,00**
Escola Judicial de Sergipe	432.000,00	1.000.000,00	**1.432.000,00**
Contribuição complementar para cobertura do deficit previdenciário	1.200.000,00	0,00	**1.200.000,00**
Prestação Jurisdicional do 1º Grau	348.076.000,00	34.707.992,00	**382.783.992,00**
Prestação Jurisdicional do 2º Grau	58.674.000,00	870.000,00	**59.544.000,00**
Manutenção dos Serviços Administrativos	139.331.199,00	27.962.608,00	**167.293.807,00**
TOTAL	**548.086.317,00**	**81.806.400,00**	**629.892.717,00**

DIRETORIA FINANCEIRA

Receita de Arrecadação do FERD		
Exercício 2019		
Receitas	**Orçada**	**Arrecadada**
Taxas/Custas/Emolumentos	76.000.000,00	80.656.883,67
Exercício 2020 (apurada até outubro de 2020)		
Taxas/Custas/Emolumentos	79.040.000,00	59.716.223,67

VALORES EMPENHADOS / LIQUIDADOS / PAGOS AO CREDOR

2019		
Orçamentário		
EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
539.038.505,92	539.020.172,45	539.020.172,45
FERD		
89.380.731,64	86.440.095,93	86.440.095,93

2020 (até outubro)		
Orçamentário		
EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
488.347.406,55	474.044.452,05	437.784.592,05
FERD		
81.262.616,59	58.772.386,72	50.138.210,77



Secretária de Tecnologia, Denise Martins, em evento sobre inovação, em dezembro de 2019

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS

Esta secretaria é o órgão responsável pelo assessoramento técnico relacionado às questões de tecnologia da informação e comunicação de dados do Poder Judiciário, bem como responsável pela implementação e gestão dos seus serviços, mantendo-se alinhada aos macrodesafios do TJSE. Tem como principais projetos em andamento o Portal de Inteligência e Exploração de Dados (BI - Business Intelligence); implantação do Entic-Jud; e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Projetos em andamento

- Licitação em andamento para implantação do BIM e aquisição de softwares para elaboração de projetos complementares – Dep. Obras do TJSE

- Aquisição de licenças do Windows 10, SSD e memórias RAM para atualização dos micros e notebooks do Parque de TI do TJSE

- Aquisição de 8 mesas de som de 16 canais e 6 mesas de som de 28 canais para os auditórios do Fórum Gumersindo Bessa, Palácio da Justiça e Câmaras Cíveis e Criminal

- Aquisição de 10 microfones auriculares. Núcleos de Serviço Social e Psicologia do TJSE, para o depoimento sem dano

- Licitação em andamento para aquisição de microfones modelo Gooseneck

- Aquisição de solução para transmissão ao vivo das sessões de julgamento pelo Tribunal Pleno

- Licitação em andamento para aquisição de webcam e headset para as salas de audiências de instrução e conciliação, para uso nas audiências mistas

- Licitação para aquisição de temporizador digital bivolt, que irá trazer mais economia de energia e aumento da vida útil dos equipamentos dos sistemas de pregão (Busca Pessoa) nos fóruns do Estado e na Divisão de Transportes (garagem)

- Licitação para aquisição de lâmpadas para projetores

- Estudo sobre estenotipia

- Estudo para viabilidade de substituição do Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA)

- Estudo para viabilidade de substituição do pregão / Busca Pessoa

PROJETOS CONCLUÍDOS

- Viabilidade, adequação, treinamento e suporte do uso da Plataforma Emergencial de Videoconferência do CNJ – Cisco WebEx, aos servidores e magistrados da capital e interior durante pandemia da Covid-19

- Aquisição por adesão de uma nova solução de videoconferência para uso do TJSE em 2021 (Zoom)

- Aquisição do software Adobe Creative Cloud (Comunicação)

- Aquisição de licenças de software para o EAD (Ejuse)

- Solicitação de impressora colorida para Diplad e Coordenadoria da Mulher

- Aquisição de software para o Memorial

- Aquisição de peças para manutenção de scanner

- Aquisição de peças para impressoras

- Aquisição de peças para manutenção em microcomputadores e notebooks

- Aquisição de ferramentas, material de consumo e componentes eletrônicos (Manutenção)

- Aquisição de baterias para nobreak

- Contratação de empresa especializada em acessibilidade tecnológica, para fornecimento de equipamentos de audioguia, configurados através de um software de gerenciamento (Memorial)

- Instalação dos Scanner Kodak i3400 nas Escrivanias para digitalização dos processos

- Doação de equipamentos de TIC para órgãos públicos e instituições

- Substituição dos cronômetros das Câmaras e Pleno

- Transmissão para o YouTube das sessões presenciais do Pleno

- Transmissão para o YouTube das sessões por videoconferência do Pleno e Câmaras, além de transmissão de eventos

- Alteração dos painéis de atendimento do Fórum Gumersindo Bessa

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE TIC

Projetos em andamento

- Aquisição de solução de backup

- Token de autenticação de dois fatores

- Aquisição de ativos de rede

- Asterisk – Telefonia IP para softphones

- Licenciamento servidores Microsoft

- Aquisição de switchs core e distribuição

- Licenciamento VMWare

- Licenciamento de Antivírus

- Serviços de telefonia fixa

- Serviços de telefonia móvel

- Extensão de garantia de servidores blades

Projetos concluídos

- Antispam

- Manutenção da Sala-Cofre

- Troca do banco de baterias do No-Break (UPS) X (Sala-Cofre)

- Aquisição de fitas para backup padrão Ultrium LTO-5

- Aquisição de Extensão de Garantia NetApp (FAS8200)

- Aquisição de crachás e carteirinhas de Oficiais de Justiça

- Implantação de plataforma de videoconferência TJSEMeet (Big Blue Button)

- Aquisição de expansão de volumetria da solução de armazenamento (storage), NETAPP FAS8200

- Espelhamento da Base de Dados Transacional

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Projetos em andamento

- Controle prisional – otimização

- Novo Projeto de Integração com o STJ

- Guia de Execução Criminal

- Implantação do BNMP 2.0 – Expedição de Guia de Execução

- Implantação do PJe

- Migração do serviço de envio/recebimento de recurso ao STF para MNI 2.2.2

- Integração com a Plataforma de Comunicações Processuais (PCP)

- Correção de Estatísticas em razão do SEEU - Carga do BI

Projetos concluídos

- Demandas Juízes Cíveis – Conexão e Prevenção – Nova Consulta Processual

- Mudança do biênio Turma Recursal

- Zoneamento de Juizados em Nossa Senhora do Socorro

- Admissibilidade - Recursos - RE - Resp - Fluxo

- Implantação do SEEU

- Sessões por videoconferência 2° Grau

- Sessão Virtual no 2° Grau

- Novo layout da tela de cadastro de partes

- Nome Social – Resolução 270/2018

- Cisco WebEx e guarda dos vídeos – TJSE Mídias

- Inclusão do Número Único nos expedientes e comunicações do Diário de Justiça

- Nome Social

- Integração com o MPE através do MNI

- Monitoramento de causas envolvendo a Mulher

DIRETORIA DE SISTEMA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Projetos em andamento

- Comunicações judiciais por mensagem de texto – SMS (processo licitatório)

- Adequação do Sistema de Precatórios às diretrizes da Resolução 303 do CNJ

- Atos e Portarias – Integração – substituição de cargo comissão e cargo efetivo (2ª fase)

- Adequação do Portal do TJSE para a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

- Cadastro de Comissões e seus atos no Portal do TJSE (Ranking da Transparência do Poder Judiciário)

Projetos concluídos

- Integração com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – Projeto Sagres

- Reestruturação da acessibilidade e segurança dos Portais do TJSE:

- Portal da Ejuse

- Portal da Biblioteca

- Portal da Vice-Presidência

- Portal da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – GTIC

- Portal do Planejamento Estratégico

- Portal da Central de Conciliação e Mediação

- Portal do Memorial

- Portal do Comitê Estadual de Saúde de Sergipe

- Portal do Processo Judicial Eletrônico – PJe

- Banco de Jurisprudência Administrativa

- Atos e Portarias – Integração – GP4 – substituição (1ª fase)

- Novo Sistema de Estágio

- Integração TJSE/SEFAZ – controle do Cadastro de Dívida Ativa (CDA)

- Sistema de escala de férias de magistrados

- Projeto Exames Periódicos de Saúde (EPS) – Segnato

- Sistema EjuseWeb (emissão de certificados e coleta informatizada das frequências)

- Controle de Prestação Pecuniária (depósito e alvará judicial integrado ao Banese)

- Pagamento de custas judiciais com cartão de crédito

- Novo Sistema da Ouvidoria

- Gestão de Custos – GRPWeb

- Controle de Frotas – GRPWeb

- Projeto Perito Externo – Portal de Acesso à Justiça

- Intimação eletrônica da Requisição de Pequeno Valor (RPV)

- Sistema de votação eletrônica – Census Pleno

- Escala de Plantão da Segurança Institucional

- Edital de proclamas integrado ao Diário da Justiça

- Expedição de mandados para múltiplos destinatários

- Integração do Sistema de Mandados ao SEEU

- Integração do Sistema de Controle de Certidões (SCC) ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC/INSS)



Capacitação da primeira turma do Curso SEEU para assessores de magistrados, em novembro de 2019

DIRETORIA DE MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Diretoria de Modernização Judiciária (Dimoj) é o setor responsável por analisar os procedimentos de trabalho da área-fim e propor melhorias em seus fluxos e ferramentas. As propostas e projetos criados pela Dimoj, geralmente, demandam modificação de sistemas ou procedimentos de trabalho, mas podem desencadear alterações estruturais em setores e competências, a exemplo da atual Central de Processamento Eletrônico (CPE).

Parte das rotinas consiste em levantar requisitos junto aos detentores das regras negociais, avaliar as rotinas existentes, realizar estudos comparados com outros Tribunais, racionalizar procedimentos ou adequá-los às legislações vigentes, atualizar manuais de procedimento e realizar atendimentos em caso de dúvidas dos usuários da área-fim.

Os procedimentos básicos da Dimoj podem ser divididos em três grupos principais. De acordo com a classificação abaixo, durante o biênio 2019-2020, foram desenvolvidas 463 atividades, 36 estudos e 80 projetos:

a) Atividades: Análises de problemas e erros específicos. São demandas de baixa ou média complexidade.

b) Estudos: Avaliação de regras para entrega de relatórios, minutas de leis ou atos normativos ou encaminhamento de pareceres à Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Comitês.

c) Projetos: Avaliações detalhadas de regras existentes com mapeamento e propositura de alteração procedimental. Requer avaliação holística do que existe e do que se propõe (AsIs/ToBe), com estudos de impacto na jurisdição. São demandas de alta complexidade que podem exigir criação de novos sistemas ou módulos, criação ou alteração de setores existentes ou modificação de procedimentos e rotinas.

Dentre as principais ações, foram selecionadas as 30 mais impactantes, listadas abaixo:

Item	Título	Descrição
1.	Central de Processamento Eletrônico – Secretaria Única	Revisão dos procedimentos e estrutura do modelo de secretaria única implantado até então, culminando com a criação da Central de Processamento Eletrônico atualmente em funcionamento.
2.	Implantação SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado	Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado(SEEU) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em atendimento à Resolução nº 280/CNJ, bem como Plano Executivo Estadual encaminhado pelo CNJ.
3.	Sessão virtual	Possibilidade de julgamento virtual e presencial por videoconferência. Graças a essa modificação, foi possível dar continuidade aos julgamentos colegiados sem acúmulo de pautas.
4.	Turma Recursal Permanente	Estudos e projeto de viabilidade para implantação da Turma Recursal permanente.
5.	Projeto Perito Externo - PAJ	Permitir o acesso do perito externo às intimações realizadas pelo Tribunal, bem como fornecer ferramenta para juntada de manifestações sem necessidade de comparecimento físico.
6.	RPV - Tipo de Tramitação - Intimação Eletrônica	Alterar o envio de RPVs de forma física para eletrônica. Atualmente, mais de 6 mil RPVs foram enviadas eletronicamente, gerando economia e agilidade.
7.	Escritório Social	Termo de Cooperação Técnica do Escritório Social entre CNJ, TJSE e Poder Executivo do Estado de Sergipe e na condição de intervenientes, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.
8.	Intimação por mensagens de texto	Projeto para criar a comunicação de atos por mensagem de texto (SMS) e alteração do sistema para identificar e reenviar intimações de ARs para a mesma parte no mesmo processo e no mesmo evento.
9.	PJe	Estudos de viabilidade, mapeamento de fluxos e testes para averiguar a possibilidade de instalação do PJe no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

10.	Núcleo de Expedição de Precatórios	Projeto para prever setor específico para expedição dos ofícios precatórios e, com isso, reduzir o tempo de expedição e diminuir a carga de trabalho das unidades jurisdicionais.
11.	Núcleo de Execução Penal	Montar um novo modelo para execução penal em Sergipe de tal modo que os atos de secretaria de todas as execuções penais sejam de forma padronizada, especializada e centralizada, resultando em maior produtividade e confiabilidade nos atos produzidos.
12.	CEJUSC - Gerenciamento de Pauta	Correção do sistema de gerenciamento de pautas do Cejusc e retorno da competência para tal gerenciamento, que antes estava vinculada às unidades jurisdicionais.
13.	CEJUSC – Sistema de Leilão Unificado	Projeto e estudos para retirada da competência do CEJUSC para realização de leilões unificados.
14.	Central de inquéritos - Juiz de Garantias	Estudos para avaliar a possibilidade de criar unidade do Tribunal de Justiça para concentrar a tramitação das audiências de custódia e tramitação dos procedimentos investigatórios até o início da fase processual.
15.	Fiança e multa penais - Controle de Arrecadação e Destinação	Definir fluxo que permita a expedição da guia de fiança arbitrada pela autoridade policial junto ao Sistema de Gestão de Depósito Judicial e automatizar a guia de pagamento da multa penal.
16.	Melhorias do Portal Criminal x Adepol	Análise do requerimento de melhorias no Portal Criminal encaminhadas pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Sergipe (Adepol).
17.	Sistema Nacional de Bens e Armas - SNBA	Adequação do sistema de controle processual virtual deste Tribunal, a fim de que viabilize o envio das informações necessárias ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA).
18.	Melhorias no Sistema de Perícias	Criação de ferramentas com a finalidade de melhorias no sistema de perícias do Tribunal de Justiça de Sergipe.
19.	Consulta externa de casos vinculantes	Padronização da consulta externa de casos vinculantes
20.	Revisão do Fluxo de Procedimento de Liminares no 2º Grau	Aprimoramento do controle de liminares, desde o peticionamento até sua concessão.
21.	Identificação Biométrica de Pessoas Privadas de Liberdade – Justiça Presente	Coleta de dados biográficos e biométricos de pessoas privadas de liberdade.
22.	Implantação da Lei Anticrime	Implantação da Lei Anticrime no âmbito do TJSE. 0001138-40.2020.8.25.8825: decisão liminar proferida pelo Ministro Luiz Fux nos autos da ADI 6305, que suspendeu parcialmente a Lei 13.964/19, especialmente quanto à implementação do juiz de garantias. Aguarde-se ulterior deliberação.
23.	Audiências criminais por videoconferência	Consolidação das documentações inerentes ao plano de ação para realização de audiências criminais por
24.	Intimação de Audiência por aplicativo - Criação de nova Central de Mandados	Intimação de Audiência por aplicativo - Criação de nova Central de Mandados.
25.	Arquivamento - Custas - Campo obrigatório	Criação de campo obrigatório para informar a situação das custas processuais quando do arquivamento dos autos, reduzindo erros na geração de guias e perda arrecadatória.
26.	Suspensão Condicional do Processo – ajuste à TPU	Suspensão Condicional do Processo – ajuste à TPU
27.	BNMPU – Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência – Resolução 342/CNJ	BNMPU – Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência – Resolução 342/CNJ
28.	Oposição - Sessão Virtual - Controle	Oposição – Sessão Virtual – Controle
29.	Juízo 100% digital	Estudos para implantação do Juízo 100% digital no Estado de Sergipe.
30.	Adequação do sistema de precatórios à Resolução 303	Projeto para alterar o sistema de gestão de precatórios para cumprir a Resolução 303 do CNJ.

BIBLIOTECA

Diante dos reduzidos recursos para aquisição de novas obras, como também com a renovação da Biblioteca Digital, a gestão procurou outros meios de atualização do acervo, através de doações. Contou com um sistema de automação (BIB), que proporciona maior habilidade e precisão nas solicitações ao acervo da Biblioteca Digital. A equipe da Biblioteca priorizou a conservação e desenvolvimento do acervo, objetivando acompanhar as atualizações realizadas na área jurídica.

No biênio 2019-2021, as obras adquiridas, referentes a livros, foram recebidas através de doações de editoras, Tribunais, autores, particulares e instituições. O acervo atual da biblioteca conta com 7.335 livros. Ainda foi realizada a renovação da assinatura do Diário Oficial do Estado - (DOE online), 2019, no valor de R$ 1.402,80 (um mil, quatrocentos e dois reais, e oitenta centavos); e a assinatura do ano de 2020, no valor de R$ 1.352,70 (um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos), atendendo desta forma as solicitações dos usuários.

BIBLIOTECA DIGITAL

Assinatura anual (2019) da Biblioteca Digital Proview IP, com a disponibilização da média de 400 obras da Editora Revista dos Tribunais, com acesso simultâneo de 600 usuários, liberadas no site do TJ para todos os servidores. O valor anual da assinatura foi de R$ 90.885,00 (noventa mil, oitocentos e oitenta e cinco reais); e, em 2020, assinatura anual no valor de R$ 75.114,40, com redução no valor em face da pandemia.

Material	Compra	Doação	Total	Total em R$
Livros	-	15	15	-
Separata Sergipana	-	-	-	-
Periódicos/Exemplares	-	57	57	-
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on line 2019 Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on line 2020	01 01	- -	01 01	1.402,80 1.352,70
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2019 Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2020	01 01	- -	01 01	90.885,00 75.114,40
Total geral	04	72	76	168.754,90

SISTEMA DE AUTOMAÇÃO

O Acervo da Biblioteca Central (livros e periódicos) é cadastrado e catalogado através do sistema BIB, constando no sistema 7.335 livros e 259 títulos de periódicos, totalizando-se 7.594 volumes, com doutrinas de 135 títulos, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no Portal da Biblioteca para consulta. Foram realizados, no período de fevereiro 2019 a janeiro de 2021, 190 empréstimos aos usuários, com 180 devoluções.

Diariamente, foi realizada atualização do cadastro dos usuários, via Diário da Justiça, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa nº 13/2005 em relação ao critério de cargos que podem constar no mencionado cadastro. Através do sistema BIB, a biblioteca oferece aos usuários atendimento rápido e eficiente, mostrando sua evolução tecnológica no campo da informatização.

As pesquisas nesse período foram feitas através do sistema BIB, Biblioteca Digital, internet, banco de dados dos Tribunais Superiores e Estaduais, periódicos, jornais e livros. Atendendo aos usuários com atenção e com uma política empreendedora de atualização do acervo

com sua divulgação no Portal da Biblioteca no site do Tribunal, como também as suas acomodações essenciais, a biblioteca do TJSE obteve uma excelente frequência de usuários internos, de instituições afins, advogados e acadêmicos da área jurídica. Foi registrada, durante o período, uma frequência estimada mensal de 160 usuários; totalizando, no biênio, 1.920 visitas.

BIBLIOTECA SETORIAL JUIZ MÁRIO DE SIQUEIRA PINTO

Está localizada no Fórum Gumersindo Bessa, com um acervo de 728 livros e 158 periódicos, perfazendo um total de 886 registros. Ligada à direção da Biblioteca Central Des. Gervásio Prata, é composta por uma chefia que acumula as funções de administrar, registrar e dar assistência ao leitor, contando com o apoio de dois funcionários. Foram computados, no ano, 149 empréstimos de livros e periódicos, feitos por juízes, escrivães e assessores.

Material	Compra	Doação	Total
Livros	-	04	04
Periódicos	-	-	-
Total Geral	-	04	04



Visita de estudantes do Senac ao Arquivo, em março de 2020

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO

Uma das funções do Arquivo Geral do Judiciário é a guarda da memória, para que as gerações atuais conheçam a história da Justiça sergipana e que as gerações futuras valorizem o passado da instituição e as pessoas que dela fizeram parte. A seguir, as atividades realizadas pelo Arquivo no biênio 2019-2021.

Divisão De Consulta e Recuperação Documental

Engloba atividades como recebimento e encaminhamento de caixas de processos judiciais e documentação administrativa, confecção de caixas e etiquetas, lançamento no inventário topográfico, controle diário e atendimento às solicitações de Comarcas e Varas Cíveis e Criminais de

Sergipe, regularização processual, envio de malote para o protocolo de correspondência do Fórum Gumersindo Bessa, mapeamento de acervos, elaboração de catálogos e atendimento ao público externo (partes e advogados) com a finalidade de consulta processual.

Importante ressaltar que o recebimento de caixas foi retomado a partir de 13/11/2020, conforme cronograma. Este, instruído pela Resolução 09/2020, que elucida metodologia de remessa de caixas ao Arquivo Judiciário, após período de suspensão referente ao remanejamento de processos virtualizados, bem como limitação oriunda da pandemia da Covid-19.

Durante o biênio 2019-2021, foram desempenhadas as seguintes atividades processuais:

- **Caixas recebidas: 4.244**
- **Devolução de processos: 3.771**
- **Consulta Jurídica: 4.537**
- **Envio de processos solicitados: 4.969**
- **Processos Conferidos: 27.470**
- **Solicitação de Processos não cadastrados: 2.870**
- **Recebimento documentação administrativa judicial: 370 caixas**
- **Recebimento documentação administrativa: 538 caixas**

DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

Engendra seus esforços na otimização dos procedimentos de avaliação, classificação e descarte dos processos judiciais findos, assim como da documentação administrativa produzida pela instituição. A iniciativa observa a Resolução 38/2012 do TJSE, que instituiu o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade Unificada dos Processos Judiciais do Poder Judiciário estadual, como também respeita as Recomendações 37/2011 e 46/2013 do CNJ, que orientam os Tribunais sobre a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

Durante o biênio 2019-2020, foram propostos e aprovados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) dois Editais de Eliminação de Autos Judiciais Findos (01-2019, 02-2019), com previsão de descarte de cerca de 29.551 processos físicos, que se tornaram inservíveis ao Judiciário, às partes e à sociedade, em virtude de atingirem a temporalidade disposta na Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada (TTDU), gerando espaço nos acervos equivalente a aproximadamente 1.504 caixas-arquivo.

Foram ainda produzidas nesta gestão as Listagens de Eliminação de Documentos provenientes de Autos Virtualizados n.º 01-2020, 02-2020 e 03-2020, com avaliação de cerca de 44.857 processos convertidos com trânsito em julgado, trabalho que se mantém ininterrupto, mesmo durante a pandemia, decorrente da implantação do Projeto de Conversão de autos físicos em eletrônicos, originando nova modalidade de remessa para o 'Arquivamento', além de documentos de arquivamento definitivo de habitual, levando a CPAD a optar pela suspensão da classificação dos autos judiciais padrão, pela avaliação da documentação física enviada proveniente da virtualização como estratégia para aumentar o quantitativo do Descarte Documental e, por conseguinte, o espaço livre nos acervos.

A Avaliação Documental observa, ainda, os critérios de preservação histórica de documentos, com iniciação da digitalização da sua documentação permanente, cujo Projeto de Digitalização do Acervo Permanente atualmente em análise pela Secretaria de Tecnologia SEI 0017625-56 para adoção do Repositório Digital Confiável RDC - Arq. Portanto, os descartes orientam-se pelas vertentes da sustentabilidade social, ambiental e financeira, previstas na Resolução nº 201/2015, a qual instituiu o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Iminente a necessidade de gestão da documentação eletrônica judicial, com o aval da CPAD, Ata COMPTADATTAT 0684797, fora proposta pela Divisão de Avaliação Documental e aprovada pelo Pleno do TJSE a Resolução 09/2020, em 13/08/2020, estabelecendo a política de gestão documental de processos e documentos em meio eletrônico (virtualizados e natodigitais).



Processos descartados são entregues para reciclagem

DIVISÃO DE MEMÓRIA

1. Classificação de documentos históricos: consiste em classificar documentos segundo sua origem, tipologia processual e período, acondicionamento em caixas, etiquetar e alocar no acervo.

Descrição	Quantidade de caixas	Quantidade de processos
Classificação de documentos históricos 2019 e 2020	5483	109780

2. Consulta a processos históricos: consiste em atender às solicitações de advogados, partes e pesquisadores de processos datados até o ano de 1985.

2019													
Documentação solicitada	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Processos pesquisados estudantes/ pesquisadores Direito	4	28	224	130	332	273	5	157	219	352	207	74	2005
Processos pesquisados Estudantes/ pesquisadores História	4	21	20	30	16	14	11	20	1	27	20	17	201
Total	8	49	244	160	348	287	16	177	220	379	227	91	2206

2020													
Documentação solicitada	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Processos pesquisados (Estudantes/ pesquisadores Direito)	10	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48
Processos pesquisados (Estudantes/ pesquisadores História)	14	38	22	0	0	0	0	0	24	24	0	0	122
Total	24	38	60	0	0	0	0	0	24	24	0	0	170
Total (2019 + 2020)	**32**	**87**	**304**	**160**	**348**	**287**	**16**	**177**	**244**	**403**	**227**	**91**	**2376**

Obs: Devido à pandemia da Covid-19, os atendimentos externos foram suspensos em março de 2020, retornado com número reduzido em setembro do mesmo ano.

3. Entrega e devolução de Processos solicitados pelas Varas e demais unidades jurisdicionais, datados até o ano de 1985.

2019 e 2020	
Descrição	Quantidade
Solicitação de Processos antigos pelas Varas	22
Solicitação de Processos antigos pelas partes	57

4. Visitas técnicas e cursos

Instituições	nº de visitantes	Objetivos
Prefeitura Municipal de Arapiraca	01	Conhecer o funcionamento geral do Arquivo
Universidade Federal de Sergipe	47	Conhecer o funcionamento geral do Arquivo
Faculdades Facar e Faser	28	Ver processo de Conservação de processos e a restauração de documentos antigos
Unit	48	Conhecer o funcionamento geral do Arquivo, principalmente os processos de conservação e restauração de documentos Históricos
Senac	28	Conhecer o funcionamento geral do Arquivo, principalmente os processos de conservação e restauração de documentos históricos
TRT 20ª Região	10	Aprendizado prático sobre manuseio e tratamento em processo físico-histórico

5. Promoção de simpósios, conferências e exposições:

- Exposição '131 Anos de Liberdade ... Realidade ou sonho', realizada em maio/2019;
- I Simpósio de Estudos e Pesquisas em independência de Sergipe e do Brasil, realizado em 04/12/2019;
- I Ciclo de conferências Permanentes do Arquivo Judiciário de Sergipe, programado para ser realizado em todos os meses do ano de 2020, porém foi suspenso em março, devido à pandemia da Covid-19.



Conferência sobre os 200 anos da independência de Sergipe, em janeiro de 2020

6. Cadastramento no Sistema de Administração do Arquivo de processos datados até o ano de 1985:

2019													
Atividades diversas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Processos classificados (Históricos)	1299	2357	1917	1317	2091	1905	2213	1037	1920	4044	2606	1178	23884
Total	1299	2357	1917	1317	2091	1905	2213	1037	1920	4044	2606	1178	23884
2020													
Processos classificados (Históricos)	2270	1194	877	814	927	719	1117	3489	4481	1377	0	0	17265
Total	2270	1194	877	814	927	719	1117	3489	4481	1377	0	0	17265
Total (2019 + 2020)	3569	3551	2794	2131	3018	2624	3330	4526	6401	5421	2606	1178	41149

7. Digitalização de processos:

- 2019: 240 laudas digitalizadas de processos históricos;
- 2020: 560 laudas recuperadas e melhoradas as imagens.

COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

Com o objetivo de garantir a tramitação adequada e célere dos feitos em que o ônus da prova seja atribuído ao cidadão, sem condições de arcar com os custos da perícia, o Poder Judiciário de Sergipe, no âmbito de sua atuação criou a Resolução 35/2006, alterada parcialmente pela Resolução 18/2018, sendo o valor dos honorários periciais atualizados pela Portaria 44/2018, a qual apresenta as diretrizes para atendimento às demandas judiciais na produção de provas periciais. Cabendo à Coordenadoria de Perícias Judiciais responder pela fiel execução dos laudos periciais, para os casos em que houver gratuidade judiciária.

Atualmente, a Coordenadoria de Perícias Judiciais dispõe de três Chefias de Divisão: Serviço Social, Psicologia, e Contábil, além de uma Chefia de Setor, todas funcionando no Fórum Gumersindo Bessa. Estando esta Coordenadoria, atualmente, composta por 76 servidores: Coordenador de Perícias Judiciais, Chefes de Divisão, Analistas Judiciários de Serviço Social, Psicologia, Contabilidade e Engenharia Civil, Médicos (Psiquiatria e Medicina do Trabalho), Técnicos Judiciários. Além destes contamos com estagiários de nível superior: Contabilidade, Engenharia Civil, Psicologia, Serviço Social, e também de nível médio.

Nos casos de peritos internos: Contabilidade, Engenharia Civil, Medicina do Trabalho, Psiquiatria, Psicologia e Serviço Social, especialidades para as quais não realizamos cadastramento, devido a limitações legais previstas na Resolução 35/2006, bem como no Edital de Credenciamento de Peritos, Diário da Justiça 4.541 de 22/09/2016, estes não fazem jus a honorários periciais.

Ainda acerca dos servidores, vinculados a esta Coordenadoria de Perícias Judiciais, que respondem por periciais judiciais, a atual Gestão, buscando normatização destas áreas do conhecimento, publicou a Portaria nº 78/2019, a qual altera, inclui e revoga dispositivos da Portaria nº 77/2018 GP1, que trata dos Órgãos Administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, melhor definindo as atribuições da Coordenadoria de Perícias Judiciais, dentre outras providências.

As perícias internas atendem a todos os Juízos de Direito, sendo em alguns casos, realizadas in loco, como Engenharia Civil e Perícia Médica Domiciliar. Podem ocorrer, em parte, nas residências ou dependências específicas dos Fóruns, procedimentos em: Serviço Social e Psicologia, as quais estão distribuídas em seis núcleos técnicos: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Lagarto, Itabaiana e Propriá. Além destas, há Analistas Judiciários de Psicologia e Serviço social, vinculados à Coordenadoria de Perícias Judiciais, laborando junto a três Varas Especializadas: VEP, Vempa e Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Bem como dispomos de equipe técnica, específica, para o atendimento às demandas que envolvam Depoimento Especial.

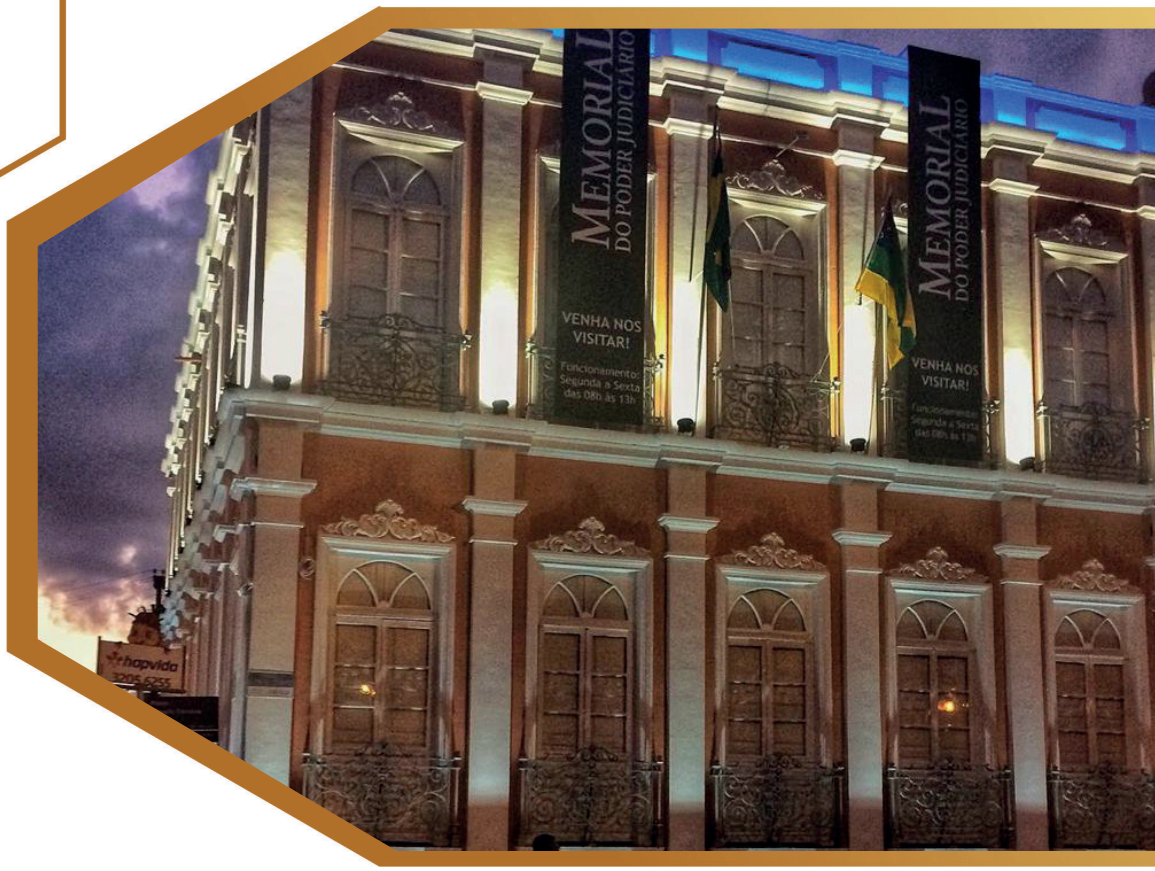
Para os casos em que houve deferimento da gratuidade judiciária, e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe não comporte profissional apto à resolução do múnus, são cadastrados peritos das diversas especialidades do conhecimento, exceto as áreas supracitadas, sendo os honorários periciais suportados por este Poder Judiciário.

Neste ponto, anualmente, faz-se uma estimativa de gastos com honorários, sendo encaminhado, no início de cada ano, à Secretaria de Orçamento e Finanças, para apreciação junto à Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, valor de empenho no importe de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sendo, a depender das demandas solicitadas pelos Juízes de Direito, solicitado complementação dos valores reservados aos atendimentos das determinações judiciais. Apenas a título de exemplificação, do quanto contido no item acima, no ano de 2019 foram solicitadas 3.695 (três mil, seiscentas e noventa e cinco) perícias, com profissionais externos.

Para o ano de 2020, devido à pandemia provocada pela Covid-19, por questões de ordem sanitária, especialmente entre abril e julho, houve redução nos atendimentos, presenciais, de perícias, retomando sua normalidade a partir do início do mês de agosto. Ainda assim foram solicitados 1.748 atendimentos periciais, com profissionais externos, fora do quadro do TJSE, até o dia 16 de novembro do ano em curso.

Cabe-nos ressaltar que a inscrições para peritos judicias estão disponíveis no Portal do TJSE (https://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/pericias#credenciamento), estando no endereço em tela, todas as informações necessárias ao credenciamento de peritos judiciais. Neste ponto, ressaltamos que, mantendo-se a Transparência de suas ações, o TJSE torna acessível a qualquer cidadão a relação de todos os profissionais cadastrados, para tal fim, via rede mundial de computadores, na página do Portal da Transparência, basta acessar o link https://www.tjse.jus.br/portal/transparencia/produtividade/peritos.

Buscando-se aproximar cada vez mais a Justiça dos cidadãos, o TJSE, especificadamente, para os casos em que há dúvidas sobre a paternidade/maternidade, firmou contrato, via processo licitatório, com a Empresa Medgen Tecnologia Avançada em DNA LTDA EPP, para identificação genética das relações das partes envolvidas nas lides processuais; sendo realizados dois exames genéticos, o Duo/Trio e Espólio. Anualmente, é feita reserva financeira para arcar com o custo dos exames, ficando no importe de R$ 506,997,50 (quinhentos e seis mil, novecentos e noventa e sete reais, oitenta centavos).



Palácio Sílvio Romero - Memorial do Judiciário

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO

Visitas de estudantes, promoção de oficinas para alunos e professores da rede pública e privada, incentivo à pesquisa. Com diversas ações, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe (Mepojud), na gestão 2019-2020, cumpriu o previsto nos incisos do artigo 59, da Portaria Normativa 77/2018, tais como pesquisar, reunir, expor e manter sob sua guarda documentos textuais e iconográficos, relacionados com a memória e a cultura do Estado de Sergipe, com ênfase na história de nosso Poder Judiciário.

Em junho de 2019, no Palácio de Justiça, foi o Mepojud quem organizou a solenidade de inauguração do busto de Tobias Barreto em comemoração aos seus 180 anos de nascimento. Após, o público foi presenteado com a palestra dos escritores José Lima Santana e Jackson da Silva Lima com o tema “O que dizem os Mestres sobre Tobias Barreto”.

No mês seguinte, foi lançado o “Projeto Editando Fontes Históricas”, cujo objetivo é a celebração do bicentenário da Independência de Sergipe, reunindo profissionais de campos diversos como a arquivologia, a história,

a museologia e outras áreas que dialogam com a temática. O primeiro encontro ocorreu em agosto de 2019, com a "Oficina Editando Partituras", na qual Emanuel Vasconcellos Serra, Diretor Artístico do Renantique, digitalizou partituras, transcrevendo-as, em prol da preservação e difusão do conhecimento de diversas fontes documentais, notadamente, referentes à musicologia.

REABERTURA DO PALÁCIO SÍLVIO ROMERO



Reabertura do Palácio Sílvio Romero, no dia 31 de outubro de 2019, com exposição sobre Tobias Barreto

A reabertura do Palácio Sílvio Romero, que abriga desde 2004, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, após meses de reforma, aconteceu na noite do dia 31 de outubro de 2019. Na ocasião, também foi lançado pelos Correios um selo personalizado alusivo à reabertura do Mepojud, contando com a presença de Maria Lizete Barreto de Menezes Brito, bisneta do jurista sergipano Tobias Barreto. A nova expografia trouxe um recorte da história do Judiciário em Sergipe, com fotografias e documentos que ilustram a criação do palacete de estilo eclético. A ideia foi resgatar a memória de instituições que foram abrigadas no prédio centenário, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à época formado por intelectuais e magistrados.

A exposição de longa duração, na chamada "Sala da Casa" trouxe a história inicial do Tribunal de Relação do Estado de Sergipe, criado em 1892, funcionando inicialmente no edifício do Palacete da Assembleia Legislativa. Até que, em 1895, o Presidente do Estado, General Valadão (1849-1921), entregou para sede da Corte de Justiça o edifício localizado

na Praça Matriz (atualmente Olímpio Campos), no qual o Egrégio Tribunal sergipano funcionou até 1930. O Memorial não poderia deixar homenagear o patrono do prédio – Sílvio Romero, através da exposição de algumas de suas compilações e obras de arte que o retrata.

Outrossim, a inclusão de pessoas com deficiência visual se faz presente nesta sala, através do método Braille descrevendo o acervo nela exposta. Tal ação foi desenvolvida e doada ao Mepojud pelo Centro de Apoio Pedagógico para atendimento as Pessoas com Deficiência Visual a quem somos gratos pela parceria. No segundo piso do prédio, o visitante encontra a Sala de Julgamento, com objetos utilizado no Tribunal do Júri. Na outra sala do mesmo piso, há informações e documentos referentes à Independência de Sergipe, memórias da escravatura e objetos antigos, destacando o gabinete do Desembargador José Barreto Prado.

Ainda durante a reabertura do prédio, o público pôde ver, no auditório do Memorial, um trecho do depoimento do Desembargador Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila ao Projeto Vivas Memórias em entrevista concedida à Diretoria de Comunicação do TJSE, no dia 6 de junho de 2018. O Desembargador, que faleceu no dia 18/03/2019, foi o responsável pela criação do Memorial do Judiciário de Sergipe. Por este motivo, o Pleno do TJSE aprovou, no dia 30 de outubro, uma propositura do Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho solicitando que o auditório do Memorial tenha o nome do Des. Pascoal Nabuco.

Duas exposições temporárias foram abertas durante a solenidade: uma sobre "Tobias Barreto: vida e representações", composta por acervo documental, artístico e bibliográfico do jurista sergipano que, em de junho de 2019, completou 180 anos de nascimento. A segunda, para rememorar meados do século XX, quando o prédio abrigou o Instituto de Música de Sergipe, atualmente chamado de Conservatório de Música de Sergipe, o rés do chão foi palco para a exposição temporária "Mestre Passos: entre a memória e a tradição", homenageando José Santos de Araújo, luthier de São Cristóvão que já confeccionou mais de 200 instrumentos musicais, como banjos, violões, violinos, cavaquinhos, entre outros.

Com o Mepojud reaberto, a quarta "Oficina de Paleografia" ocorreu em dezembro de 2019, na qual foi trabalhada documentos históricos relacionados à Independência de Sergipe, evento que em 8 de julho de 2020 completou 200 anos. Ministrada pelo Professor Wanderlei Menezes, a palestra "Paleografando: leitura e transcrição de manuscritos" expôs aos participantes documentos datados de 1821, dentre os quais, uma das primeiras comunicações de Carlos César Burlamaqui, personagem muito importante para entender o processo de Independência de nosso Estado.

NATAL NO PARQUE



Natal no Parque, no dia 6 de dezembro de 2019

No início da noite de 6 de dezembro de 2019, para relembrar a inesquecível tradição de Aracaju, o Memorial do Judiciário promoveu a cantata "Natal no Parque", reunindo centenas de pessoas que, juntamente com o grupo Vivace, confraternizaram-se com servidores e magistrados do TJSE. O público, independente de faixa etária, ficou entusiasmado com carrossel, barquinhos, algodão doce e pipoca, além da feirinha de artesanato "São Criativos" e o memorável cachorro quente do Sr. João do Parque.

Outra atração foi a abertura da exposição "Natal no Parque", com obras de 15 artistas sergipanos. Além de telas e presépios, foi exposto um tapete devocional com a imagem da Sagrada Família, confeccionado durante uma oficina realizada no Memorial, em novembro de 2019, pelo artista plástico Jorge Luiz Barros, a educadora Vânia Correia e alunos de desenho do Professor Valmir Ramos do Instituto Luciano Barreto Júnior. O evento teve ainda um cunho social, com arrecadação de alimentos e itens de higiene para o SAME – Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição, localizado no bairro Industrial, em Aracaju, que abriga 60 idosos, os quais foram entregues no dia 17 de dezembro de 2019.

ANIVERSÁRIO DE ARACAJU

Em 12 de março de 2020, em comemoração ao Aniversário de Aracaju, o Memorial lançou a mostra fotográfica “Augusto Gentil e seu olhar sobre Aracaju”. No auditório, o Instituto Educacional Menino Jesus, com 33 alunos (6º ano) juntamente com as professoras Priscila, Ivana e Marta, participou da Oficina de História em Quadrinhos com o tema “Celebrando 17 de março”, ministrada pela Prof. Dra. Valéria Bari e a graduanda em História Maria Magna Correia Menezes Nogueira. Os estudantes e as professoras ficaram encantados com as técnicas informadas para se fazer uma história em quadrinhos. Ainda houve a exibição do documentário “Chica Chaves” e roda de conversa com o professor e produtor cultural Sérgio Borges.



Roteiro histórico pelo Centro de Aracaju, promovido pelo Memorial no dia 13 de março de 2020

Dando continuidade à comemoração do aniversário dos 165 anos de Aracaju, no dia 13 de março de 2020, alunos do 9º ano da Escola Municipal Neuzice Barreto, de Nossa Senhora do Socorro (SE), conheceram as exposições o Mepojud e, após, fizeram o roteiro histórico e de educação patrimonial guiado pelos professores Osvaldo Ferreira Neto e Verônica Nunes. O passeio saiu do Memorial, na Praça Olímpio Campos, passando pela Praça Fausto Cardoso, com final na Igreja São Salvador, sempre destacando os prédios e monumentos históricos do centro da capital sergipana. Encerrando o dia comemorativo, houve a abertura da exposição “Aracaju....um cartão postal” e, logo em seguida, o lançamento da 26ª edição da revista *Cumbuca*, da Editora do Diário de Sergipe.

EVENTOS NACIONAIS

Em 2019, mesmo diante da reforma da sede, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, participou da 17ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Assim, o Memorial lançou, em maio, o "Projeto Ciclos de Oficinas de Transcrição de Manuscritos", sendo as duas primeiras oficinas ministradas pelo professor Wanderlei Menezes, mestre em História. O intuito foi promover a prática de leitura paleográfica de textos manuscritos e sua transcrição, além de identificar as características das escritas do século XIX, especificidades e dificuldades de leitura de textos manuscritos com especial atenção aos de Tobias Barreto.

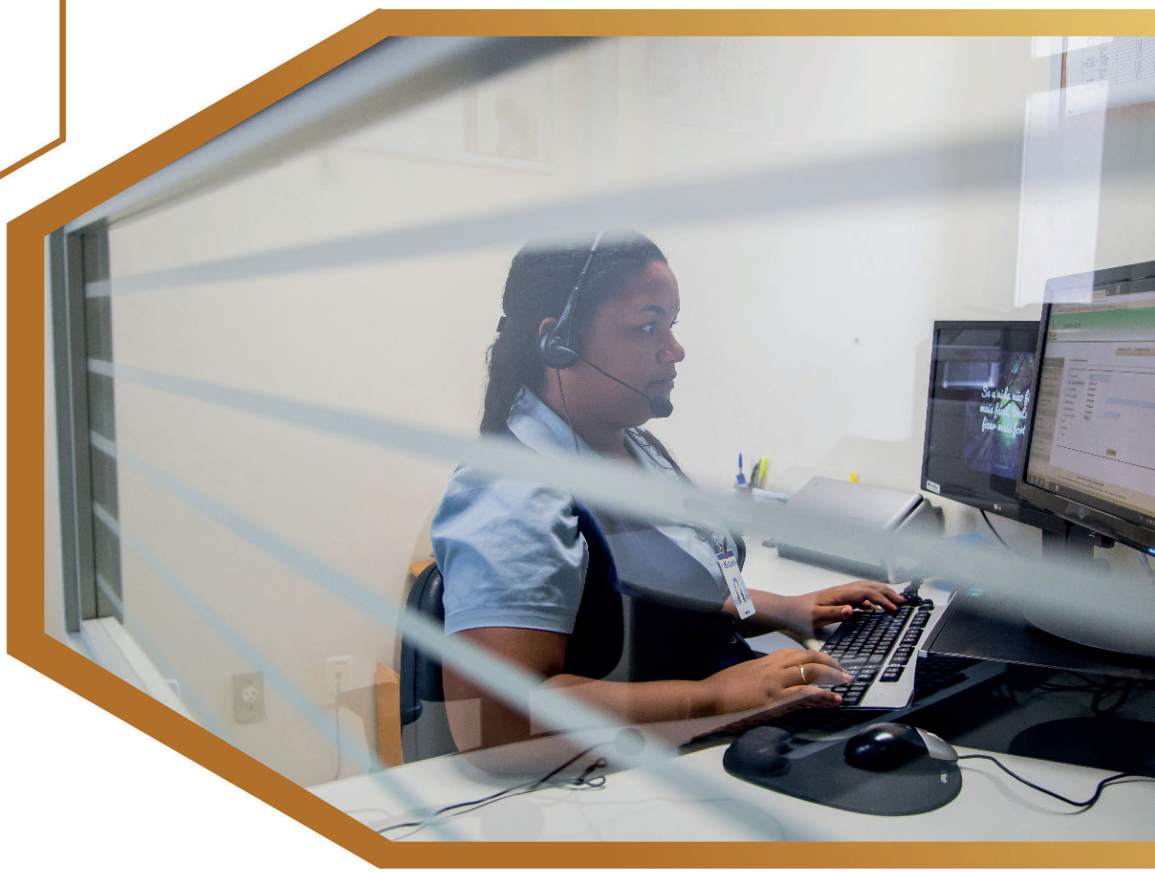
Não se permitindo ficar de fora da 13ª Primavera dos Museus de 2019, com o tema "Museus por Dentro, Por Dentro dos Museus", o Mepojud, ainda em reforma, em setembro, destacou a vida do jurista sergipano Tobias Barreto através da "Oficina de História em Quadrinhos", proferida pela Profa. Dra. Valéria Bari, do Departamento de Ciência da Informação da UFS e especialista em história em quadrinhos, com participação do ilustrador e quadrinista André Comanche e do professor de Artes Raul Rodrigues.

No dia 27 de setembro de 2019, o público teve a visita guiada "Por dentro do Memorial", com a museóloga e Diretora do Memorial, Sayonara Viana, que apresentou o Projeto "Editando Fontes Históricas". Logo após, foi realizada a palestra "Por dentro do Direito", com o advogado Robyson Guidice, que destacou a importância das legislações destinadas a pessoas com deficiências como garantidoras de acesso a patrimônios históricos e museal como o Mepojud.

Já em 2020, diante da pandemia da Covid-19, o IBRAM orientou todos os museus participantes da 14ª Primavera a desenvolverem atividades em ambiente virtual, com o tema "Mundo Digital: Museus em Transformação". O Mepojud, no dia 21 de setembro de 2020, ofereceu para seu público a Oficina online de Paleografia, a qual encerrou o Projeto Editando Fontes Históricas, com o Prof. Wanderlei Oliveira Menezes, participação de Carlos Alberto Nascimento e Prof. Verônica Nunes, mediado por Sayonara Viana.

REVISTA DO MEMORIAL

A *Revista do Memorial*, edição nº 5, foi editada em três partes: a primeira dedicada à comemoração dos 200 anos de Emancipação Política de Sergipe, com transcrições que são resultados do Projeto Editando Fontes Históricas; a segunda sobre o Centenário da Emancipação Política de Sergipe; e a terceira com artigos selecionados por um conselho consultivo com temas diversos evidenciando o caráter multidisciplinar da publicação.



OUVIDORIA

Entre janeiro e dezembro de 2019, foram efetuados 4.460 registros na Ouvidoria Geral da Justiça do TJSE, dividindo-se em 2.518 pedidos de informação e 1.942 manifestações. Já entre janeiro e novembro de 2020, foram 4.664 registros, dividindo-se em 1.728 pedidos de informação e 2.936 manifestações.

A classificação da Ouvidoria separa as solicitações, dividindo-as em pedidos de informação e manifestação. Os pedidos de informação são as demandas recepcionadas por telefone ou de forma presencial, em que a resposta é fornecida no ato do atendimento, não sendo necessária análise futura. Relacionam-se a questões de menor complexidade. Quanto às manifestações, são as demandas que exigem uma análise mais criteriosa por parte da Ouvidoria.



Acordo firmado no Cejusc Aracaju durante a Semana Nacional da Conciliação, em novembro de 2019

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

PROJETOS DE EXECUÇÃO CONTÍNUA

1 - Escolas no Fórum: consiste na difusão da cultura de paz junto aos alunos do ensino médio da rede escolar de Nossa Senhora do Socorro. Visita guiada para conhecer a estrutura do Fórum e do Cejusc, oficina sobre resolução de conflito sem uso da violência;

2 - Pare, Concilie e Siga: promove audiências de conciliação no trânsito em decorrência de colisões de veículos automotores sem vítimas, com posterior homologação dos acordos em juízo;

3 - Mural Informe Cidadão: consiste em ser canal de difusão de informação à população que utilizam os serviços dos Cejuscs.

4 - Formação de conciliadores e mediadores judiciais: formação de servidores judiciais e de órgãos/instituições conveniadas, com o devido acompanhamento dos alunos em estágio supervisionado, através da organização de cronograma de audiências para alunos em supervisão.

5 - Capacitação contínua dos mediadores e conciliadores judiciais que atuam nos Cejuscs e convênios: Proporcionar aos mediadores e conciliadores dos Cejuscs a necessária reciclagem e atualização legislativa, procedimental e de conhecimentos específicos em conformidade com a legislação pertinente.

NOVOS PROJETOS

1 - Contas em Dia: consiste em um serviço de orientação sobre educação financeira, controle de gastos e alternativas para pagamento dos credores. O projeto é executado pelo curso de Contabilidade da Unit, no Núcleo de atendimento Fiscal, localizado no NPJ;

2 - Meu dinheiro tem valor: voltado para alunos da educação de jovens e adultos/EJA. Consiste em promover a cidadania financeira através de conteúdos sobre planejamento doméstico, noções de receitas, despesas, consumo consciente e uso das diferentes formas de crédito;

3 - Arte no Cejusc: consiste em contribuir com a difusão da cultura sergipana através de exposição de trabalhos de artistas plásticos, no Cejusc Aracaju, promovendo um ambiente diferenciado e acolhedor;

4 - Quinta da Paz: executado por mediadoras do Cejusc, as quais respondem a perguntas relacionadas aos conflitos cotidianos das pessoas, cujas respostas abordam uma perspectiva mediadora, com o objetivo de evitar uma comunicação violenta na resolução do conflitos. Abordam também sobre a proposta da mediação e conciliação e o funcionamento do Cejusc;

5 - Janelas do Saber: em elaboração. Consiste em criar estantes de livros nos Cejuscs para a população ler e trocar livros de literatura não científica.

6 - Desburocratizar, Acolher e Servir – DAS: consiste em capacitar os servidores dos atendimentos dos Fóruns para uma melhor orientação ao cidadão que procura o Judiciário, tanto no que concerne à resolução consensual de conflitos, com a apresentação da forma mais adequada e célere; quanto a corretos encaminhamentos para outros órgãos, através de cartilha orientadora sobre os diversos serviços prestados à população.

7 - Conciliador Dativo: consiste em promover a difusão da cultura de solução consensual de conflito através dos advogados nomeados pelo Estado para a defesa da população carente, ou seja "Advogados Dativos". Com essa proposta alcançamos também a advocacia como público-alvo para contribuir com a consolidação da política pública regulamentada pela Resolução 125/10 do CNJ. Após a capacitação em conciliação/mediação, o advogado dativo fará seu cadastro na Vara/Fórum/Comarca, mediante edital prévio lançado pelo magistrado, para promover as conciliações/mediações pré-processuais.

8 - Semana da Mediação Familiar: consiste em concentrar demandas familiares em semanas programadas, de forma pré-processual, no horário vespertino, utilizando-se a estrutura do Cejusc e mediadores judiciais capacitados através do Convênio com a Universidade Federal de Sergipe. Analisa-se a satisfação dos envolvidos, através da aplicação de questionários e é realizado o monitoramento posterior do acordo para se verificar a efetividade.

AÇÕES E RESULTADOS

1 - Publicação das Portarias n. 36/2020, 548/2020 e 565/2020, que regulamentam prazo de entrega de relatório, durante o estágio supervisionado, a validação de certificação judicial, emitidas por instituições reconhecidas por outros Tribunais, para fins de atuação no Estado de Sergipe; suspensão do prazo de um ano para conclusão do estágio supervisionado, tendo em vista a situação excepcional por conta da Covid-19; prazo para regularização dos relatórios, tendo em vista a publicação da Portaria 36/2020 (processo SEI n. 0005992-77.2020.8.25.8825);

2 - Criação da atermação via Portal do Advogado, para homologação de acordos pré-processuais junto ao Cejusc Aracaju, bem como acesso ao espaço de Publicações no Diário de Justiça do TJSE, para os feitos pré-processuais, respectivamente processos SEI n. 0019199.17.2018.8.25.8825 e 0019699.15.2020.8.25.8825.

3 - Visita a todas as Comarcas com mais de uma Vara, pela juíza coordenadora do Cejusc e membro do Nupemec, Dra. Maria Luiza Foz Mendonça, pela chefe de Divisão Administrativa do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale e pela equipe designada pelo Departamento de Obras/Divisão de Arquitetura, a fim de planejarem a instalação dos respectivos Cejuscs, em atendimento ao disposto no art. 8º da Resolução 125/2010 CNJ, art. 165 do CPC e no último relatório de inspeção do CNJ, conforme processo SEI n. 0007210- 77.2019.8.25.8825.

CURSOS 2019

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 07/01/2019 a 14/01/2019
Público – Assessores de Juízes TJSE

Curso de políticas públicas de tratamento adequado de conflito de interesses – 30 horas – período 11/02, 18/02 e 22/02/2019
Público – Juízes TJSE – 1ª turma

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 11/02/2019 a 20/02/2019
Público – convênio – UNIT Aracaju

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas - período 06/05/2019 a 13/05/2019
Público – Assessores de Juízes TJSE

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 06/05/2019 a 16/05/2019
Público – externo

Curso de capacitação de servidores de atendimento dos fóruns – 4 horas – período 14/05, 16/05, 21/05 e 23/05/2019
Curso de políticas públicas de tratamento adequado de conflito de interesses – 30 horas – período 11/02, 20/05 e 24/05/2019
Público – Juízes TJSE – 2ª turma

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 27/05/2019 a 03/06/2019
Público – convênio – Procons estadual, municipal e Cejuscs

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 10/06/2019 a 19/06/2019
Público – convênio – Ministério Público Estadual

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 25/06/2019 a 02/07/2019
Público – estagiários TJSE

Oficina de atualização em saúde mental – 5 horas – período – 03/07/2019
Público – servidores Cejusc Aracaju

Curso de reciclagem – mediação e conciliação judicial – 10 horas – período 09/07 e 17/07/2019
Público – servidores Cejusc Aracaju

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 05/08/2019 a 14/08/2019
Público – convênio – UNIT Aracaju

Curso de políticas públicas de tratamento adequado de conflito de interesses – 30 horas – período 11/02, 19/08 e 23/08/2019
Público – Juízes TJSE – 3ª turma

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 02/09/2019 a 09/09/2019
Público – convênio – Projeto Acorde – Secretaria de Segurança Pública

Curso de educação financeira – 8 horas – período 25/09 e 02/10/2019
Público – servidores Cejusc Aracaju

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 30/09/2019 a 07/10/2019
Público – convênio – estagiários Prefeituras

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período 08/10/2019 a 15/10/2019
Público – convênio – Universidade Federal de Sergipe - UFS

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas - período 16/10/2019 a 23/10/2019
Público – convênio – UNIT Propriá

Curso para prepostos – 04 horas – período 17/10/2019 Público – prepostos Energisa
Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período – 13/11 a 21/11/2019
Público – convênio – UNIT Estância

Curso de conciliação e mediação judicial – 40 horas – período – 26/11 a 03/12/2019
Público – convênio – UNIT Itabaiana

PRINCIPAIS DESTAQUES

Recebimento do Prêmio Boas Práticas com o Projeto Pare! Concilie e Siga

O projeto foi premiado na categoria boa prática do Selo de Desburocratização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O selo, que foi criado em novembro de 2019, tem como objetivo reconhecer ações que simplificam e modernizam o Poder Judiciário, promovendo eficiência e qualidade aos serviços prestados. É classificada como boa prática de desburocratização as atividades, ações, projetos ou programas cujos resultados sejam notórios pela eficiência, eficácia e efetividade. O projeto surgiu com a proposta de habilitar teórica e tecnicamente os agentes de trânsito dos Municípios sergipanos parceiros para que possam promover a conciliação extraprocessual, quando da ocorrência de acidentes de trânsito. Implantado no Poder Judiciário de Sergipe em 2016, com mais de 200 agentes de trânsitos capacitados em conciliação judicial, o projeto já resultou, desde a implantação até janeiro de 2020, em 4.800 acordos homologados.

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

O CNJ revelou que o TJSE tem os melhores índices de conciliação do Brasil. O índice de conciliação em Sergipe, em 2019, foi de 24,8%, entre os Tribunais Estaduais de grande, médio e pequeno porte, ficando bem acima da média nacional, que foi 11,3%.

NOVOS CONVÊNIOS E PARCERIAS

1 - Parceria com o Departamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe – UFS;

2 - Parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Sergipe – ANOREG;

3 - Parceria com o Curso de Contabilidade da UNIT para execução do Projeto Contas em Dia;

4 - Parceria com Banco Central – participação na Semana Nacional de Educação Financeira,

5 - Parceria com o Ministério Público Estadual (Coapaz) para capacitação de mediadores;

6 - Renovação de parceria com a UNIT, após 05 anos de convênio em execução.

MÍDIAS SOCIAIS

1 - Criação do Instagram do Nupemec;

2 - Atualização do Portal da Conciliação;

3 - Criação de banners e cards para Instagram e Portal da Conciliação, abordando temas da Agenda 2030, educação financeira, mediação de conflitos e serviços oferecidos pelo Cejusc.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1 - Participação na Semana Nacional de Educação Financeira, com lives sobre a temática pelo Instagram do Nupemec;

2 - Distribuição de material educativo nos mutirões;

3 - Execução dos projetos Contas em Dia, Meu Dinheiro tem Valor;

4 - Produção de banners sobre educação financeira;

5 - Realização de campanha sobre educação financeira para crianças: envio de cartilha 'Meu Dindin' aos servidores do TJSE e disponibilização da cartilha física nos setores de atendimento do Cejusc do Fórum Gumersindo Bessa e dos Fóruns Integrados.

ADESÃO AOS PRINCÍPIOS DA AGENDA 2030

1 - Eixo Saúde e Bem-Estar: contribuição do Cejusc com banners sobre prevenção de doenças (meses temáticos): janeiro branco; fevereiro roxo/laranja; março lilás; abril azul/verde; junho vermelho; julho amarelo; agosto dourado; setembro amarelo, outubro rosa; novembro azul.

2 - Elaboração de cards sobre datas relacionadas a pautas de defesa dos direitos humanos, igualdade de gênero e consumo sustentável: Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+; Dia Internacional dos Povos Indígenas; luta da população de rua; violência doméstica contra mulher, crianças e adolescentes;

3 - Levantamento de bandeiras de luta e defesa dos direitos humanos.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

09-08-2019: Curso de Primeiros Socorros, ministrado pela equipe do Projeto Salve, com participação dos servidores do Cejusc Aracaju;

25 e 26 de junho de 2019: Curso de Formação de Formadores – Nível 2 – Oficina Comunicação e uso de recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, em Brasília-DF, promovido pela Enfam, com a participação da magistrada membro do Nupemec, Dra. Dauquíria de Melo Ferreira e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale;

08-09 a 19-10-2021: Curso Fundamentos para Implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais, promovido pelo CNJ e Enfam, com a participação da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

17-08-2019: Projeto Ação global, realizado no quartel do 28º BC.

11 e 12 de abril de 2019: VIII Fonamec, com a participação das magistradas Dra. Dauquíria de Melo Ferreira e Drª Laís Mendonça Câmara e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJGO;

19 e 20 de setembro de 2019: IX Fonamec - Tema: "O poder público e o uso dos meios adequados de solução de conflitos", com a participação da magistrada Dra. Dauquíria de Melo Ferreira e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJMA;

12 e 13 de novembro: Curso de Gestão do Cejusc, Conciliação e

Mediação, com a participação das magistradas Drª Dauquíria de Melo Ferreira e Drª Laís Mendonça Câmara e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale;

23 de novembro de 2020: X Fonamec – promovido pelo TJSP através de Videoconferência, com a participação das magistradas Drª Maria Luiza Foz Mendonça e Drª Dauquíria de Melo Ferreira e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale.

MUTIRÕES 2019

Mutirão Banese Card(pré-processual) – período 29/04 a 03/05/2019
Fóruns Integrados IV – Santa Maria – Cejusc

Mutirão Juizado Especial de São Cristóvão (processual) – período 22/04 a 03/05/2019
Fórum Professor Gonçalo Rollemberg Leite (UFS) – São Cristóvão

Mutirão Pio X (pré-processual) – período 17/05/2019 a 24/05/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão cassind (pré-processual) – período 27/05/2019 a 30/05/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Condomínio Zilda Arns (pré-processual) – período 10/06 a 13/06/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Cassind (pré-processual) – período 17/06 a 19/06/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Pio X (pré-processual) – período 29/07/2019 a 02/08/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Febraban (processual) – período 13/08/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc processual

Mutirão Banese e Banese Card (pré-processual) – período 24/09 a 27/09/2019
NPJ – Cejusc Unit Aracaju

Mutirão Pio X (pré-processual) – período 14/10 a 21/10/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Energisa (pré-processual) – período 21/10 a 25/10/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual) – período 04/11 a 08/11/2019 – Unidades jurisdicionais do Estado de Sergipe

Mutirão Limpa Nome – Banese, Banese Card, Energisa, G Barbosa e Deso (pré-processual) - Período 18/11 a 22/11/2019
NPJ – Cejusc Unit Aracaju

Mutirão Família (pré-processual) – período 09/12 a 12/12/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Colégio Master (pré-processual) – período 16/12 a 18/12/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão das Execuções Fiscais (processual) – período 16/12 e 17/12/2019
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc processual

MUTIRÕES 2020

Mutirão Família (pré-processual) – período 27/01 a 31/01/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe (pré-processual) – Período 20/02 E 21/02/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Família (pré-processual) – período 02/03 A 06/03/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Eurotech (pré-processual) – período 03/03/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré
Mutirão Colégio Ideal (pré-processual) – período 05/03/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Mutirão Impacto(pré-processual) – período 06/07 A 09/07/2020
Audiências Virtuais – Cejusc pré

Mutirão Colégio Jardins (pré-processual) – período 24/08 a 28/08/2020
Audiências Virtuais – Cejusc pré

Mutirão Sefaz (pré-processual e processual) – período 12/11 a 27/11/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc

Mutirão Colégio Master (pré-processual) – período 30/11 a

09/12/2020
Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc pré

Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual) – período 30/11 a 04/12/2020 – Unidades jurisdicionais do Estado de Sergipe

ESTATÍSTICAS GERAIS

Cejusc Aracaju - Processual			
Audiencias / acordos	**2019**	**2020 (até outubro)**	**TOTAL**
Audiências designadas	18237	5366	23603
Audiências efetivamente realizadas	11508	3101	14609
Acordos	2761	1031	3792
Cejusc Aracaju – Pré-processual			
Quantidade de registros	7552	2160	9712
Acordos	6078	1604	7682

Desse montante, ressalte-se que durante o período de suspensão total das atividades presenciais (abril a agosto) foram realizadas 1.634 audiências processuais e 457 pré-processuais, de forma virtual, resultando em 60,77% e 97,68% de acordos, respectivamente. A partir de setembro, o Cejusc retornou ao modelo presencial, prevalecendo as audiências mistas e mantendo pautas virtuais.

Mutirões realizados	26
Cursos de capacitação	22
Pessoas capacitadas no Módulo Teórico	281

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

AUDITORIAS, FISCALIZAÇÕES E MONITORAMENTOS

- Avaliação operacional das concessões e pagamentos de diárias;

- Auditoria na contratação e execução de obras e serviços de engenharia;

- Fiscalização de bens patrimoniais móveis e imóveis e regularidade do inventário;

- Auditoria na manutenção de veículos, incluindo substituição de peças e realização de serviços;

- Acompanhamento das recomendações lançadas em auditoria realizada no Centro Médico;

- Monitoramento das atividades das auditorias realizadas nos anos de 2013, 2014 e 2017, originando a Comissão para revisão da automação e procedimentos da diretoria de gestão de pessoas (CRAPDGP);

- Monitoramento dos achados de auditorias realizadas no Departamento de Obras;

- Fiscalização dos servidores cedidos e requisitados;

- Fiscalização das dispensas e inexigibilidades realizadas em 2019;

- Fiscalização do plano de obras biênio 2019-2021;

- Fiscalização contrato de cessão de mão de obra, em TI;

- Fiscalização contrato de cessão de mão de obra, manutenção e serviços gerais;

- Monitoramento da auditoria de patrimônio e bens móveis;

- Fiscalização de diárias concedidas a terceirizados.

ATUAÇÃO JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

- Ranking de Transparência do Poder Judiciário;

- Avaliação de diárias recebidas por Magistrados;

- Apresentação e instauração do projeto auditoria baseada em risco;

- Auditoria sobre estrutura de Controles Internos.

AUDITORIAS COMPARTILHADAS COM O CNJ

- 2019: auditoria em governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil;
- 2019: auditoria na avaliação, criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos.

ATUAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE

- Auxílio das unidades internas e apresentação de defesa técnica em diligências e processos de prestação de contas e avaliação do Portal da Transparência;

- Prestação de Contas Ano Calendário 2018 e 2019.

RELATÓRIOS

- Relatório de Gestão Fiscal dos anos de 2018, 2019 e 2020;

- Relatórios Trimestrais de Auditoria encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

ATUAÇÕES DIVERSAS

- Apuração do superávit financeiro das unidades TJ e FERD;

- Estruturação do Departamento de Controle Interno, consoante Resoluções 308 e 309, do CNJ;

- Autuação junto a autuação da Receita Federal do Brasil, referente a recurso administrativo quanto aplicação de multa relativa a percentual de RAT.

FICHA TÉCNICA

I – Gabinete da Presidência

Secretária-Chefe de Gabinete
Luciana Faria de Araújo Costa

Diretoria de Comunicação
Luciano Freire Araujo

Divisão de Jornalismo
Maurício Meneses da Silva

Coordenação de Cerimonial
Fernanda Ribeiro de Menezes Fontes

Divisão de Atos da Presidência
Maria Givaneide de Oliveira Ramos

Divisão de Apoio Remoto ao 1º Grau
Alex Serra carvalho

II – Assessoria Especial da Presidência

Juízes-Auxiliares da Presidência
Dra. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade
Dr. Marcos de Oliveira Pinto

III – Consultoria Geral

Consultora-Chefe
Sara de Sousa Rabelo Carvalho

Consultora de Processos Judiciais
Maíra de Freitas Fernandes Paim

Consultora de Processos Administrativos
Juliana Campos Barreto

Consultora de Licitações e Contratos
Lydiane Torres da Silva

IV – Coordenadoria da Infância e da Juventude

Juiza-Coordenadora
Dra. Rosa Geane Nascimento Santos

V – Coordenadoria da Mulher

Juiza-Coordenadora
Dra. Rosa Geane Nascimento Santos

VI – NUPEMEC

VII – Departamento de Precatórios

Juiza-Auxiliar da Presidência
Dra. Simone de Oliveira Fraga

Departamento de Precatórios
Marcella Barreto de Medeiros Trigueiros

Secretaria de Apoio
Isa Almeida Tavares Melo

Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios
Nathalia Andrade Lobão

Divisão de Processamento e Cálculos
João José da Silva

Divisão de Pareceres e Pagamento
Saulo Luiz de Almeida Azevedo

SECRETARIAS

Secretaria Judiciária

Secretária Judiciária
Andréia Maria de Santana

Subsecretário da Câmara Criminal
Francisco Antônio do Nascimento

Subsecretária da Primeira Câmara Cível
Gabriela Oliveira Mandarino

Subsecretária da Segunda Câmara Cível
Livia Gouveia Silva Duarte

FICHA TÉCNICA

Chefe da Central de Mandados do 2º Grau
Ivanise Barbosa Lima Ribeiro Andrade

Chefe da Central de Protocolo e Registro
Soraya Ramos de Souza

Chefe da Central de Plantão Judiciário
Layseane dos Santos Machado

Escrivania da 1ª Câmara Cível

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

Escrivania da Câmara Criminal e do Tribunal Pleno

Diretoria de Modernização Judiciária
Daniel Vilanova Batalha

Divisão Cível
Gustavo Aciole Maciel

Divisão Criminal
Thiago Porto Morais

Divisão de Juizados Especiais
Luciana Guerra Gonçalves

Divisão de 2º Grau
Igor Eduardo Matos Melo de Carvalho

Biblioteca Central
José Vieira Ramos

Biblioteca Setorial do Fórum Gumersindo Bessa
Norma Suely Santos Santana

Arquivo Geral do Judiciário
Mônica Porto de Andrade

Divisão de Avaliação Documental
Alessandra Lemos Curvello Doséa

Divisão de Recuperação e Consulta Documental
Júlia Teixeira Lacerda

Divisão de Memória Judiciária
Paulo Sérgio Barboza Vieira

Coordenadoria de Perícias Judiciais
Ana Cristina Machado Silva

Divisão de Serviço Social
Adilnora Barbosa Guimarães Brito

Divisão de Psicologia
Luana Monise Lima Santana

Divisão de Perícias Contábeis
Tatiane Batista Alves de Carvalho

Setor de Engenharia Civil
Jairo Rodrigues Correa

Memorial do Poder Judiciário
Sayonara Viana Silva

Central de Plantão Judiciário
Eneide Gomes Mendes Diniz

Secretaria de Planejamento e Administração

Secretário de Planejamento e Administração
Erick Silva de Andrade

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Felipe Baptista Prudente

Divisão de Planos e Programas
Charlton Alexandro Andrade Almeida

Divisão de Estatística e Planejamento Estratégico
Fabrizio Pereira Dantas Silvestre

Coordenadoria de Análise Estatística
Jesy Karolyne Sales dos Santos

Divisão de Desenvolvimento Administrativo
Felipe Duarte Franco

Divisão de Apoio Tecnológico
Wesley Santos Melo

Diretoria de Administração
Carlos Benjamim Carvalho da Cruz

FICHA TÉCNICA

Coordenadoria de Material e Patrimônio
Virgínia Maria de Azevedo

Divisão de Compras
Agnaldo Santos Filho

Divisão de Almoxarifado
Carlos Werneck Gomes Siqueira

Divisão de Patrimônio
Adriano Ismerim Lopes

Divisão de Controle de Material
Renilson Tavares Figueiredo

Coordenadoria de Serviços
Valmir de Farias Lima Júnior

Divisão de Transportes
José Gomes dos Santos Filho

Divisão de Protocolo
Lourival Batista Bittencourt Neto

Divisão de Serviços Gerais
Kleber Monteiro Marcelino

Divisão de Serviços ao Cidadão
Ana Zulmira Freire Barreto de Souza

Supervisão do Palácio da Justiça e Centro Administrativo
Maria Rivaneide Oliveira

Supervisão do Fórum Gumersindo Bessa
Danilo Caetano Silva Costa

Supervisão do Protocolo Integrado do Fórum Gumersindo Bessa
Bruno Jose Pereira Franca Dantas

Supervisão do Protocolo de Correspondência do Fórum Gumersindo Bessa
Silvana Bezerra Silva

Diretoria de Gestão de Pessoas
José Ariosvaldo Silveira

Coordenadoria de Gestão
Adriana Fraga Santos

Divisão de Pagamento e Registro
Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo

Setor de Movimentação e Registro
Marise Candido Costa

Divisão de Direitos e Deveres
Pablo Roberto Nascimento Moreira

Divisão de Alocação e Avaliação
Mara Araujo Silva Vieira

Setor de Estágio
Luciana Moraes Carvalho Brandão

Centro Médico
Joana Maria Barboza Martins Oliveira

Divisão Médica
Rosita Fiorotto Sanchesz Anhê de Carvalho

Divisão Odontológica
Cristiane Moraes de Góes

Divisão de Atendimento Psico-Social
Sheilla Tatiana Costa de Oliveira

Setor de Fisioterapia
Bianca Ribeiro de Moraes

Diretoria de Segurança
Flávio Sandro de Albuquerque Souza

Divisão de Segurança Policial
Valmir Tavares dos Santos

Divisão de Segurança Eletrônica
Emmanuel de Freitas Santos

Departamento de Obras
Alessandro Santos Vasconcelos

Coordenadoria de Projetos
Juliana Viana de Mendonça

FICHA TÉCNICA

Divisão de Arquitetura
Clarissa Lisboa Brito

Divisão de Custos e Orçamentos
Adriana Batista Hagenbeck Santos

Divisão de Engenharia
Alex Costa Araújo

Coordenadoria de Obras
Taise Bomfim de Souza

Divisão de Manutenção
José Antônio Lima Santos

Supervisão da Capital

Supervisão do Interior

Divisão de Fiscalização
Jorge Luiz De Oliveira Carvalho

Secretaria de Finanças e Orçamento

Secretário de Finanças e Orçamento
Pedro Vieira Santos

Diretoria de Orçamento
Nilza Oliveira Bomfim

Divisão de Elaboração e Gestão Orçamentária
Ana Caroline França Guimarães

Divisão de Acompanhamento Gerencial
Antonio Emanoel Soares da Rocha

Diretoria Financeira
Augusto Mendonça Conceição

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira
Joseane Ester Siqueira

Setor de Empenho
Jacqueline Moraes Guimarães

Divisão de Contabilidade
Samuel Freitas de Souza

Divisão de Liquidação
José Alberto Alves Santos Júnior

Diretoria do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal
Amanda Barreto Vasconcelos

Divisão do Sistema de Arrecadação do FERD
Dorine Dias Dos Santos Ferreira

Divisão de Gerenciamento da Receita e Programação Financeira
Thiago Augusto Almeida Maynard

Divisão de Gestão Fiscal
Walter Britto Amaral Junior

Secretaria de Tecnologia da Informação

Secretaria da Tecnologia da Informação
Denise Martins Moura Silva

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas
Marcos Oliveira da Costa

Divisão de Sistemas de 1º Grau
Rodrigo Malta da Silva

Divisão de Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais
Fábio Cardoso Santa Rosa

Divisão de Sistemas de 2º Grau
Tamara Nascimento Chagas

Diretoria de Sistemas de Gestão Organizacional
José Augusto Rocha Júnior

Divisão de Portal Corporativo
Pedro José do Nascimento Neto

Divisão de Sistemas de Auxílio Jurisdicional
Fernando Rodrigues Teles

Divisão de Sistemas Administrativos
Hugo Ferreira Alves Júnior

Divisão de Homologação de Sistemas
Jorge Eduardo Santos Lima

FICHA TÉCNICA

Diretoria de Infraestrutura de TIC
Max Ricardo Borges Ribeiro

Divisão de Segurança da Informação
Adilson Oliveira Santos Junior

Divisão de Bancos de Dados
Robert Anderson Nogueira De Oliveira

Divisão de Redes e Convergência Digital
Breno Lívio Santana Tavares

Divisão de Administração de Datacenter e Serviços
Samir Ferreira da Costa Oliveira

Diretoria de Atendimento ao Usuário
Lângesson Lopes da Silva

Divisão de Atendimento da Capital
Cantidiano Dantas Leite Cardoso

Setor de Gestão de Serviços de TIC
Pedro Napoleão do Nascimento Silva

Divisão de Atendimento do Interior
João Rezende

Divisão de Manutenção de Equipamentos
Francisco Belém Machado

Divisão de Áudio e Vídeo
Daniela de Souza Batista Prado

DEPARTAMENTOS

Departamento de Controle Interno

Departamento de Controle Interno
Durval Almeida Bidegain

Divisão de Auditoria de Gestão e Pessoal
Marta Regina Oliveira Poletti

Setor de Gestão Operacional
Luciana Lapa de Oliva Leite

Setor de Acompanhamento de Gestão
Gutembergue Tiburtino de Melo

Divisão de Auditoria Interna
Sirley Maclaine da Graça

Setor de Auditoria Financeira
Patricia Brito Vieira

Setor de Auditoria Contábil

